

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LOURENÇO ALVES DA SILVA FILHO

**EDUCAÇÃO E POLITICA: apontamentos sobre a história
da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(1979 – 1995).**

Dourados - 2008

LOURENÇO ALVES DA SILVA FILHO

**EDUCAÇÃO E POLITICA: apontamentos sobre a história
da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
(1979 – 1995).**

Dissertação elaborada para o Programa de Pós-Graduação
em História (Mestrado) da Universidade Federal da Grande
Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite

Dourados - 2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

378.0539817 S586e	Silva Filho, Lourenço Alves da Educação e política : apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979 – 1995. / Lourenço Alves da Silva Filho. – Dourados, MS : UFGD, 2008. 175f. Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Criação. 2. Mato Grosso do Sul – História. 3 Ensino Superior – Mato Grosso do Sul – Aspectos históricos. 4. História da educação – Mato Grosso do Sul. 6. Política e educação – Dourados, MS. I. Título.
----------------------	--

LOURENÇO ALVES DA SILVA FILHO

EDUCAÇÃO E POLITICA: apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979 – 1995).

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, ____ de _____ de _____

DADOS CURRICULARES
LOURENÇO ALVES DA SILVA FILHO

Nascimento	13/01/1970 – São Paulo/SP
Filiação	Lourenço Alves da Silva Claricê Simões da Silva
1991/1994	Curso de Magistério Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério CEFAM/Experimental da Lapa - São Paulo – SP
1995/1999	Curso de Graduação em Pedagogia Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP – Marília – SP
2003/2008	Professor Universitário Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul UEMS – Curso Normal Superior – Dourados - MS
2003/2007	Professor Universitário Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal UNIDERP - Dourados - MS
2006/2008	Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado Universidade Federal da Grande Dourados UFGD – Dourados - MS

RESUMO

Este trabalho foi elaborado em quatro capítulos nos quais se discute por meio de entrevistas, documentos escritos e imagéticos a relação entre as legislaturas de 1979 a 1995 e a história política da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Num primeiro momento, trata-se da colonização do estado, buscando encontrar, nesse cenário, os motivos pelos quais a cidade de Dourados foi escolhida para ser sede deste espaço de construção de saber. Em seguida, discutiu-se as relações entre política e regime militar, abarcando as questões do processo divisionista até a ascensão e a exoneração de Harry Amorim Costa. Aborda-se, ainda, a segunda tentativa de se implantar a Universidade Estadual, tendo como ponto central as lutas entre as associações de professores da Grande Dourados e deputados do PDS, e os conflitos entre os últimos e os representantes do PMDB. Na terceira parte do trabalho, trata-se da tentativa de implantação Universidade de Integração Latino Americana (UILA) que teve repercussão em vários setores da sociedade, mas que acabou caindo em esquecimento. Descrevem-se, ainda, as conquistas, os fracassos e os enfrentamentos na tentativa de implantação desta instituição bem como os motivos de sua não fundação. Por fim, reflete-se sobre as lutas entre o governo do PMDB e do PDS e os acordos com os professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, demonstrando as tramas e os conflitos políticos que permearam a implantação da UEMS.

Palavras chave:

Colonização –Dourados - UILA- Política- UEMS

ABSTRACT

This work consists of four chapters in which is discussed, by means of interviews, written and imagistic documents, the relationship between the 1979 and the 1995's legislatures and the political history of Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Firstly, one deals with the colonization of the State, searching, in this process, the reasons why the city of Dourados was chosen to be the headquarter of the university as a place of knowledge construction. Then one discusses the relationship between politics and the Military Regime, encompassing the questions related to the State division process until the ascension and exoneration of Harry Amorim Costa. Still, at this point, one approaches the second attempt of the implantation of the State University, having as main point the disputes between professors from Grande Dourados Association and the deputies from PDS, and the conflicts between the formers and PMDB representatives. On the third part of the work, one discusses the attempt of implantation of Universidade de Integração Latino Americana (UILA), which reverberated in several social sectors, to finally fall in oblivion. One still reflects about the failure in the process of implantation of this university. At last, one reflects on the struggle between the government of PMDB and PSDB, as well as the accords done with the professors of Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, showing the traumas and the political conflicts that permeated the process of implantation of UEMS.

Keywords:

Colonization- Dourados - Politics – UILA -UEMS

Dedicatória

Dedico as horas aplicadas neste trabalho a minha filha Ana Kiara e a minha companheira Luciana Chimenes, que me iluminaram e encheram a minha vida de luz necessária para continuar a leitura e escrita.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter reencarnado e através disso chegado onde estou. Ao meu falecido pai que sempre acreditou na minha determinação, a minha mãe pela sutileza ao enxergar meus defeitos.

Deixo aqui também meus agradecimentos a minha companheira Luciana que suportou duramente os momentos de solidão, enquanto eu passava noites escrevendo.

Não posso deixar de lembrar de meu amigo Paulo Sérgio Soares, que sempre me escutou, tanto em assuntos relacionados a este trabalho como também a outros assuntos. A baixinha (Delaine) pelo seu jeito simples de resolver as coisas.

A minha amiga Paula pela amizade, a professora Maria Bezerra pela força de amiga e chefe, ao Willian (Durezão), pelas longas noites acordados.

Ao meu orientador deixo aqui também estas linhas de agradecimento, pela paciência de ler folhas e folhas de um analfabeto em história e por ter me mostrado as possibilidades da História Oral.

Seria falta de gratidão não expressar aqui meu fraterno apresso pela família Crepaldi, pois esta me ensinou comportamentos que foram fios condutores para minhas atitudes. A Tania Urbano, minha amiga na eternidade que me mostrou a importância de ser bom independente da existência de Deus, a Silvanira pela paciência, ao Brás pela retilínea conduta e ao professor Adilson pelos exemplos.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz por ter me mostrado os caminhos do Projeto UILA. A minha grande Amiga Alzira Menegat, que mesmo tendo muitas atividades, ainda arrumou tempo para ler um pouco da minha escrita.

Aos meus entrevistados, que me cederam as suas memórias, pois sem eles este trabalho não teria acontecido.

Por final a minha sogra Marilda Ibarro que cuidou das minhas dores.

Epígrafe

Enquanto este velho trem atravessa o pantanal
As estrelas do cruzeiro fazem um sinal
De que este é o melhor caminho
Pra quem é como eu, mais um fugitivo da guerra

Enquanto este velho trem atravessa o pantanal
O povo lá em casa espera que eu mande um postal
Dizendo que eu estou muito bem vivo
Rumo a Santa Cruz de La Sierra

Enquanto este velho trem atravessa o pantanal
Só meu coração esta batendo desigual
Ele agora sabe que o medo viaja também
Sobre todos os trilhos da terra
Rumo a Santa Cruz de La Sierra

Composição: Paulo Simões/Geraldo Roca
Almir Sater

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A CRIAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E OS EMBATES POLÍTICOS PELA MENÇÃO DA UEMS NA CONSTITUIÇÃO DE 1979	20
1.1 - A divisão do estado de Mato Grosso pelos caminhos da memória	22
1.2 - Dourados, uma história de muitas falas	26
1.3 - Tempos de Harry Amorin e os problemas na educação herdados do Mato Grosso	29
1.4 - A educação no Mato grosso do Sul	46
CAPÍTULO 2 - O PROJETO DA Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul DE - 1984 E A SUA NÃO IMPLEMENTAÇÃO	52
CAPÍTULO 3 - PROJETO U.I.L.A: UMA FORMA DIFERENTE DE FAZER “UEMS”	77
3.1 – Projeto UILA: uma nova forma de fazer universidade	80
3.2 – Projeto UILA: uma construção da Professora Luisa	86
3.3 – UILA um projeto de fora	88
3.4 – A comissão UILA: organização e encaminhamentos	91
3.5 – Respostas enviadas para comissão de instalação da UILA pelos órgãos envolvidos	101
3.6 – Encaminhamentos tomados pelos organismos de Patrocínio e cooperação	103
3.7 – O olhar da agroindústria sobre a UILA	106
CAPÍTULO 4 – DO PLANEJAMENTO À INSTALAÇÃO: UMA VELHA NOVA UNIVERSIDADE	108
4.1 – Do projeto à primeira comissão	110
4.2 – A luta política pelas unidades	116
4.3 – Escolhas pelos cursos e a sua rotatividade	124
4.4 – O fechamento da UEMS	130
4.5 – A luta pela reabertura da UEMS	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
ANEXOS E APÊNDICES	162
AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO	175

Lista de figuras

Figura 1 – Janio Quadros e João Ponce Arruda Távora.....	23
Figura 2 – Assinatura da Lei Complementar nº 31.....	24
Figura 3 – Getulio Vargas e Weimar Gonçalves Torres.....	26
Figura 4 – Foto dos primeiros moradores de Dourados.....	27
Figura 5 – Filinto Muller, inauguração da Usina Velha.....	28
Figura 6 – General Ernesto Geisel na festa de divisão do Estado.....	29
Figura 7 – Assembléia Constituinte de 1979.....	31
Figura 8 – Wilson Walentin Biasotto.....	44
Figura 9 – Walter Carneiro.....	45
Figura 10 – Carlos Lafut.....	52
Figura 11 – Foto dos Deputados de 1991.....	82
Figura 12 – Posse da Comissão UILA.....	92

Lista de tabelas

Tabela 1 – Comissão Constituinte e 1ª legislatura estadual.....	32
Tabela 2 – Gráfico de gasto com aluguel de veículos.....	38
Tabela 3 – Relação de Deputados estaduais da 2ª legislatura estadual....	54
Tabela 4 – Ano de criação das universidades estaduais.....	66
Tabela 5 – Comissão UILA.....	77
Tabela 6 – Gráfico comparativo do Ensino Superior 1988.....	78
Tabela 7 – Quadro comparativo entre mestres e doutores.....	79
Tabela 8 - Relação de Deputados estaduais da 3ª legislatura estadual...	81
Tabela 9b - Relação de Deputados estaduais da 4ª legislatura estadual	108
Tabela 9a - Relação de Deputados estaduais da 4ª legislatura estadual...	110
Tabela 10 – Mesoregiões e microregiões.....	122

INTRODUÇÃO

História e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber o outro é quase impossível. (Francisco Falcon).

A história e o poder são territórios fascinantes e cheios de armadilhas, criados pelas tramas e conflitos. Entre as várias áreas deste embate temos a Nova História Política, que diferente da sua antecessora¹, preocupa-se tanto com minorias abastadas, como também interatua com as massas, discutindo as relações de poder propostas em trabalhos como de Michel Foucault, onde se contrapõe as relações entre a política e o mundo intelectual, e como estas se desenvolveram, depois da 2ª Guerra, dando ao papel do intelectual um novo enfoque, como podemos perceber na seguinte nota:

Pela primeira vez o intelectual foi perseguido pelo poder político, não mais em função do seu discurso geral, mas por causa do saber que detinha: é neste nível que ele se constituía como um perigo político. Não falo aqui somente dos intelectuais ocidentais. O que se passou na União Soviética foi certamente análogo em alguns pontos, mas bem diferente em outros. Haveria toda uma história a ser feita sobre o *Dissent* científico no Ocidente e nos países socialistas desde 1945. (FOUCAULT 1992, p.165)

Foucault demonstra que o Estado percebeu a importância dos intelectuais, e o perigo que eles representavam, e por tal, a necessidade de organizá-los e geri-los. com isto surge um maior controle sobre o poder das instituições de ensino superior.

¹ A antecessora aqui citada é a História Política do século XIX, que mostrava-se mais preocupada com a política dos grandes Estados (BARROS, 2004, p.107).

Pode-se notar que a história da UEMS, é um enfrentamento entre o poder político e o intelectual, e que às vezes se confundem pelas mudanças da democracia, onde políticos se tornam intelectuais e vice versa.

A Nova História Política, não está submetida às forças econômicas e possui singularidade própria, como expressa Pierre Laborie "*A história política não pode ser percebida como uma instância enclausurada no sótão de uma casa onde a única porta de entrada é o porão*" (LABORIE, 1991, p.35).

Foi pensando em textos como o de Francisco Falcon "História e Poder" em especial o pensamento sobre a relação entre História Política, memória e poder², que trabalhei a idéia de estrutura da UEMS. A partir daí me deparei com a divisão do Estado do Mato Grosso, entendi que a separação não se explica como um levantar de fronteiras físicas, mas sim como a criação de instituições como legislativo, judiciário e executivo. Sendo assim, dividir o território é criar fronteiras abstratas é dar novo significado às suas representações.

Entender as diferenças políticas e os diferentes interesses no novo estado, explica ou desmistifica a criação de uma nova instituição, articulada pela Reforma Universitária de 1964, divisão de Estado e tudo isto temperado por um regime totalitário.

Perceber as instâncias políticas é mergulhar no causador delas, no seu representante, e identificar o seu papel muitas vezes como elo forte outras vezes como o elo fraco. O político torna-se neste trabalho, mais que depoente, ele é o próprio "contador de histórias"; o seu papel é de longe o mais importante como se pode notar na observação de Pierre Rosanvallon:

O político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez. Com esta demarcação mais ampla do espaço do político, Rosanvallon abre novas alternativas para o estudo dos fenômenos políticos entendidos enquanto campo de representação do social (ROSANVALLON, 1986, p. 93)

² Prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao poder, essa história pretendeu também ser memória. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história magistra vitae pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos (FALCON, 1997, p.62).

Na perspectiva de Rosanvallon, é possível entender os motivos que levaram a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e a razão desta estar tão ligada com a história do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sendo assim, este trabalho percorre o período que antecedeu o surgimento da UEMS, não somente para analisar a constituição de 1979, mas também entender os motivos que levaram as forças políticas de época a anteciparem a criação de uma instituição de ensino superior, e apresentando-a novamente na segunda constituinte do Estado.

Utilizei fontes documentais e entrevistas para escrever este texto, isto porque ao se dividir o Estado do Mato Grosso, foram produzidos inúmeros documentos como ofícios, correspondências, documentos de esclarecimentos e não longe disto, a criação da UEMS gerou muitas memórias.

As entrevistas descrevem o caminho percorrido pelas forças políticas que representavam o Legislativo e Executivo como também as representações políticas formadas pela sociedade civil organizada. Nas entrevistas há um debate que descreve o período de 1979 a 1995, onde indivíduos como Roberto Razuk, Walter Carneiro Laerte Tetila e Wilson Biasotto, são ou reivindicam ser os autores da História da UEMS, entre outros que ainda, não foram em visita “estudar a geologia dos campos-santos”³.

As falas foram importantes nesse trabalho, pois somente através destas, que consegui analisar o contexto histórico de época e verificar se as informações contidas nos documentos da Assembléia Legislativa, eram verídicas, ou seja, se realmente apresentam sinais das tramas que aconteceram nos bastidores. Foi através das falas dos deputados e professores que consegui vivenciar as lutas políticas pela implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Outro motivo que leva a pensar sobre as falas é a necessidade de entender como a divisão do estado influenciou no surgimento desta universidade, e quais as características que permaneceram, e que fazem parte do formato que ela possui hoje.

Não podemos afirmar que a história oral, não esteja cheia de imprecisões, e que devemos ter cuidados a trabalhar com ela, mas isto também ocorre com as

³ Expressão usada por Machado de Assis no livro “Dom Casmurro”, para definir as pessoas que já haviam morrido (ASSIS, 1899, p.5)

outras fontes documentais como bem exemplifica José D' Assunção Barros no seguinte trecho.

A imprecisão do oral não nos deve enganar; também existem espaços dissimulados que se escondem na documentação escrita, contornando silêncios e falseamentos, revelando segredos que o próprio autor do texto não pretendia revelar, mas que escapam através da linguagem, dos modos de expressão, da súbita iluminação que se espalha pelo texto quando o confrontamos com um outro nesta prática que é hoje chamada de "intertextualidade". Sem falar nas múltiplas vozes, na polifonia que pode ser extraída de um texto e que já mencionamos em momento anterior (BARROS, 2005, p.133)

Se envolver com esses indivíduos históricos não é somente ter um aglomerado de informações desconstruídas, mas é sim entender como esses autores da história colaboraram ou não para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como objeto de discussão a própria UEMS e como esta se entrelaça com a história da UFGD.

Este trabalho utilizou como ferramenta de análise, as relações de poder, usando os discursos dos deputados em plenário, dos acordos dos partidos, e por fim as memórias que outros agentes políticos guardaram sobre aqueles instantes, como os representantes da sociedade civil e dos movimentos populares. Max Weber nos alertava no seu livro "Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" sobre a importância de perceber todas as representações políticas:

Hoje, nossas reflexões não se baseiam, decerto, num conceito tão amplo. Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política, e, daí hoje, de um Estado. (WEBER, 2001, p.97)

Entre as dificuldades que enfrentei nas entrevistas, a distância temporal foi o grande obstáculo, pois a relação tempo e espaço, real e memória onde, as falas sobre o objetos, estão *nubladas* pelo esquecimento, ou pela necessidade política. Um bom exemplo disto é o momento em que vivemos (2008), ano de eleições e todos entrevistados estão participando de das eleições municipais.

Entre os maiores desafios posso citar o próprio tempo. Ele em sua lógica não poupa a memória humana, e por tal foi necessário uma busca detalhada nos documentos de época, para que as perguntas, que fizeram parte das entrevistas tivessem consistência suficiente, para servir de alicerce a este texto. Pois assim a compreensão sobre o que aconteceu durante o processo de concretização "das idéias" sobre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul ficassem mais

claras.

A Universidade Estadual não é fundada no período ditatorial, mas reflete as ações dos militares, que durante *certo momento do milagre* econômico pareciam mostrar mais interesse em produzir universidades do que investir no Ensino Fundamental. Sobre o assunto Maria Odete diz: *os interesses que fundamentavam o modelo econômico pautado no “milagre” levaram o governo da época a investir no ensino superior e abandonar o ensino primário e secundário.* (Amaral, 2001, p.12)

As universidades que surgiram depois de 1964, data que evidencio como o entrelaçamento entre reforma universitária e desejos da ditadura, apresentam características bem definidas, pois estão ligadas a classes sociais, de alto poder econômico. Trazem dentro de si, uma finalidade de permanência de uma elite e a manipulação das classes trabalhadoras, visto que os militares criaram universidades para as pessoas que não necessitavam trabalhar, pois eram de tempo integral por um lado, e cursos técnicos noturnos, por outro, que tinham como finalidade profissionalizar uma grande mão de obra barata.

A Idéia de UEMS é elaborada dentro de um momento único, e por isto deixou marcas fortes, mas em contrapartida memórias que muitos não querem lembrar, deixando fontes com falhas, com excessos de vitórias pessoais, ou mesmo com falas *em off*, como por exemplo, “a verdade é esta, mas não vou dizer em entrevista⁴”.

Desta forma outros documentos históricos que foram encontrados no Poder Legislativo, como por exemplo, as atas e registros das discussões políticas, formaram a base para conferir a veracidade das entrevistas e entender, quais aspectos que o Projeto da UEMS possuía, para desencadear uma disputa entre as diferentes classes sociais. Entre estes documentos encontrei as votações e os relatórios Legislativos. Entre estes documento estão os anuários das diferentes comissões que são peças determinantes para o entendimento do surgimento da universidade.

⁴ Falas como estas, vindo dos entrevistados tentam apresentar fatos que ocorreram, mas que estes não se comprometem em confirmar.

As fontes oficiais, que foram produzidas pela Assembléia Legislativa deram a visão do palco que foi montado dentro do “Teatro do Poder”⁵, facilitando o entendimento de quais partidos foram a favor da criação da UEMS, e os responsáveis pelas comissões de discussões, como tramitou e quais os políticos que efetivamente permaneceram dentro da elaboração deste projeto.

No primeiro capítulo, avaliei os motivos que levaram à Assembléia Constituinte a agregar a sua carta magna, os artigos 48 e 50, que garantiram dentro da constituição a criação da UEMS. Entre as questões levantadas, me concentrei em descrever, em linhas gerais a colonização e formação da região do Mato Grosso do Sul em particular a cidade de Dourados sede da instituição. Atentei-me também em observar o governo de Harry Amorim Costa, e por final o papel da Assembléia Legislativa.

Durante as entrevistas percebi que as memórias dos políticos de Mato Grosso do Sul, se entrelaçavam com a história do novo Estado, por isto fiz uma breve apresentação sobre a colonização, da região. Esta caminhada elucidou um pouco o porquê de algumas diferenças entre o Norte e o Sul do antigo estado de Mato Grosso.

Dentro da minha pesquisa, percebi que, a relação entre período militar, plano de aceleração brasileira e governo de Harry Amorim foram determinantes para a construção de idéia de UEMS, e igualmente responsável pela sua não implantação.

A Assembléia Legislativa teve papel determinante, tanto na construção das emendas constitucionais que dera origem a UEMS, como também responsável pelo adiamento de sua instalação, visto as tramas políticas, para desestabilizar o governo.

No segundo momento deste trabalho temos o surgimento da Lei 044/84, a entrada e saída de mais um governador, as lutas entre governo e Legislativo e os embates entre PDS e MDB, como também a luta dos professores.

O ressurgimento da UEMS, através do Projeto de Lei 044/84 do Deputado, Walter Benedito Carneiro (PDS) tinha como finalidade garantir a obrigatoriedade, dentro da nova constituição da instalação da UEMS, incluindo em sua redação o

⁵ O ex-deputado Walter Carneiro, em entrevista ao NMUH, aponta que as discussões aconteciam nas reuniões de bancada, e que as seções da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul era apenas uma apresentação teatral.

parágrafo que, autorizava o poder executivo a instalar a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados.

Este período também é marcado pela saída do Governador Marcelo Miranda. Em função disso apresento alguns possíveis motivos de sua não permanência na administração e quais as conseqüências para a UEMS, descrevo também as lutas entre os partidários de Pedro Pedrossian e do PDS que queriam o poder. Apresento as diferenças políticas entre o PDS e o MDB e suas relações com os professores que apoiavam o surgimento da Universidade estadual e os que lutavam pela transformação do CEUD em UFGD.

O terceiro capítulo, talvez seja o mais intenso no que se refere ao surgimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, tanto devido ao surgimento de um projeto denominado Universidade de Integração Latino Americana, como também pela luta dos profissionais da UFMS para a implementação da UFGD, como também pela pressão dos partidários de Pedro Pedrossian, contra a implantação da nova instituição em um molde diferente do inicial.

Quando do surgimento da UILA as relações que se apresentavam equilibradas até então sofrem um choque, isto porque não existia mais apenas dois interesses, mas sim três, tornando o assunto consistente no que se trata de fins políticos.

No quarto capítulo, delinco por fim o jogo político que acabou determinando a implantação da UEMS. E não é só isso, as negociações entre as diversas forças, que resultaram no comodato e nas relações políticas do final da primeira década deste século XXI.

Este trabalho também tem como função discutir como a sociedade de Mato Grosso do Sul, via a implantação dessa nova universidade. Observando qual a posição dos movimentos políticos-sociais e quais atitudes que estes tomaram durante todo o período, em que se discutiu as questões do ensino superior no estado. Outro fator tratado foi entender como a mídia trabalhou o surgimento da universidade estadual.

A UEMS tinha como maior finalidade a interiorização do ensino, e se descreveu dentro da sua própria história como uma formadora de docentes, envolvendo-se muito mais na formação de profissionais para o setor secundarista, do que na produção de conhecimento.

CAPÍTULO 1

A CRIAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E OS EMBATES POLÍTICOS PELA MENÇÃO DA UEMS NA CONSTITUIÇÃO DE 1979

Educai as crianças e não será preciso punir os homens. (PITÁGORAS).

Este capítulo tem como objetivo oferecer ao leitor informações sobre o que significou a divisão do Estado de Mato Grosso, além de apontar subsídios sobre como ficaram as principais lideranças políticas e o como estas influenciaram na primeira tentativa de criação e implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Para isso, o texto procura discutir um pouco acerca da colonização da região que deu origem ao referido Estado e sobre a colonização da região da Grande Dourados, visto sua importância para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

Ricardo Souza da Silva em sua dissertação de mestrado, intitulada *Mato Grosso do Sul: Labirintos da memória*, apresenta na página 71, que; a região, que hoje compreende o estado de Mato Grosso do Sul tem seus primeiros habitantes não-indígenas no século XVI. Desse modo, o estado de Mato Grosso do Sul nasce com muitas vantagens, quando comparado a outras unidades da União. Entre essas vantagens estão a ausência de dívidas, o bom desenvolvimento econômico, a presença de cinquenta e cinco municípios produzindo na área da agricultura e da pecuária.

As fontes oficiais descrevem esse território como fruto das descobertas do americano Cristovam Colombo em 1492 e que através da construção histórica iniciando no tratado de Tordesilhas perpassando pela chegada de Pedro Álvares Cabral até a colonização portuguesa. Documentos⁶ apontam que o primeiro homem não indígena a pisar no território que chamamos hoje de Mato Grosso do Sul foi Aleixo Garcia em 1524. Ele teria vindo de Santa Catarina, atravessado todo o sul de Mato Grosso e chegado a Assunção.

Mas o território tornou-se efetivamente conhecido com a passagem das Bandeiras em direção ao norte, entre elas podemos citar a de Paschoal Moreira Cabral, que tinha como principal objetivo aprisionar os índios e procurar ouro. O primeiro vínculo conhecido com esse novo estado foi com os irmãos Leme, que se fixaram na fazenda Camapuã e com o passar do tempo toda a região começou a apresentar povoamento, seja como ponto de passagem, seja com fortes militares. Em 1864, o General Francisco Solano López invadiu Mato Grosso dando início à Guerra do Paraguai, mas o que poderia ser imaginado como o final da região, por causa da destruição de cidades, como Nioaque, Miranda e Corumbá, na verdade acabou sendo mais um incentivo para a tomada de todo o território.

O sitio oficial do Governo de Mato Grosso do Sul⁷, é apresentado com fontes historiográficas, descrevendo a iniciativa de construir um novo estado, em 1892, por alguns revolucionários, comandados pelo Coronel Silva Barbosa, fato que não teve muita repercussão. Mas a atitude mais contundente foi a da criação do Estado de Maracaju em 1932⁸.

As migrações oriundas do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo foram, de certa forma, arquitetura básica para o povoamento não indígena, da região sul de Mato Grosso. Outro ponto marcante está relacionado à construção da ferrovia Noroeste do Brasil, que veio contribuir para a colonização da região, uma vez que os indivíduos que trabalhavam em sua construção acabavam por permanecer nas cidades, como, por exemplo, os japoneses, que deram início a uma colônia na região sul.

⁶ Naufrágios e Comentários, Capitães do Brasil e Sumé e Peabiru.

⁷ Governo de Mato Grosso do Sul (<http://www.ms.gov.br/>).

⁸ Estado de Maracaju foi o nome dado à criação revolucionária de um estado federativo brasileiro que existiu sem autorização da União de 10 de julho de 1932 a 2 de outubro do mesmo ano, durante as agitações da Revolução Constitucionalista de 1932 (wikipedia)

Em entrevista para o NMHU (Núcleo de Memória e História da UEMS), Roberto Razuk em 31/05/2007, comenta que a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, foi um ponto determinante para a divisão do Estado de Mato Grosso, pois ela possibilitou uma forma de transporte para toda a sociedade. A estrada de ferro viabilizou, por exemplo, que os estudantes do norte do Mato Grosso fossem estudar no Rio de Janeiro e os do sul fossem estudar em São Paulo e no Paraná. Essa divisão foi marcante para a formação dos novos políticos do Estado, tanto que os nortistas tornaram-se aliados de Getúlio Vargas, enquanto os sulistas colaboraram diretamente com as forças de São Paulo.

Em entrevista para o (NMHU), Roberto Razuk (2007) afirma ainda que a ferrovia foi um momento de mudança para Campo Grande. Na época em que ele era criança, a cidade era pequena e pouco povoada e a chegada do trem ou a sua partida era motivo para que toda a cidade estivesse no local, tornando-se isso quase uma festa.

1.1 A divisão do estado de Mato Grosso pelos caminhos da memória.

Antes de me ater ao objeto da pesquisa, tenho que construir dentro desse texto uma lógica que por fim, dê base para descrever a história da UEMS. A história do Mato Grosso do Sul, diferente do que descreve muitas vezes os ditos populares⁹, têm sim um cunho de interesses políticos.

Acredita-se que de tanto se repetir determinada coisa/palavra ela se torna realidade. Valendo-me dessa afirmação contaremos a história da divisão de Mato Grosso, por meio de memórias cedidas, pelo ex-governador Arnaldo *Estevão de Figueiredo* ao Jornal *O Progresso* em 11/10/1979. Ele conta que, durante 78 anos, o estado de Mato Grosso foi o segundo maior estado da Federação. Lembra que a idéia da divisão veio, lá por volta de 1900, de um advogado, cujo nome o governador não se lembrava. Em suas memórias, diz que a região sul do então Mato Grosso era esquecida pelo poder público e foi por isso que nasceu o movimento divisionista.

Afirma ainda que, no período de 1900 a 1977, não existiu nenhum movimento de hostilidade entre as pessoas do Sul e as do Norte, e que a divisão estava, naquele momento, ocorrendo de forma normal, pelo desenvolvimento da

⁹ A expressão “ditos populares” e apresentada aqui para mostrar que parte da História de Mato grosso do Sul, é contada de uma forma não sistematica, e por tal acaba apresentando falhas, de fatos e datas.

própria região. Segundo ele, a estrada de ferro Noroeste do Brasil era uma das principais causadoras do fato, dando a essa região um caráter de povoamento paulista, paraguaio e gaúcho. Comenta também que as obras militares em Campo Grande trouxeram para essa cidade a sede da região militar, que antes era Corumbá.

Ele acrescenta que, em 1930, o senador Vespasiano Martins levantou de vez a bandeira divisionista. Mas foi no governo do presidente Dutra, que a luta pela separação se concretizou.

Em 1958, o PDS, o PTB, a UDN e o PSP enviaram um projeto de lei para Cuiabá tentando a divisão. Porém, a Constituição de 1956 exigia que fosse feito um plebiscito, mas o assunto acabou na mesa do governador João Ponce de Arruda que não deu prosseguimento à questão.



Fig 1 -Jânio Quadros, João Ponce Arruda e Juarez Távora, durante a campanha presidencial de 1960. No comício realizado no aeroporto de Dourados. Fonte: Centro de Documentação Regional – UFMS - IN ARAKAKI (2007)

O ex-governador Arnaldo de Figueiredo, em entrevista ao Jornal *O Progresso* em 11/10/1979 apresenta suas lembranças, e faz comentários sobre determinado cartaz que apresentava a imagem de uma tesoura no meio e o seguinte dizer: “dividir para multiplicar”. Esta frase provocou uma outra proferida por Jânio Quadros, quando visitou Campo Grande: “você estão dividindo o meu coração”. Cabe pontuar que a relação de paz entre os dois movimentos começou a sofrer alterações em 1977, quando era comum haver agressões a carros que apresentavam cartazes com dizeres divisionistas. Também eram realizadas caravanas, saindo da capital de Mato Grosso, as quais apoiavam o que chamavam de “divisão e divórcio”, o que recebeu fortes represálias. Para Figueiredo, o último fato divisionista foi o relacionado ao fretamento de um avião para 109 pessoas assistirem ao general Geisel assinar a lei complementar nº 31.

Em entrevista cedida ao NMHU, em 21/09/2007 o Ex. deputado Walter Benedito Carneiro descreve que a política de Mato Grosso só pode ser compreendida por meio da sua colonização, dos políticos que vieram de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Carneiro demonstra

comungar das idéias de Razuk ao afirmar que os estudantes que voltaram do Rio de Janeiro e de São Paulo foram determinantes para a política que temos hoje no estado de Mato Grosso do Sul.

Walter Carneiro (2007) afirma que sempre gostou de política e que o seu envolvimento vem do período de militante do movimento estudantil. Ao chegar em Dourados, ele fez parte de um grupo de dez profissionais liberais que, ao verificarem a infra-estrutura inadequada do município, decidiram entrar para a política, em 1972. Ele entrou como vereador pela Arena, sendo eleito deputado estadual dois anos depois da divisão do estado de Mato Grosso.

Várias histórias se entrelaçam na construção da política sul-mato-grossense, durante o período de 1979 a 1992. Entre elas podemos citar as desavenças entre Norte-Sul e os embates entre as diferentes forças políticas regionais no contexto de um Golpe Militar.



Fig 2- Assinatura da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977- Fonte: Jornal *Correio do Estado*, 07 fev. 2004. Edição Especial, p. 09. IN – SOUZA

A notícia da ruptura abançou os moradores do norte e os do sul de Mato Grosso despreparados, deixando-os atônitos. Isso se evidencia pelo fato de que nem a liga divisionista sabia que os militares tinham a intenção de dividir o Estado.

A partir disso, inicia-se a retomada dos trabalhos da Liga que teve como maior articulador do Sul o pecuarista Paulo Coelho Machado, o qual possuía bons laços com o governo federal. O pecuarista, em companhia de Kermam Machado, Cândido de Castro Rondon e José Fontanillas, deu início ao levantamento sócio-econômico do Estado para efetivar a idéia de divisão.

Tentando contrapor a idéia de que a Liga não sabia dos planos do então presidente Ernesto Geisel, Paulo Coelho Machado observa, em entrevista concedida a Hidelbrando Camprestrini (1998), o seguinte:

Devo reconhecer que, desde a década de 40, empenhei-me na criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Quando o presidente Ernesto Geisel acenou com a viabilidade de criar o novo Estado, apressei-me em reativar a Liga Sul Mato-Grossense e, com ele, preparar os dados necessários para a Lei Complementar nº 31 (Camprestrini, 1998).

Foi a partir dos estudos recebidos por Golbery do Couto e Silva que os militares decidiram pela aprovação da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que trazia no seu bojo a divisão do Estado de Mato Grosso.

É criado o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências - O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar: CAPÍTULO I Disposições Preliminares Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso.

Os estudos realizados para o governo estavam ligados ao pacote de abril e não às idéias levantadas por Paulo Coelho Machado. Sendo assim, o governo militar se ateve mais às questões do enfrentamento com o MDB, que vinha crescendo nas eleições, do que às pressões populares em torno da divisão do Estado, haja vista que as leis outorgadas em 13 de abril de 1977 tinham predominância sobre os problemas causados pela liga divisionista.

Podemos verificar que o pacote tentava garantir maior força da ARENA. Isto pode ser identificado pela medida de fechar o Congresso Nacional e diminuir a representatividade dos estados mais populosos dentro do Congresso. Entre as medidas, a divisão do estado do Mato Grosso, curral eleitoral da ARENA, e por isso o aumento de votos para o partido do governo e com o aglutinamento do estado da Guanabara, foco do poder do MDB e a diminuição da sua força política.

Já Amaral (2002) afirma que a divisão ia além das questões governamentais, pois, segundo ela, estava alicerçada na tradicional rivalidade entre Norte e Sul. Respectivamente, o primeiro grupo ia estudar no Rio de Janeiro e o segundo seguia para São Paulo. Assim, a diferente formação seria um argumento para a ruptura.

Walter Benedito Carneiro lembra que esta situação “é tão verdade que ele desconhece os poucos indivíduos do norte que fizeram seu curso no sul do país”. Eram tantos, que existia no Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, a associação dos estudantes de Mato Grosso e que esta era a forma organizativa e representativa do estado nos encontros estudantis durante o período militar. A sede, posteriormente, foi trocada por outra na rua Paissandu, perto do palácio Guanabara, no Rio de Janeiro. Ele identifica também que essas diferenças foram marcantes para posicionar os indivíduos politicamente no estado do Mato Grosso do Sul, de forma que a luta partidária entre os arenistas impediu a escolha do primeiro presidente para o recém criado Estado. Isto levou Geisel a nomear Harry

Amorin Costa, uma vez que resolveria a questão da escolha, de uma forma técnica. Conforme Bittar (1998), esta decisão foi tomada, já que Amorin Costa “não era político nem estava envolvido nas disputas internas e regionais do novo Estado”. (BITTAR, 1998, p. 34-35).

1.2 Dourados, uma história de muitas falas

Os primeiros habitantes não indígenas de Dourados foram os indivíduos que após a guerra do Paraguai não voltaram para suas terras, precisamente no século XIX, fugindo da revolução federalista. Começaram a ocupar as terras de Ponta Porã, retirando a população indígena. Os imigrantes começaram a se concentrar na região de Dourados, conhecida então como São João Batista de Dourados em 1884, tendo a primeira edificação em 1909, onde encontramos a avenida a Marcelino Pires, sendo denominado, posteriormente, como bar e restaurante “meu cantinho”.

O sitio da Câmara Municipal de Dourados¹⁰ apresenta uma história douradense, a partir de 1870, com a fixação de soldados e com as diversas migrações de outros estados. Um ponto marcante para esta tomada de terra foi o surgimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil em 1904, junto com isto podemos também colocar como determinante o papel da Companhia Mate Laranjeira que, inicialmente, foi uma das maiores empregadoras de mão-de-obra da região.

Inicialmente não existem cidades ou fixação de um grupo social, isto porque acontece, nesse período, confrontos entre emigrantes, e índios, o que impedia o surgimento de grandes cidades. Dessa forma, o que se encontra, nesse momento histórico, são pequenos povoamentos que se reúnem com um único interesse, o comércio.

Foi através da lei nº 658, de 1914, que Dourados foi transformado em distrito do município de Ponta Porã. Em 1920, Dourados recebe a agência de Correios e Telégrafos dando assim um dos primeiros passos para o seu desenvolvimento. Com isso, a cidade, através do



Fig 3 -Getúlio Vargas e Weimar Gonçalves Torres, 1943. Fonte Acervo Museu Histórico de Dourado IN: Arakaki (2006).

¹⁰ Câmara Municipal de Dourados (<http://www.camaradourados.ms.gov.br>)

decreto estadual de nº 30 de 20 de dezembro de 1935, teve o seu alvará como município livre de Ponta Porã. Dourados não nasceu pequena, pois já possuía mais de 20.000 habitantes.

As mudanças na história do município de Dourados não param. No dia 13 de setembro de 1943, o então presidente cria o território federal de Ponta Porã, o que retorna o vínculo entre as duas regiões. Por final, em 7 de janeiro de 1947, o município de Dourados é reintegrado a Mato Grosso.

Várias mudanças começaram a ocorrer no sul da região do Centro-Oeste brasileiro, entre elas o surgimento da Colônia Agrícola Nacional e a Colônia Agrícola de Dourados (CAND). No final o território federal de Ponta Porã, e as duas colônias deram origem a Fátima do Sul e a Glória de Dourados. A Colônia Agrícola de Dourados tinha pouco mais de 400.000 hectares, que favorecia 10.000 famílias. Esta distribuição de terra trouxe os imigrantes, japoneses e italianos, e também os do Oriente Médio. Com este fato, houve um melhor aproveitamento da área da região de Dourados e o fortalecimento do município.

Em entrevista, a memorialista Ercília da Rosa de Oliveira Pompeu (2006) comenta que esta cidade teve início através da forma mais simbólica possível, visto que ela identifica que Emmanuel Santiago de Oliveira, professor, chegou às terras de Dourados, em 1907, dando início ao que seriam muitos anos depois, um

dos maiores pólos educacionais de Mato Grosso do Sul.



Fig 4 -Da Esquerda: Manoel Batista (agricultor); Sr. Generoso; Venite (esposa de Januário); Laureça (esposa de Pontes); Etelvina (esposa de Martim Ajul); Amadel Ajul (com as crianças); Fermino Vieira de Carvalho – Tônico (negociante) na parte inferior filhos

Ela descreve também a passagem do então General Rondon e de sua comitiva, em 1923. O grupo de Rondon saiu de Entre Rios, passou por Dourados, através da Marcelino Pires, e foi até Ponta Porã. Essa passagem deixou um fator importante para o desenvolvimento do município, a linha telegráfica que ligava os sertões aos grandes centros.

Entretanto, o editorial do jornal *O Progresso* discorda dos fatos acima mencionados, descrevendo que os primeiros moradores chegaram à região de Dourados em 1926. Através da foto cedida por Oswaldinho Brum, apresentam-se as duas primeiras famílias moradoras da chácara Januário de Araújo. Esta foto

registrou a inauguração do monjolo de quatro pilões movidos à água. No registro dessas informações, o redator identificou como sendo um matadouro municipal. (O PROGRESSO, 27 e 28/01/1979).

Em entrevista ao documentário “Do Sonho à Ruína”, Ercília de Pompeu (2006) descreve que a cidade de Dourados começou a ter um papel mais determinante na história de Mato Grosso, quando chegou a usina velha. Essa usina foi um ponto referencial, e Filinto Muller a quem ela chama de herói e de lutador é responsável pela instalação de tal usina.



Fig 5 - Senador Filinto Müller e representantes do governo e da população douradense, no churrasco de inauguração na própria Usina

A memorialista ainda afirma que foi através da luta deste homem, que esta usina foi colocada em funcionamento. Ela descreve que através do prestígio o Prefeito Rui Gomes (1947/1948), que possuía acesso ao então presidente da República Getúlio Vargas, que foi possível a implementação de um gerador como este na cidade. Aproveitando os postes do

telégrafo, foram iluminadas quatro quadras da avenida central de Dourados.

O que aparentemente parecia ser um grande problema tornou-se o caminho para o desenvolvimento de Dourados, isto porque tanto a Colônia Federal como a de Dourados ficavam isoladas pela sua distância da estrada de ferro, transformando a cidade em grande entreposto, e acabou sendo um ponto referencial para os negócios agropecuários

Ao percorrer os diversos rastros sobre a história política da UEMS, me deparei com as diversas falas, que em alguns instantes eram cansativas não pelo seu conteúdo, mas sim pela sua repetição. E em outras vezes, eram excitantes e provocadoras pelas diversas lacunas que delas se desdobravam nas falas dos participantes desta história. Diante disso, o meu trabalho era garimpar as informações e entender os fatos, me entregando na busca dos acontecimentos que não são ou não estão na superfície da história.

1.3 Tempos de Harry Amorin e os problemas na educação herdados do Mato Grosso.

Wilson Valentim Biasotto e José Laerte Cecílio Tetila (1991), no livro *Movimento Reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 a 1988 descrevem que*

[...] no dia 9 de setembro de 1978, as associações, que pertenciam ao território que seria Mato Grosso do Sul, estavam reunidas em Campo Grande para discutir o estatuto da federação. A associação Douradense de professores pediu licença para apresentar um trabalho que havia iniciado em 4 de junho de 1978, com os primeiros levantamentos e que haviam sido aprovados pela diretoria daquela entidade em 2/9/78. Aprovada a solicitação, o professor José Laerte Cecílio Tetila procedeu à leitura da "Carta aberta ao governador Cássio Leite de Barros. (BIASOTTO e TETILA, 1991, p. 61).

Esta mensagem tinha como objetivo apresentar a situação de calamidade em que viviam os professores dentro do sistema estadual de Mato Grosso. Tais problemas eram tão evidentes que era visível que a função docente estava sendo colocada à prova, chegando à cifra de 90% de perdas salariais. Essa situação colocava esse profissional à margem de salários semelhantes àqueles praticados em setores menos qualificados.

Outro ponto marcante é que esses profissionais acabam sendo educadores dos filhos dos outros, mas, em compensação, perdiam a sua própria família. Esta carta não tinha como função influenciar o governador, Cássio Leite, mas, sim, Harry Amorin Costa. Diante disso, é importante mencionar, neste momento, que outras cartas foram enviadas para o novo governo. Essas vieram de Amambai, Aquidauana, Dourados.



Fig 6 –Foto para o Jornal o Progresso, tirada do General Ernesto Geisel durante a partida de futebol, realizada depois da posse do governador Harry Amorin da Costa e todos os Constituintes em 1 de janeiro de 1979.

Mas, se o ensino público ia de mal a pior, a Faculdades Integradas Gran-Dourados SOCIGRAN, trilhava caminhos de prosperidade dentro da Grande Dourados, isso porque, além de ter apresentado o aumento de quase 40% nas suas inscrições, aproveitava o grande potencial douradense no setor educacional. Levando a empresa a deixar o Educandário Santo Antonio e logo depois inaugurar as suas

novas instalações com capacidade para 800 alunos (O Progresso, 31/01/1979).

Uma segunda carta foi lida depois da aprovação em assembléia geral em 15/8/1978, desta vez denominada “Carta ao governador Harry Amorim Costa”.

O conteúdo dessa mensagem apresenta um quadro da educação em Dourados alarmante, com falta de salas de aulas e de luminárias públicas para as atividades pedagógicas. Além disso, os professores eram obrigados a fazer horas extras de trabalho, dedicando-se à promoção de festas a fim de arrecadar dinheiro. Esses recursos pagavam a manutenção das escolas que foram abandonadas pelo governo. Esse fato é constatado na UEMT, uma vez que a instituição não conseguia, em seus cursos de formação de professores, o número ideal de alunos para cursar. Isso demonstra que um baixo número de profissionais de educação, bem formados, saiam dessa instituição todo ano. (BIASOTTO e TETILA, 1991, p. 67).

Chegou então o grande dia, do início de um novo Estado brasileiro denominado a partir de então como Mato Grosso do Sul. Tomadas pela emoção das imagens publicadas, as pessoas ali presentes se sentiam mais parte da própria história. Estavam ali para ver seus heróis modernos, aqueles que apresentam uma característica de celebridade semelhante a outras imagens muito conhecidas no mundo imagético. Estas ligadas a grandes conquistas, derrubadas de governos, guerras civis e episódios recentes da nossa história, como, por exemplo, a primeira e a segunda guerra mundial. A cena daquele instante mostrava pessoas passando com as suas roupas elegantes e acenando para os civis. Joseph Campbell, em entrevista com Bill Moyers, descreve que este tipo de fato está ligado ao papel do “herói” na contemporaneidade e as suas atribuições:

MOYERS: Hoje parecem que reverenciamos celebridades, não heróis.

CAMPBELL: Sim, e isso é muito mau. Certa vez foi feita uma pesquisa numa escola secundária do Brooklin, que perguntava: ‘O que vocês gostariam de ser?’ Dois terços dos estudantes responderam: ‘Uma celebridade’. Eles não tinham noção da necessidade de dar a si próprios a fim de realizar alguma coisa.

MOYERS: Só queriam ser conhecidos.

CAMPBELL: Só queriam ser conhecidos, ter fama – nome e fama. Isso é muito mau. (Documentário: O Poder do Mito – 1988).

Durante a solenidade de instalação do Estado de Mato Grosso do Sul, foram notados um atraso e uma ausência, o primeiro do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Ataíde Monteiro da Silva, que chegou vinte minutos atrasado, e

o do Presidente General Ernesto Geisel que foi representado pelo Ministro Armando Falcão. Outro ponto determinante foi a ausência do futuro presidente João Batista Figueiredo que apenas enviou uma mensagem, lida pelo governador empossado Harry Amorim, dizendo “seja intérprete junto ao povo sul mato-grossense de meu desejo de contribuir para o bem-estar e prosperidade desta nova unidade da federação”



Fig 7 - Imagem retirada do sítio da Assembléia legislativa de Mato Grosso do Sul – link História

O presidente Geisel chegou, no teatro Glauce Rocha, para presidir a solenidade no período da tarde. Esta não teve mais do que 40 minutos, mas foi percebida a divisão entre governistas e oposição, pois mesmo estando presentes Valdomiro Gonçalves, líder da ARENA, e Sérgio Cruz, da oposição, MDB, somente o primeiro teve direito à palavra durante o evento, deixando bem clara a posição do governo militar.

É interessante conhecer pelo menos um quadro para entender como se caracterizava a política em Mato Grosso do Sul no seu início: ainda bipartidária, dando desta forma para identificar quem eram os representantes dos militares e quais faziam parte da oposição da época.

COMISSÃO CONSTITUENTES, E QUE DEPOIS TORNARAM DEPUTADOS ESTADUAIS 1º de janeiro de 1979 a 31 de janeiro de 1983	
Deputados da ARENA	Deputados do MDB
Alberto Cubel Brull	Cecílio de Jesus Gaeta
Ary Rigo	Odilon Massahisti Nacasato
Getúlio Gideão Bauermeister	Onevan José de Matos
Horácio Cezósimo de Souza	Ramez Tebet
Londres Machado	Roberto Orro
Osvaldo Dutra	Sérgio Cruz
Paulo Saldanha	Sultan Rasslan
Rudel Trindade	
Waldomiro Gonçalves	
Walter Benedito Carneiro	
Zenóbio Neves dos Santos	
Governador: Harry Amorim Costa (ARENA) 1 de janeiro de 1979 a 12 de junho de 1979 nomeado pela Ditadura Militar Tabela 1 Tabela produzida com informações do sítio oficial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul	

Durante seu discurso, o Presidente da República, Ernesto Geisel, lembrou que foi no dia 11 de outubro de 1977 que, através da lei complementar nº 31, que o governo decidiu desmembrar terras do Estado de Mato Grosso, e constituir a 27ª unidade da República Federativa do Brasil. Descreveu também sobre a mudança realizada ao promover a fusão do estado da Guanabara ao

Rio de Janeiro. Ele ponderou também que as ações do governo tiveram como prioridade o desenvolvimento nacional e a consolidação da ocupação da região

Centro-Oeste, fazendo menções à região da Grande Dourados como grande produtora agropecuária.

A lei complementar trazia no seu grupo de propostas não só uma lei, mas parâmetros básicos para a implementação do estado de Mato Grosso do Sul e de seus princípios: organização política e social, mantendo as características do governo ditatorial, como, podemos notar nos seguintes artigos comentados:

Art. 4º - A Assembléia Constituinte do Estado de Mato Grosso do Sul será eleita no dia 15 de novembro de 1978 e instalar-se-á no dia 1º de janeiro de 1979, sob a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso.

Podemos notar nesse artigo que o General Ernesto Geisel e seus aliados, ao construir a lei, deixaram um espaço de um ano e três meses, para que o então presidente escolhido tivesse tempo de implementar todas as diretrizes sem interrupção de fora do governo federal.

Art. 7º - A partir da posse e até a promulgação da Constituição, o Governador poderá expedir decretos-leis sobre todas as matérias de competência legislativa estadual. (O PROGRESSO, 04/04/1979).

Este artigo foi tão significativo que podemos colocar como marco nas relações políticas entre o ARENA e o MDB, na época o deputado Sultan Rasslan revelava que o MDB não participaria da construção da Constituição, porque ela era uma cópia da Constituição Federal, e por isto eram leis que serviam os interesses do “governo da revolução”. Ele afirmou ainda que nenhuma emenda que tivesse um cunho social teria passado pois eram colocadas como inconstitucionais, termina explicando que a carta de Mato Grosso do Sul não possuía características de democrática na seguinte frase; “não se pode esperar muito mesmo de uma Carta Magna estadual, já que a democracia precisa de uma Constituição democrática e isso não existe no Brasil” (O Progresso de 15/05/1979)

O jornal O Progresso de 04/04/1979 comenta que a frase estava relacionada ao mal entendido entre a comissão constituída e o governador Harry Amorim Costa estava ligada à agressão, ao poder. Tratava-se de um corte à liberdade o que os constituintes estavam sofrendo ao elaborar a carta magna sobre a influência do poder executivo.

Enquanto as acusações desfilavam no cotidiano do novo estado, o mesmo começava a tomar forma administrativa através do comprimento das novas

normas estabelecidas pela 1ª constituição, dando um equilíbrio ao patrimônio dividido pelo desmembramento do Mato Grosso do Sul

Art. 20 - No respectivo território, o Estado de Mato Grosso do Sul sucede, no domínio, jurisdição e competência, ao Estado de Mato Grosso.

Sendo assim, tudo o que está sobre territórios desse Novo estado lhe pertence. Prédios e todas as composições que pertencem, inclusive as do tocante de pessoal.

Art. 21 - O patrimônio da Administração Direta do Estado de Mato Grosso existente, a 1º de janeiro de 1979, no território do Estado de Mato Grosso do Sul, fica transferido a este Estado.

Como podemos notar, as instituições que ficavam dentro do novo território estavam, a partir daquele instante, sobre as ordens do novo poder estadual.

Art. 22 - O patrimônio das entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas por lei estadual, compreendendo, os bens, rendas, direitos e encargos, será distribuído entre os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, em função das respectivas necessidades, com prévia audiência da Comissão Especial a ser criada nos termos desta Lei.

Não seria então difícil de acreditar que as instalações da Universidade Estadual de Mato Grosso se tornariam a nova instituição sul-mato-grossense, mas isto não aconteceu ao estado do Mato Grosso do Sul ficou sem universidade universidade pública estadual.

6 Art. 39 - A União providenciará as medidas necessárias à federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, localizada na Cidade de Campo Grande.

Em seu discurso, em 11 de outubro de 1977, em Campo Grande, o General Geisel explanou que a criação do Estado de Mato Grosso do Sul era uma mistura entre o reflexo da vontade popular e a integração do Estado nacional, e que o estado do Mato Grosso na verdade saiu ganhando, pois agora poderia dar conta do seu imenso território. O presidente chama a atenção ainda para o fato de que o estado de Mato Grosso, através da lei complementar n.º 31, teria o montante de recursos na casa de 2 bilhões de cruzeiros (O PROGRESSO, 3/1/1979).

Mas as diferenças políticas regionais e as mudanças no cenário político nacional iniciaram uma cascata de fatos que levaram o novo Estado de um

patamar de modelo, para uma apresentação semelhante ou piorada de Mato Grosso.

Maria Odete na dissertação “A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a criação, a implantação e a aventura do início da caminhada: 1979-1998 (2002)”, escreve que as facções se caracterizavam de três formas: uma ligada a Pedro Pedrossian, os independentes, outra descrita como ortodoxa, vinculada ao ex-governador José Fragelli e, logo depois, o surgimento de uma terceira facção ligada a Levy Dias, uma dissidência do grupo que apoiava Pedro Pedrossian. Entre os deputados que apoiavam os independentes, estava Walter Carneiro sendo este responsável por colocar, na primeira Constituição, a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. O jornal O Progresso de 12 de abril de 1979, informa à população que um projeto de lei seria enviado, na semana subsequente, prevendo que depois da federalização da UEMT, a próxima universidade estadual teria sua sede em Dourados, isto porque o estado de Mato Grosso já possuía outras instituições de saber.

O mesmo jornal na sua página 7 anunciava através do seguinte título “A volta dos direitos roubados pelo AI-5”. Nesta notícia, podemos notar os primeiros sinais de abertura política. Os pontos marcantes são o restabelecimento do habeas-corpus, à volta às garantias dos juizes, o fim do poder do decreto presidencial, a abertura para a criação de novos partidos e a suspensão de fidelidade por um ano.

Na solenidade, foram apresentados os deputados da Assembléia Constituinte, tendo como presidente o deputado Londres Machado da ARENA, que discursou sobre a importância dos parlamentares cumprirem o prazo de 60 dias para a entrega do anteprojeto da Constituição.

Dentro do cenário político sul-mato-grossense, Londres Machado exerceu o cargo de presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul e recebeu o colar do mérito Manoel de Campos Salles, a mais alta comenda concedida, sendo que apenas três pessoas à receberam até hoje. Bacharel em Ciências Jurídicas, iniciou sua carreira política em 1967 como vereador de Fátima do Sul. Depois de eleito, como deputado constituinte, permaneceu dentro da Assembléia Legislativa até os dias atuais.

Enquanto o confronto tinha como palco a Assembléia Legislativa e o governo, mais de 7000 alunos em Dourados ficavam sem vagas. Destes a maioria

entre a primeira e a quarta série. Mesmo que a cidade tivesse aumentado 18 salas, este número não reduziu o problema. Esta situação apresenta um caráter inverso da fala do governo, que apresentava o fim do analfabetismo neste município e o descrevia como o mais promissor do estado. Enquanto isso, o Colégio Estadual Presidente Vargas declarava que não aceitaria alunos carentes de adaptação pedagógica (aqueles que vinham de áreas menos desenvolvidas do Estado), como pode ser verificado no jornal O Progresso, de 13 e 14 de janeiro de 1979.

O primeiro mês da nova unidade da federação foi marcado pelas brigas entre Antônio Carlos de Oliveira e Valter Pereira de Oliveira, ambos do MDB, demonstrando assim uma estrutura frágil, ficando Walter de Castro como presidente do partido.

Já a ARENA tenta de alguma forma apaziguar as desavenças criadas depois do pronunciamento do líder desse partido, em que ele elogia Pedro Pedrossian. Este ao defender a candidatura de Rachid Saldanha Derzi, deixa claro aos seus correligionários que, através da seguinte afirmação na verdade, existe um só partido e que, portanto, tem um único candidato, além do que o mesmo foi escolhido pelo presidente da República, sobre aprovação da bancada oposicionista. Pede apoio ao governador Harry Amorim Costa. Mesmo que a ala independente não tenha conseguido eleger Pedro Pedrossian, ela devia se curvar e colaborar com as idéias do governo. Mas para a ala independente, escolher um senador biônico era um grande problema principalmente Rachid Saldanha, considerado populista, como podemos ver no texto que segue com o título: Filho ingrato.

Esta história me foi contada quando eu era repórter de televisão em Dourados, Mato Grosso do Sul. O senador Rachid Saldanha Derzi, já falecido, fazia campanha política pelo interior do Estado, quando chegou a uma cidadezinha, onde acontecia um velório. Político populista, estilo Paulo Maluf, ele costumava guardar na memória nomes dos seus eleitores ilustres e correligionários.

Tão logo entrou na casa, foi cumprimentando uma a uma as pessoas que ali estavam, sempre falando em voz alta e chamando alguns pelo nome. Em dado momento dirigiu-se a um dos moradores da casa e perguntou: - E aí fulano, tudo bem?

O rapaz meio sem jeito, falando em voz baixa, respondeu: - tudo bem, senador, dentro do possível. Ainda em tom de campanha eleitoral, o senador voltou-se para o rapaz:- E o teu pai, o beltrano, faz tempo que não o vejo, como ele está?

Ao que o rapaz respondeu ainda mais encabulado: - disfarça, senador, fale baixo, meu pai morreu ontem e é o corpo dele que estamos velando. O senador titubeou por alguns segundos, mas saiu-se com essa:- o quê?

Seu pai morreu?

Morreu pra você, que é um filho ingrato, para mim ele continua vivo, muito vivo, no meu coração [...]. (Jornal da Cidade – Bauru - 11/06/2005).

Os problemas não eram apenas de cunho regional: o jornal O Progresso trouxe, no dia 18 de janeiro de 1979, a informação que 25 deputados da ARENA tinham se rebelado e iriam apoiar sistematicamente as decisões do MDB, este grupo foi apelidado de “Al-Fatah”. A notícia desse fato desagradou o presidente General João Batista Figueiredo, que ainda não estava empossado. Isto porque estes, aproveitando a mudança da constituição a partir do fim do AI-5, planejavam, em sua grande maioria, mudar para o partido de oposição, tirando assim a força do partido governista dentro da Câmara.

Mesmo a fala dos dirigentes do partido do governo sobre a vantagem dentro do senado, não foi convincente para retirar dos senadores o medo destes se oporem aos rebeldes.

Do governo seguiu a seguinte frase para intimidar tantos os rebeldes como os representantes do MDB:

[...] é preciso entender que o País, nesta fase de transição para a normalidade, está como a pessoa que quebrou a perna e, depois de longo período de gesso, acabou de desengessá-la. Não vamos, portanto, querer jogar futebol logo depois de tirar o gesso. (O PROGRESSO 18/01/1979).

Tal afirmação demonstra que o governo militar estava ameaçando quebrar acordos, caso os extremistas não voltassem atrás quanto à mudança de lado político.

Em resposta, o MDB declara que seu partido está dividido em dois grandes grupos: o primeiro composto pelos partidários que dão voto de confiança na trégua de um ano para que o governo Figueiredo pudesse realizar as medidas necessárias para a transição. O segundo grupo, declarado como agressivo, estava mensurando se era tático um bombardeio de imediato ao governo. Chegando as duas partes a decisão de uma fixação de período de trégua, de forma que no final desta, a oposição estaria pronta para a luta aberta. (O PROGRESSO, 23/01/1979).

Se em âmbito federal os dois partidos tentavam o momento de trégua, no estado de Mato Grosso do Sul, o mesmo não ocorria, pois o líder da bancada oposicionista, deputado Sérgio Cruz, ao suscitar envolvimento com empresas de

outros estados, também sugeriu que o governador teria interferido junto à ARENA para eleger um senador biônico.

Em outras palavras, estaria ligado ao DNOS (DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO) e, portanto, a grupos com interesses não conectados ao estado. O deputado aproveita e deixa a seguinte frase de efeito “Também não poderia deixar de ser, ele também é biônico, e biônico com biônico se entende”, no que se trata do seu apoio a Rachid Saldanha Derzi. (O PROGRESSO, 24/01/1979).

As lutas tornavam-se tão acirradas que era possível no mesmo jornal encontrar o próprio líder da ARENA defendendo o novo governador, que estava sendo acusado pelo deputado Sultan Rasslan pelo mau uso do orçamento a ele confiado. O deputado via como mordomias desnecessárias o uso dos carros oficiais pelas madames, entre outras acusações como podemos ver na nota seguinte de jornal:

Líder da ARENA defende Governador

CAMPO GRANDE - O líder da Arena, deputado Valdomiro Gonçalves, condenou ontem as críticas do deputado Sultan Rasslan (MDB), onde o deputado opositor denunciou as mordomias, do governador Harry Amorim Costa, que somente de aluguel vem gastando mensalmente. 3 milhões de cruzeiros.

Conforme Valdomiro Gonçalves, Campo Grande não possui estrutura para abrigar uma capital, o governador foi nomeado e ainda não teve tempo para agir.

De outra parte, o deputado Sultan Rasslan, do MDB, acha que as mordomias estão no uso indiscriminado de carros oficiais pelas madames, que nos finais de semana são encontradas nas boutiques, supermercados e cabeleireiros, defilando em opalas pretos e executivos, o que nada tem a ver com a falta de tempo do governador, que teve 8 meses para, implantar sua extinta administração. (O Progresso, 24/01/1979).

Realmente, existe uma inconsistência entre o orçamento deferido pela lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, no art. 30, destinado para instalação do Estado, que era de Cr\$ 150.000.000,00 anualmente, e gastos como os de aluguel chegavam a casa de Cr\$ 3.000.000,00 mensais, acumulando uma projeção no montante de 18% do total em 11 meses como podemos ver no gráfico a baixo:

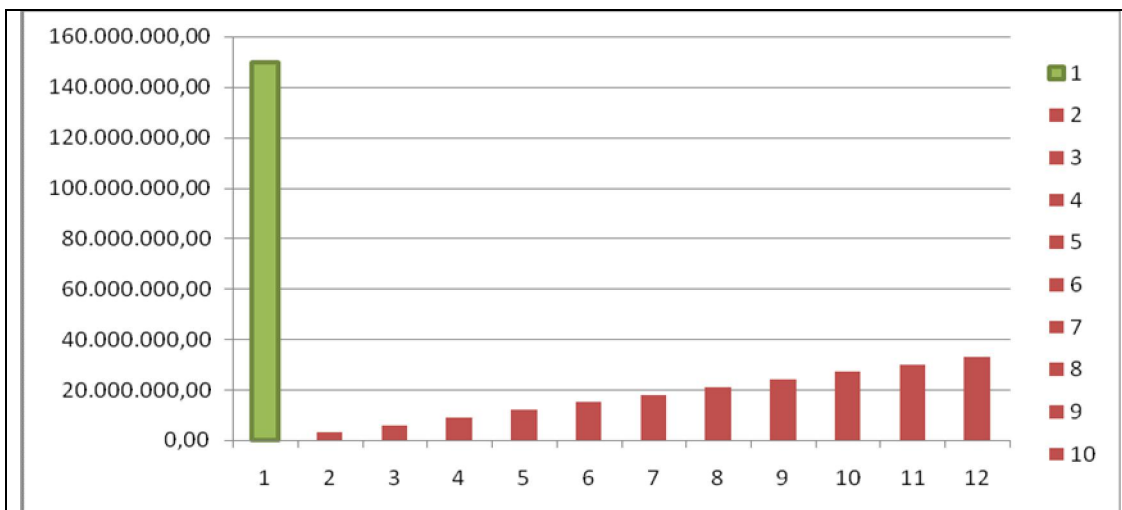


Tabela 2 - O gráfico abaixo demonstra uma previsão de gasto de 11 meses de aluguel de veículos na gestão do Governador Harry Amorim Costa.

Já o orçamento para o início dos trabalhos legislativo do ano de 1979, no art 38 §1 da lei complementar 31, seria de Cr\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros), Mas a todo instante, surgiam fatos que colocavam em jogo a credibilidade do novo governo, até mesmo quando a discussão era sobre o final da PRODEGRAN (Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados). Diante disso, achava-se espaço para fazer comentários como: “na verdade sabemos que nem 30% dos recursos destinados ao PRODEGRAN foram efetivamente aplicados, com infra-estrutura regional ou na agropecuária. (O PROGRESSO, 25/01/1979).

A ocorrência começa a se tornar tão desagradável que o líder do governo e também da ARENA, deputado Valdomiro Gonçalves em seu pronunciamento em sessão ordinária, afirma que “A nomeação do governador Harry Amorin Costa foi resultado de um erro da classe política de Mato Grosso do Sul”. O deputado tenta demonstrar que se “esse” tinha sido escolhido para governador não era pelos seus atributos pessoais, mas, sim, pela falta de força dos políticos em escolher um representante para o governo. Tal pronunciamento deixou todos atônitos, inclusive, o líder do MDB regional, que comentou que “Na verdade, isto tudo veio de cima para baixo e o Político nada pode fazer”. (O PROGRESSO, 26/01/1979).

Em resposta à situação da eleição de deputado biônico, o deputado Ramez Tebet, que mesmo percebendo que o momento era de mudança política, se pronuncia utilizando a seguinte lógica: “Se povo votou em maioria na ARENA, porque votou no senador biônico em todas tomadas de atitude dos escolhidos?”

Não demoraram as respostas dos opositoristas, que na voz do deputado Jesus Gaeta solta o seguinte comentário: “Apeie do Cavallo Figueiredo, levante-se Pedrossian”, numa clara menção que o presidente deveria descer do muro e colocar em prática a abertura política, e que Pedro Pedrossian, que tinha sido eleito por voto aberto, saísse da “posição de cócoras” e escolhesse um dos lados, com isto o chamando de “covarde”. (O PROGRESSO, 27 e 28/1/1979).

Mesmo com os apelos do MDB, Rachid foi eleito como senador biônico, deixando o partido opositorista em descrédito, pois o senador foi eleito com maioria dos votos dos deputados presentes na Assembléia, ou seja, situação e oposição, e às 12h do domingo, já consagrado senador, o mesmo encontrava-se na Assembléia Constituinte, em companhia do governador para receber o diploma de mandato de oito anos, (O PROGRESSO, 30/1/1979).

Todo dia, uma nova notícia sobre a situação do governador tinha destaque no jornal, para tentar esfriar os ânimos. A ARENA saiu a favor do governador dizendo que tanto ala independente como ala ortodoxa do partido, representadas por Pedro Pedrossian e Rachid, respectivamente, tinham chegado a um acordo de apoio a sua governabilidade. (O PROGRESSO, 7/2/1979). Esta notícia tinha como objetivo colocar como inverídica as afirmações que Harry Amorim poderia renunciar e também de contornar a fala de alguns arenistas, colocados como político sem expressão, que se dedicavam às mentiras, pois não tinham conseguido cargos dentro do governo.

Razuk (2007) afirma sorrindo que os políticos regionais fingiam apoiar o governador, mas planejavam pelas costas “puxar-lhe o tapete”¹¹. As diversas tentativas de reunificar a ARENA começam a tomar forma, como a tentativa de adesão dos prefeitos que iriam apoiar Harry, já que as cinco alas conhecidas do partido governista tinham se aliado para formar uma frente de apoio e de reconciliação do partido. O editorial do jornal apresenta a seguinte discussão:

Podemos notar na frase ‘um vício, ou melhor, um círculo vicioso pega-largo. Hoje Rachid dá as mãos a Miranda, representante máximo do senador Pedro Pedrossian e todos se entreolham, compreendendo-se e aliando-se uma tramóia ainda não declarável’. (O PROGRESSO, 13/02/1979).

O próprio senador Rachid diz que se depender da união de todas as alas

¹¹ A expressão puxar-lhe o tapete, foi mencionada várias vezes, neste trabalho, tanto em entrevistas como em artigos de jornal, ela faz parte da linguagem política brasileira.

para evitar a corda no pescoço, poderiam se certificar de que existiria uma condenação à morte. Com essa fala, o senador deixa a entender que não existia apoio de todas as alas ao governo e que existia por detrás de tudo um grande golpe para derrubar o governador biônico. (O PROGRESSO, 13/2/1979).

Para aqueles que tentavam dar o golpe, a queda do governador significava que Pedrossian tornar-se-ia o administrador do estado, e com isto Rachid iria embora para o exterior, Fragelli continuaria. Itálvio iria ser senador indireto e Canale pegaria o lugar de Pedro Pedrossian, de modo que Levi teria o mesmo fim que Harry Amorim. Esta situação demonstra que o futuro do governador estava traçado e que todos os envolvidos conjeturavam, mas ninguém abria o jogo. (O PROGRESSO, 13/2/1979).

Enquanto a crise política aumentava, os setores educacionais de Mato Grosso do Sul se organizavam para iniciar várias atividades contra a política governamental. Entre as muitas, podemos citar a articulação das associações de professores.

A propaganda é a alma do negócio, uma frase muito utilizada, e ainda proporciona um grande feito. Isto porque entre as várias partes de uma propaganda, tem aquela que é responsável por convencer o usuário. Sendo assim, vamos pensar em SLOGAN. “Melhoral é melhor e não faz mal”, “ Se é Bayer, é bom”, ou “HEI DE VENCER MESMO SENDO PROFESSOR¹²”. Acredito que o último tenha causado estranhamento ao leitor, deixando uma sombra de um anti-herói. Causou-me estranheza ao encontrar esta frase no jornal O Progresso de 13/2/1979, numa matéria que informava sobre o apoio dos professores de 1° e 2° graus à Universidade Estadual de Mato Grosso, que estava em greve. Esta frase acaba demonstrando como estava o amor próprio dos professores em Mato Grosso do Sul, e como estava a situação das instituições de ensino superior no Centro-Oeste do Brasil.

Entre os vários pronunciamentos desse dia, este foi o mais significativo no sentido de conseguir maior valorização da classe. Entre as várias decisões, temos a regionalização do jornal da organização “Quadro Verde”, órgão oficial da associação douradense de professores, editado mensalmente. A partir daquele momento, o noticiário passaria a ter a colaboração de outras associações, sempre

¹² Esta frase é apresentada em letras garrafais, pois é desta forma que ela se apresenta nos textos originais, como por exemplo , o Dossiê UILA e o Jornal O Progresso.

com o intuito de “Elogiar o certo e criticar o errado, no que diz respeito a problemas educacionais e, sem paixões políticas partidárias” (BIASOTTO, 2007).

Paralelamente a isto, no círculo político, o MDB volta-se para as acusações contra Harry Amorin, acusando-o de utilizar seus assessores para coordenar apoio por escrito de todos os prefeitos de Mato Grosso do Sul. Este fato ficou classificado como uma ameaça que o governador havia feito aos infortúnios que os municípios que não o apoiasse sofreriam. Mas depois da fala do deputado Getúlio Gideão Bauermeister, afirmando que não colocaria nenhuma cabeça de prefeito a prêmio. Isto acabou deixando de ser algo do âmbito das discussões.

Vale lembrar que o manifesto tinha a finalidade de convencer o Presidente João Batista Figueiredo sobre a importância de manter o governador até o final de seu mandato. Esse tipo de atitude demonstra que as investidas para sua retirada estavam tendo algum tipo de repercussão no governo federal. Tendo em vista que o partido de maior força no estado era a ARENA, ficamos tentados a pensar que os envolvidos em puxar o tapete também estariam nos seios deste partido.

Enquanto isso, no cenário da vida do cotidiano, denúncias apresentavam o produto de uma vida política vivida durante o período ditatorial: o desemprego, a fome e a miséria, todos executados pelo regime de repressão. Demonstrando assim que os capitalistas levavam as famílias populares a estarem subjugadas, à justiça parcial, violenta, cruel, insensível, intransigente. Em nota oficial, o MDB acusa o governo federal de ser o culpado confesso da crise econômica, social e política que vivia o país. (O PROGRESSO, 15/2/1979).

A imprensa sul-mato-grossense no dia 2/03/1979 estampava em suas capas a indignação dos deputados estaduais, em que a maioria da ARENA se diziam “cansados das mentiras de Pedrossian”, e se opunham à idéia de tê-lo como candidato a governo do estado de Mato Grosso do Sul, logo após a posse do Presidente Figueiredo.

Em resposta à investida para a derrubada, um manifesto, com assinaturas de 31 prefeitos, enviado ao presidente da República, pedia para que o governo federal não se deixasse influenciar pela fala daqueles que desejavam derrubar o governador. Mesmo com informações desencontradas, muitos políticos não tinham descido de seus respectivos muros, esperando o dia 15 de março, quando a troca de presidente da República aconteceria.

O senador Mendes Canale, tentando minimizar a situação desagradável na

qual se encontrava o governador, descreve a viagem do governador para assistir a posse de Figueiredo, como um ato político importante, e que nesta ida a Brasília foram mantidas conversas respeitáveis entre o executivo do Estado e representantes federais da ARENA.

Mesmo assim, os boatos eram que a viagem de Londres Machado, que foi realizada de uma forma sigilosa até Brasília, a pedido de Pedro Pedrossian, tinha como finalidade analisar e consolidar a troca do governador. Tais informações ficavam mais fortes por causa das outras reuniões que se seguiram, vindo a se agravar quando Rudel Trindade se manifestou contra o governador.

A condição de do Deputado Londres Machado era muito favorável, pois detinha o poder de ser presidente da Assembléia e por tal o seu julgamento poderia ter força na escolha ou na substituição do então governador de Mato Grosso do Sul. (O PROGRESSO, 22/3/1979). Mas, ao contrário do que pensava o senador Pedro Pedrossian, cada vez mais o governo tomava força entre os prefeitos e deputados estaduais, como vimos em notas anteriores. Além disso, não havia nenhuma vontade política do futuro governo federal de modificar os cargos de comando do estado de Mato Grosso do Sul. Em nota à imprensa, assinada em Campo Grande, em 26 de março de 1979, a bancada dos independentes, força ligada a Pedro Pedrossian, divulga que apóia o governo de Harry Amorin Costa, em 5 pontos aqui apresentados:

1) Os deputados estaduais da ala independente não participam de nenhum movimento, estudo ou entendimento com vista a substituição ou permanência do atual governador Dr. Harry Amorim Costa, uma vez que o assunto, por ordem legal é da alçada governo federal, falecendo aos deputados qualquer competência nesse sentido

2) Que o apoio governo estadual, que vem sendo dado pela ala independente, além de perfeita consonância com a diretriz partidária integrada, que está com os demais membros do poder legislativo na defesa dos magnos interesses do Estado.

3) Em momento algum os integrantes da ala independente sequer pensaram em abandonar a filosofia política do eminente líder senador Pedro Pedrossian, que tem por objetivo implantar neste Estado uma mentalidade capaz de varrer do nosso cenário político à velha estrutura oligárquica que por tanto tempo cerceou a liberdade do nosso desenvolvimento, através dos ultrapassados critérios de favorecimento pessoais e clientelismo político.

4) Que continuam os deputados da ala independente fiéis as suas origens, das quais nunca se afastaram.

5) O comportamento da ala independente continuará como sempre foi, nas exatas dimensões de sua responsabilidade perante o povo e perante sua filosofia de ação. (O PROGRESSO, 26/03/1979).

Com essa atitude, o principal grupo oposicionista se aliava ao governo, e

os desejos de Pedro Pedrossian de ser governador deixavam de existir. Mesmo assim, um trabalho de bastidor era feito. Em entrevista, o ex-deputado Roberto Razuk (2007) afirma que a classe política inicialmente aceitou, mas, ao mesmo tempo, começou a fazer um trabalho de bastidores... então puxaram o tapete”.

A Constituição volta a ser foco de discussão pelo menos na grande mídia. O anteprojeto começa a ser discutido, quando em entrevista ao jornal, Carlos Ney Silva (Advogado da Comissão de Ética), encontra problemas sérios em alguns temas considerados estratégicos. Nessa situação, certas normas inseridas têm apenas a finalidade de apadrinhar os protegidos dos políticos, o que ele considerava vergonhoso para o novo Estado esse tipo de situação. (O PROGRESSO, 27/03/1979).

Carlos Ney explicava que isso se dava pelo artigo 187 do anteprojeto que propunha que aos “servidores do estado que na data da promulgação desta Constituição contassem com mais de cinco anos de serviços fica assegurada a estabilidade no serviço público”. Com isto, os funcionários com mais de 5 anos de trabalho para o governo teriam “ganhado” estabilidade, seja ele concursado ou não, criando assim um grande problema administrativo, e diminuindo as vagas para concursos públicos.

Londres Machado faz considerações diferentes, mostrando-se menos pessimista e tecendo muitos elogios para todos os representantes da Assembléia Constituinte. Disse ainda que a Constituição era o jogo de equipe e que ela representava os desejos da sociedade sul-mato-grossense, terminando seu discurso com a conhecida frase “Que Deus nos ajude, nos guie e nos ilumine. (O PROGRESSO, 4/4/1979).

Nesse cenário, o projeto de construção volta para a Assembléia Constituinte, onde o relator Ramez Tebet pede para que toda a sociedade participe da elaboração da sua própria constituição, visto que o governador Harry Amorin entregou na sua visita um projeto de constituição pronto. Com isto, Tebet levantou acusações de agressão ao direito democrático, pois diminui os poderes das constituintes, dando muitos poderes ao executivo.

Paralelamente à construção da carta magna do Estado, os políticos opositoristas construía formas de garantir a saída de Amorim, sem ter nenhuma oposição da ARENA que, aparentemente, até desejava isto.

O presidente do Diretório Regional do MDB, Antonio Carlos de Oliveira,

apresentou uma emenda à Constituição de Mato Grosso do Sul, que previa eleição direta para governador em 90 dias após a aprovação da Constituição. Mas a própria oposição, adiantava que esta emenda seria combatida não pelo gabinete da presidência, mas pelo próprio general Golbery que, através de seus representantes no Congresso, não deixaria a lei passar, pela sua inconstitucionalidade. Em resposta, o MDB apresenta a seguinte nota ao Jornal:

Vale lembrar ainda que a medida adotada pelo MDB, é considerada inconstitucional, mas segundo Antônio Carlos, o MDB jurou a emenda de eleições diretas para governador, por isso, não tem compromissos com a Constituição Federal. 'A intenção é sensibilizar a classe política e cumprir um dever para com o povo, afirmou'. (O PROGRESSO, 18/4/1979).

Enquanto os trabalhos na constituinte se desenrolam, os trâmites para derrubar o governador têm seus primeiros efeitos como podemos observar na frase atribuída a Harry Amorim com o seguinte teor: "É uma idéia livre e democrática, pois é muito difícil agradar a todos". A frase refere-se aos vereadores da Câmara Municipal de Campo Grande, quando aprovaram o requerimento ao presidente Figueiredo, que pedia o imediato afastamento da executiva estadual. Essa situação acontece logo após a chegada do governador de uma viagem que ele havia realizado a Brasília com o intuito de encontrar com o ministro do interior Rangel Reis e assistir a posse do Presidente da República (O Progresso 17 e 18 de março de 1979).

Diante disso, fica aparente a existência de duas frentes dentro da política sul-mato-grossense, a primeira com intuito de garantir os desejos de uma das alas representadas, e outra com a intenção de retirar o governador.



Fig 8 -Imagem produzida para o Jornal O Progresso- Wilson Walentin Biasotto

Uma terceira frente começa a se organizar: é a FEPROSUL (Federação das Associações de Professores de Mato Grosso do Sul) que escolhia a sua primeira diretoria, que tinha como representantes de Dourados Wilson Walentin Biasotto (PMDB), Antonio Carlos Biffi (PMDB) e Abramo Louro Neto. Entretanto, Biassoto seria o mais cotado para a presidência da entidade (O PROGRESSO, 6/4/1979). Sendo assim, um cenário de longas lutas dentro do setor da educação começa a

ser desenhado neste instante, pois como podemos perceber estes nomes aparecem até os dias atuais na política sul-mato-grossense principalmente no enfrentamento que vai ocorrer posteriormente entre os que desejavam a UEMS ou os que lutavam pela UFGD.

As diferenças iam além daquelas estabelecidas entre o governo e as associações de professores. Pois estavam ligadas as diferenças partidárias, entre PDS e o PMDB.

Uma das pautas de discussão dentro da Assembléia Constituinte ia diretamente de encontro à organização de professores de Mato Grosso do Sul. Tratava-se da votação que iria ser realizada pelos membros da Assembléia Constituinte do Estado, eles iriam votar, no dia 17/5/1979, a emenda ao projeto da constituição apresentada pelo deputado Walter Carneiro, que obrigava o governo a instalar a Universidade Estadual.

O Deputado Walter Carneiro defendia que a criação da universidade não passava pela transformação do Centro Universitário de Dourados e de seus cursos para UEMS, mas, sim, determinaria que o Estado criasse uma instituição Estadual com sede em Dourados.

Aparentemente, existia um consenso em aprovar a emenda, ficando somente a dúvida se o deputado Sultan Rasslan, que foi contra inicialmente, daria o seu apoio. Em entrevista ao jornal O Progresso, do dia 17/05/1979, Carneiro argumentava que só faltava a aprovação de Sultan para que a bancada do MDB votasse a favor.

Walter Carneiro (2007) salienta que naquele momento a comissão constitucional foi contra, mas ele, usando de uma estratégia política, apresentou a mesma emenda 2 dias após a primeira votação, mudando o texto inicial e teve a aprovação unânime da nova lei. O Progresso em 18 de maio de 1979 apresenta a seguinte manchete: “Assembléia aprova: Universidade Estadual será em Dourados” e que esta nova instituição não iria ter as instalações da UEMT como local de cursos.

Mesmo a Assembléia Constituinte afirmando que o CEUD não se tornaria UEMS, os jornais noticiavam o cotidiano destas instituições desta forma:

A Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, da Universidade Estadual de



Fig 9-Walter Carneiro
Deputado r Dourados

Mato Grosso do Sul - UEMS, atendendo solicitação do Departamento de Estudos Sociais do Centro Universitário de Dourados - CEUD, aprovara aproveitamento de créditos dos alunos licenciados em Estudos Sociais, para cursarem 'História' a partir de julho de 1979. (O PROGRESSO, 23/05/1979).

Mas diferente do esperado, a nova universidade não aconteceu, pois no dia 13 de junho de 1979, o governador Harry Amorin foi exonerado, após um grande jogo de interesses entre os deputados Pedro Pedrossian, Ramez Tebet e Londres Machado. Este fato veio à tona junto a muitas acusações feitas pelo MDB de desvio de verba pública, inviabilizando a construção de qualquer tipo de obra de grande porte, como, por exemplo, a UEMS.

Wilson Valentim Biassoto em entrevista para NMHU em 23/10/2007, descreve a cena de umas das diversas reuniões políticas, que esperavam a notícia da exoneração do governador.

Eu estava no gabinete do Odilon Martins Romeo¹³, com Bife, Eusébio Barros uma outra grande liderança do movimento dos professores, Valéria Ibacha vereadora pelo PMDB, nós estávamos como umas outras pessoas, outras lideranças do professorado no gabinete do Dr. Martins quando chegou a notícia da queda do governo Harry Amorim e eu vi uma lágrima nos olhos de Odilon Martins Romeo¹⁴

1.4 A educação no Mato Grosso do Sul

Nos primeiros anos da divisão de Mato Grosso, certos problemas no setor de educação ainda não tinham sido resolvidos. Na obra de Wilson Valentin Biasotto e de José Laerte Cecílio Tetila (1981), é descrita uma situação caótica de total abandono, em que a herança oriunda da divisão era uma rede pública com prédios velhos e com falta de sala de aula. Havia ainda uma grande ineficiência em administrar as migrações e imigrações que aconteciam na região, dando ao novo estado uma situação de total abandono.

Mas não era de se esperar algo diferente da situação acima citada, já que os problemas eram uma herança maquiavélica de um estado governado por políticos ligados aos latifúndios e oligarquias. Desta forma, constituíam um grupo que não se preocupava com a educação da população, visto que podiam enviar

¹³ Secretário de Desenvolvimento da gestão do governo de Harry Amorim

¹⁴ A única fonte descrita de Odilon Martins Romeo que encontrei, vem de uma acusação feita por Londres Machado, onde ele diz ser necessário “pressionar o secretário Odilon Martins Romeo, de Recursos Humanos, para um comportamento mais responsável e coerente com a importância da área que dirige, pois o secretário está comprometendo tudo que é reivindicado e depois se esquece e não pode cumprir” (O Progresso, 22/03/1979).

seus filhos para São Paulo, onde receberiam uma “educação de qualidade”¹⁵.

A professora Leila Fioravante Rosa (apud BIASOTTO e TETILA, 1981) diz que para nomear alguém do setor da educação era quase uma utopia, pois não existiam meios de comunicação eficazes. Além disso, havia o controle exercido pelos partidos que decidiam quem iria e quem não iria trabalhar dentro dos quadros da educação, tendo em vista que a grande maioria era de contratadas(os).

Wilson Barbosa Martins (2008) comenta que era impossível provocar naquele tempo motivações e reações de uma forma organizada que viesse trazer avanços na luta. A submissão à ingerência política e a outros problemas de segurança impediam uma mudança da forma da educação. Era visível então a impossibilidade de criar uma associação de classe que pudesse ser integrada pelos desejos dos professores.

Sultan Rasslan (apud BIASOTTO e TETILA, 1981) ao expor a dificuldade do início do governo Pedro Pedrossian, afirma que os professores, neste período, foram mais atacados. Já sua esposa, a professora Irene Nogueira Rasslan (apud BIASOTTO e TETILA, 1981), descreve um professorado imóvel e acomodado, que se preocupava com os baixos salários, mas esperavam que os aumentos fossem dados de cima para baixo. Segundo ela, comentavam que o governador mantinha os professores em uma pobreza franciscana.

Em pleno desenvolvimento econômico, com índices de 10% do PIB, o salário dos professores de Mato Grosso Sul, ficou sem aumento durante quatro anos. Sultan descreve que foi o pior governo de todos os tempos e que era comum professores devendo na praça, sempre pagando com multas por causa dos atrasos nos pagamentos servidores públicos. Outro problema herdado na divisão foi o pequeno número de professores nomeados, uma vez que a sua grande maioria fazia parte de contratos.

Importa também destacar o grande número de professores leigos que tinham seu contrato de apenas dez meses. A situação era caótica ao ponto que para receber o salário era necessário apresentar o título de eleitor, pois assim na época das eleições os políticos podiam enviar seus santinhos para cada funcionário.

¹⁵ Entrevistados como Roberto Razuk, Walter Carneiro, descrevem desta forma o motivo de irem estudar fora do Estado de Mato Grosso.

Em sua pesquisa, Amaral (2002) afirma que o estado de Mato Grosso do Sul possuía 56.027 crianças fora da escola, faltando na média de 600 salas de aula, com um corpo docente de 2393 professores. Destes apenas 422 possuíam licenciatura plena. A pesquisadora descreve ainda que este e outros fatores levaram às longas greves que afligiam o Estado.

A organização do sindicato dos professores de Mato Grosso do Sul deu início aos movimentos de contestação e de certa forma de controle deste setor e suas instituições representantes, dentro da nova unidade da união.

É dentro desta história política, que o Estado de Mato Grosso foi dividido. Surge o estado de Mato Grosso do Sul, marcado por estar sendo desmembrado durante um regime autoritário, que atendia aos anseios de uma classe social específica e que se traduzia na formulação da constituição do novo Estado. Este reconhecia a Universidade como ferramenta do Estado ao afirmar a sua existência em 1979, e a reafirma na Constituição de 1989 nos seguintes parágrafos:

Art. 48. Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, cuja instalação e funcionamento deverão ocorrer no início do ano letivo de 1992.

Art. 50. Fica criado o Centro de Ciências Humanas e Sociais, com sede na cidade de Jardim, pertencente à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, devendo sua instalação e funcionamento ocorrer no início do ano letivo de 1992. (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 1979 e reafirmado em 1989).

Walter Benedito Carneiro descreve que foi eleito dois anos depois da divisão do Estado e isto porque a instalação somente se deu em janeiro de 1979, e uma das primeiras questões que ele levantou para o seu grupo de amigos era sobre o Estado do Mato Grosso possuir duas universidades e sendo assim indagava por que o estado do Mato Grosso do Sul recém-criado não poderia ter uma universidade estadual.

Dessa forma, Carneiro entregou a emenda aditiva nº 50 no dia 24 de abril de 1979, que trazia a informação: “O deputado que esta subscreve, nos termos e conforme o parágrafo 2 do artigo 20 do regimento interno desta casa, apresenta emenda auditiva do projeto de constituição, no título das disposições Gerais e transitórias: Artigo (-) face à federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, quando da criação das leis da estadual de Mato Grosso do Sul, essa será instalada na cidade de Dourados”.

Em seu discurso para a Plenária constituinte ele apresenta os motivos por que escolheu Dourados como referencial para UEMS como podemos notar:

Não se pode deixar de dizer que Dourados é hoje o maior centro econômico e populacional do interior do Estado. Ocorre ali verdadeira explosão demográfica, o que requer uma maior e mais seletiva oferta de serviços. Nesse contexto, a educação e a capacitação profissional em nível superior, já ali tão reclamadas, conseguiram levar para a cidade nada menos que sete cursos superiores, constituindo-se em um centro universitário de real expressão.

No Discurso realizado por Walter Carneiro aos estudantes do colégio Objetivo ele defende a questão da criação da UEMS com a seguinte afirmação:

Dourados conta hoje com o curso de Administração de Empresas, reunindo em seu redor mais de 1200 alunos. Também há que ressaltar que todo estado conhece as dificuldades e os constrangimentos vividos pelos alunos da faculdade de Agronomia de Dourados, assim como o drama dos professores, alunos e familiares, face à instabilidade do refrão “que Dourados tem a vocação agrícola da região.

A criação de universidades em Dourados irá consolidar as conquistas que nesse campo as pessoas de Dourados alcançaram, embora tardiamente. Também irá proporcionar de direito, ao grande pólo de desenvolvimentos que é Dourados, a maturidade que de fato já alcançou.

Walter Carneiro, (2007) em entrevista, afirma que ao pensar a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conversou muito com seus aliados políticos, que percebiam que Dourados possuía uma das áreas mais propícias para a implementação da sede da universidade, pois além do seu potencial na agricultura também se destacava como pólo universitário do novo estado. Mas como garantir que ela seria alicerçada em Dourados?. Talvez a resposta esteja relacionada ao fato de a grande maioria da Assembléia Constituinte ter conseguido os seus votos em Dourados. Sendo assim, o texto enviado para aprovação da Assembléia Constituinte tem a seguinte escrita: “fica criada a Universidade Estadual de Dourados”.

Vale lembrar que a primeira idéia de emenda para criação da UEMS não foi aprovada pelo redator da constituição. Diante disso, Walter Carneiro (2007), em entrevista explica que durante a votação da constituinte, escreveu de próprio punho uma nova proposta de emenda constitucional tendo uma nova formulação, que ficou com a seguinte definição: “[...] Face à federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, quando da criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, esta será instalada na cidade de Dourados” (escrita de próprio punho no verso da ATA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO ARTIGOS 190, 17

de maio de 1979).

O ex-deputado Walter Carneiro diz que a comissão não aprovou a emenda declarando que a mesma não fazia parte de uma lei para a constituição do Estado, mas, sim, de um projeto que deveria ser enviado posteriormente aos trabalhos da comissão.

A primeira emenda ao projeto da constituição, apresentada pelo deputado Walter Carneiro, foi rejeitada pela comissão constitucional, por entendê-la objeto de legislação ordinária. Descreve ainda que o parlamentar douradense não desistiu e durante a sessão de 17 de maio de 1979 articulou o apoio dos demais deputados, conseguindo uma subscrição, da maioria dos membros do poder à proposta de inserir na Constituição do Estado a criação da Universidade, justificada a partir da federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso. (ATA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO ARTIGOS 190, 17 de maio de 1979).

É importante apontar, nesta discussão, que acaba passando despercebido, que o nome da universidade deveria ser Universidade Estadual de Dourados, pois “na cabeça”¹⁶ do criador do projeto a universidade não teria várias unidades, como ele mesmo declara em entrevista.

Carneiro descreve que a briga por uma universidade estadual foi até a plenária da Comissão de Constituição, onde ele passou de deputado por deputado pedindo o voto na emenda e conseguiu assim a sua aprovação e a sua escrita na Carta Magna. Ao pesquisar as constituições dos estados brasileiros, verificou que poucos estados descrevem as suas universidades, de maneira que, em alguns casos, a palavra universidade nem aparece na constituição, mas o que fica aparente é que a mesma é uma instituição orgânica do estado, mesmo não aparecendo em sua constituição ela está lá:

Nosella afirma que a universidade é uma instituição orgânica dos Estados modernos, de certa forma durante algum tempo ele também acreditou nessa afirmação, não que ela não seja uma possibilidade (NOSELLA, 2001, palestra).

Verifica-se que as autoridades do Estado de Mato de Grosso do Sul, tinham como idéia que a universidade, era uma instituição, que já fazia parte da estrutura básica desta nova unidade da federação brasileira, e por isto, a sua citação na Constituição Estadual de 1979.

¹⁶ Walter Carneiro em entrevista para o NMHU, usa estas palavras para representar como a o projeto de UEMS sido projetado.

Razuk (2007) acrescenta que a idéia de universidade não surgiu da vontade política ou do planejamento dos deputados, mas sim pelas ruas de Dourados entre o período do segundo semestre de 1979 e primeiro semestre de 1980, com as passeatas dos estudantes, reivindicando uma Universidade na cidade de Dourados. Essas manifestações foram acompanhadas de perto pelo deputado Walter Carneiro, que levando a luta dos estudantes para dentro da Assembléia, garantiu na Constituição de 1979 a obrigatoriedade do estado construir a UEMS com sede em Dourados.

Razuk (2007) revela ainda que tem uma grande dúvida se nesse primeiro instante do estado de Mato Grosso do Sul, o motivo que impediu o surgimento da UEMS foi a falta do interesse dos governantes da época ou foi realmente pela falta de orçamento, devido ao fato de ser um estado novo e também por causa das complicações que se deram na questão de manter um governador fixo, isto porque houve uma alternância constante.

Diante do exposto, podemos concluir que não existiu um ou outro fator que impedisse o surgimento da UEMS, o que parece é que vários fatores levaram a Universidade a ser criada legalmente dentro da Constituição e não ter sido instalada. Entre eles temos problemas no setor da educação, adquiridos do Estado de Mato Grosso, em que mais de cem mil crianças estavam fora de sala de aula, as denúncias de desvio de verba pública para manter o governador Harry Amorim no poder. Também para manter as mordomias de um grupo ao qual ele representava e, por final, o fator equilíbrio político, em que muitas forças lutavam para permanecer no poder. Com isto, não existia um tempo para amadurecer um governo. Sendo assim criar uma instituição de ensino superior ficou para segundo plano.

CAPÍTULO 2

O PROJETO DA UEMS DE 1984 E A SUA NÃO IMPLEMENTAÇÃO.

E aprende a construir todas as suas estradas no hoje, porque o terreno do amanhã é incerto demais para os planos, e o futuro tem o costume de cair em meio ao vão. Depois de um tempo você aprende que o sol queima se ficar exposto por muito tempo. Willian Shakespeare.



Fig 10 -O pior analfabeto é o analfabeto político
imagem de Carlos Latuf

Este capítulo discute o novo momento da história da UEMS, apresentando o cenário da política do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a reabertura política. Também mostra as conseqüências disto para a educação do novo estado, visualizadas por meio de algumas entrevistas, jornais e documentos produzidos naquele momento. Debate ainda as relações entre as principais forças políticas e os grupos aos quais representavam, e as diferenças entre os representantes dos professores que pensavam a UFGD e as forças políticas que queriam instalar a UEMS, apresentando alguns fatos, que são característicos na política sul-mato-grossense.

O período que vai ser trabalhado a seguir está relacionado diretamente

com a abertura política, e a volta dos direitos estrangulados durante o governo militar. O que fica claro ao ler um pouco sobre este momento de transição, é que o regime ditatorial criou durante os 20 anos de sua administração, uma multidão de analfabetos políticos, e que estes iriam fazer perpetuar alguns representantes do antigo regime, não modificando em nada o novo momento da sociedade brasileira. Por tal escolhi iniciar esta discussão com uma poesia de Bertold Brecht¹⁷ para esclarecer os perigos de um analfabetismo político e as consequências deste para a sociedade:

O Analfabeto Político

O pior analfabeto
É o analfabeto político,
Ele não ouve, não fala,
nem participa dos acontecimentos políticos.
Ele não sabe que o custo de vida,
o preço do feijão, do peixe, da farinha,
do aluguel, do sapato e do remédio
dependem das decisões políticas.
O analfabeto político
é tão burro que se orgulha
e estufa o peito dizendo
que odeia a política.
Não sabe o imbecil que,
da sua ignorância política
nasce a prostituta, o menor abandonado,
e o pior de todos os bandidos,
que é o político vigarista,
pilantra, corrupto e o lacaio
das empresas nacionais e multinacionais.

Esta reflexão ficou mais latente a partir de uma conversa com um amigo que me fez o seguinte comentário “em off”:

Na cidade de Dourados ainda se passa de madrugada comprando votos dias antes da eleição. Principalmente, nos bairros mais pobres do município, onde falta o básico para muitos. Certa vez, dois grandes políticos regionais chegaram a se encontrar de madrugada e se estranharam de tal forma que quase sacaram das armas, mas logo se reconheceram e cada um foi para o seu lado.

Mas não é assustador que a compra de votos exista, até hoje em todo o território brasileiro, isto porque, esta mantém o populismo, as fraudes governamentais, como uma bola de neve que volta para seu ponto inicial e repete em algumas variações, só aumentando de tamanho e atingindo uma grande população que há muito tempo sofre com o descaso dos mesmos políticos.

¹⁷ Nascido *Eugen Berthold Friedrich Brecht* na Baviera, Brecht estudou Medicina e trabalhou como enfermeiro num hospital em Munique durante a Primeira Guerra Mundial. Filho da burguesia, sofreu, como todos em seu país, a sensação de desolamento de encarar um país completamente destruído pela guerra

Estas lutas foram, durante a história do sul de Mato Grosso e, posteriormente, Mato Grosso do Sul, uma constante. Em 1984, a luta pelo poder de escolher entre a instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul ou a transformação do Centro Universitário de Dourados em Universidade Federal da Grande Dourados era evidente entre a ala do PDS e uma ala do PMDB.

Para entender os caminhos deste capítulo, decidimos apresentar a Tabela 2 para explicitar, de uma forma mais clara, como se constituía a política regional de MS. Nesta tabela, podemos verificar que já consta nas siglas desses grupos a letra “P”, indicando o retorno do direito a se organizar em partido. Percebemos também que algumas pessoas não deixaram o espaço político desde a divisão do Estado Mato Grosso.

DEPUTADOS ESTADUAIS 1º de março de 1983 a 31 de maio de 1986	
Deputados da PDS	Deputados do PMDB
Armando Anache	Aires Marques
Arthur Jorge do Amaral	Akira Otsubo
Ary Rigo	Anis Faker
Daladier Agi	Benedito Leal de Oliveira
Gandi Jamil Georges	Cecílio de Jesus Gaeta
Londres Machado	Ivo Cersósimo
Manfredo Alves Corrêa	João Leite Schimidt
Nelson Trad	Jonatan Pereira Barbosa
Roberto Djalma Barros	Nelson Buainain
Waldir Pires Cardoso	Onevan José de Matos
Walter Benedito Carneiro	Roberto Orro
Zenóbio Neves dos Santos	Valter Pereira de Oliveira
	Massal Futigami*
	Laucídio Pereira Cunha*
* Assumiram o mandato durante a legislação	
Governador Wilson Barbosa Martins (PMDB) 15 de março de 1983 14 de maio de 1986 e Wilson Barbosa Martins (PMDB) 1 de janeiro de 1995 1 de janeiro de 1999. Tabela 3	
Tabela produzida com informações do sítio oficial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul	

O professor Mario Geraldini, presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFEMS) Regional de Dourados, comenta em nota¹⁸ que a sociedade sul-mato-grossense começa a ter preocupações com as questões educacionais a partir da década de 80. Este fato motivou o sindicato a construir um caderno e transformá-lo num gatilho para a discussão sobre a política educacional do estado, e a construção da UEMS (Nota 01: 18 e 19/08/1984).

Em entrevista para UMHU, Wilson Biassoto faz uma análise desse período histórico. Segundo ele, o estado se caracterizava pela falta de lei, onde o setor da educação era jogado às traças. As ameaças feitas pelas lideranças de Mato Grosso do Sul ao setor de educação já indicavam para uma greve sem precedentes em 1984. Porém, esta era diferente das outras realizadas, pois tinha o apoio da sociedade sul-mato-grossense, que se articulava com os movimentos

¹⁸ Criação de Universidade situação do ensino público.

legítimos de uma melhor educação no estado. Biassoto, diferente de outras falas, coloca Wilson Barbosa Martins, então governador, como um sujeito com poucas lembranças, tendo em vista que em seu passado foi vitimado da repressão, e mesmo assim se transformou em um tirano, que não se importava com o desenvolvimento educacional do novo estado.

Logo após a exoneração do governador Harry Amorim Costa, feita pelo governo ditatorial, o estado de Mato Grosso do Sul foi assumido temporariamente pelo Deputado Londres Machado (Arena), no período de 13 a 30 de junho de 1979. Em seguida, assumiu Marcelo Miranda Soares que permaneceu no poder de 30 de junho de 1979 a 28 de outubro de 1980, quando também foi retirado e, novamente, assumiu Londres Machado, que presidiu o governo de 28 de outubro de 1980 a 7 de novembro de 1980, que abriu espaço para o governo de Pedro Pedrossian (PDS). Este governaria o estado de 7 de novembro de 1980 a 15 de março de 1983, deixando o poder para Wilson Barbosa Martins (PMDB) tendo o seu período histórico de governo entre 15 de março de 1983 a 14 de maio de 1986.

A alternância de governo mostra um estado ainda em articulação, com muitas fontes políticas e muitos entraves, decorridos de jogos políticos marcados pelo coronelismo local, como podemos notar na entrevista em 31/03/2008 com Nilson Araújo de Sousa para o NMHU:

No momento em que se formou o Estado, não havia um consenso entre as lideranças políticas do Estado, basicamente, pelo Pedrossian, Rachid Saldanha Derzi e outras lideranças, que na época eram vinculadas à Arena, de quem deveria ser o governador, como não havia, e era um governador nomeável, terminou o governo Geisel, que foi quem dividiu o Estado, nomeando uma pessoa de fora, um técnico, Harry Amorin Costa, que era um gaúcho, mas o Harry apesar de ser considerado bom técnico, bom administrador, não tinha a sensibilidade e a habilidade política para lidar com aquela complexidade que eram lideranças do Mato Grosso do Sul, ficou pouco tempo, e nesse processo o Pedrossian, mais uma vez, não conseguiu se viabilizar para ser ele o governador, porque ele queria ser Apoio o prefeito, antes da capital, Campo grande, que era o Marcelo Miranda, que foi nomeado governador, mas o que Pedro pode fazer para assumir o cargo, ele fez, inicialmente pressionou o Marcelo para tirar da chefia da casa civil, Joao Leite Schimidt, que era tido como um grande articulador político do Estado, terminou depois tirando o Marcelo, Pedro assumiu, assumiu por pouco tempo, porque logo depois, em 1982 houve eleições para governador do Estado, lançou seu candidato, que era o ex Prefeito de Dourados, e a oposição liderada pelo PMDB, antigo MDB, lançou Dr. Wilson Barbosa Martins e ganhou as eleições(SOUZA, 31/03/2008).

Tem inicio o primeiro mandato escolhido pelo voto popular depois de vários

governantes apontados pelo regime militar, Wilson Barbosa Martins ganha e inicia os seus trabalhos. Porém, entre seus objetivos não estava a construção de uma universidade estadual. Assim, o marasmo, apresentado desde 1979, continuava agindo. Dessa maneira, qualquer tentativa de implantação de uma instituição superior estadual, deveria ser encabeçada ou pelo legislativo ou pela vontade popular. Ana Tereza Vendramini Reis Gottardi descreve em sua dissertação que até existiu uma aparente vontade dos professores estaduais em discutir a questão da universidade estadual, mas logo esta fagulha se apagou como podemos notar no trecho que segue:

O outro movimento que colocaria a UEMS novamente em cena acontece durante o governo de Wilson Barbosa Martins, quando os professores estaduais, desejosos por mudanças concretas na educação do estado, participam das discussões e debates sobre a política de “Educação para a Democracia”, proposta pela Secretaria de Educação.

A UEMS aparece, timidamente, entre as propostas apresentadas no congresso “Educação para a Democracia”, realizado em 1983, para a elaboração das políticas do Plano Estadual de Educação: integrar a Secretaria de Educação com a Universidade Federal para a reformulação dos cursos de formação de professores e especialistas de educação; criar campi avançados da Universidade Federal, em regiões necessitadas; criar a Universidade Estadual; promover cursos e palestras com professores, pessoal administrativo e alunos do 1º, 2º e 3º graus para integração de currículos, pela Secretaria, Agências e Universidade. (GOTTARDI, 2001, p.23).

As ações do governador estavam mais centralizadas em ações latifundiárias, visto que o PMDB sempre apresentava uma posição contrária a do governo militar, que não possuía nenhuma intenção de redistribuição de terra, tendo em vista as classes que este representava. Por tal, o PMDB manteve suas forças nesta área. Segundo Nilson Araújo de Sousa, logo nos primeiros meses, o governo de Wilson Barbosa Martins enfrentou uma grande ocupação de terras e, como sempre se apresentou a favor da reforma agrária, seria uma catástrofe para ele iniciar um despejo, pois teria de fazer uma série deles. Depois de muita tensão, o Movimento Sem Terra aceitou sair, com a promessa de novas terras compradas pelo governo, e realmente isto aconteceu.

Em contrapartida, os professores da rede estadual não tiveram o mesmo tratamento pelo governo de Wilson Barbosa Martins, de modo que o seu distanciamento do setor da educação abriu espaço para as críticas do PDS, onde estes lembraram os anos anteriores em que o PMDB criticava os salários dos professores e as condições drásticas tanto das escolas como do ensino. Agora

que tinham se tornado situação, essas fatos não eram mais motivos de comoção.

Todos estes fatores levaram as lideranças do magistério de Mato Grosso do Sul a apresentar ameaças de uma grande greve já para o início de 1984, em que os representantes de 40 associações municipais já se organizavam para a paralisação. Biasotto e Tetila citam que o Jornal Correio do Estado já havia escolhido um lado, pois publicavam a todo tempo reportagens que tentavam desestimular o professorado à greve. Entre elas, destacam-se duas reportagens intrigantes, a primeira apresentando a forma como os professores deveriam se reunir, e a segunda, apresentando sem pudor observações que demonstravam como no jornal havia o papel do empregado e do empregador. Isso revela-se nos trechos do jornal a seguir :

Ninguém tem o direito de exigir do seu empregador mais do que ele pode oferecer [...].

Ao professor não é dado posicionar-se numa luta constante com o Estado, usando como arma a quebra da ética de sua condição de educador, que deve ensinar pelo exemplo [...].

A repetição constante dos movimentos de protestos com prejuízos para a coletividade termina fazendo seus autores perderem a simpatia do povo, especialmente no presente caso, em que este vem sendo prejudicado através da educação de seus filhos [...].

O professor, quando aceitou o emprego, sabia que não seria remunerado de acordo com os seus méritos e com os resultados de seu trabalho, em razão da pouca capacidade econômica dos seus empregadores [...]. (CORREIO DO ESTADO, 10/01/84).

Que os professores se reúnam, pacíficos e normalmente, sem formular ameaças, nem falar em greves e procurem obter e organizar, para a classe, um quadro de funcionários à altura das possibilidades do governo, afigura-se o mais justo no momento. Os professores contam com a boa vontade de um secretário que nos parece capaz e compreensivo e por isso haverá de conseguir pelo menos o máximo possível. (CORREIO DO ESTADO, 08/02/84).

A resposta a esta afirmação do editorial do Jornal “CORREIO DO ESTADO”, a Federação dos Professores do Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), responde que o empregador pode mentir ou omitir seus gastos, dizendo que é necessário realizar obras ou manter relacionamentos positivos no exterior. Mas um governo popular deve se apresentar transparente, pois este é um dos principais aspectos da democracia. Sendo assim, os funcionários saberiam se o patronato possui ou não verbas para reajustes.

Outro ponto é que a greve era um ótimo momento para tirar os estudantes da apatia que a ditadura havia imposto a uma grande parcela dos brasileiros, e que aceitar os salários propostos seria um exemplo de como transformar nossos

educandos em “otários”¹⁹. Ponderavam que o direito de fazer greve se faz por profissionalismo e não por outra razão. Dessa forma, não existiria de maneira nenhuma a antipatia popular, mesmo porque a classe profissional dos professores corresponde a uma grande fatia da população.

Os professores naquele instante descrevem a atitude do jornal como ultrapassada e também encomendada e afirmaram que essas idéias não atingiam mais o magistério. Ao ver das associações, não se alienava professores como em épocas passadas. Além disso, disseminações de idéias como aquelas só tinham como objetivo manter a condição de resignação e de comodismo que, durante todo o período do governo militar, tinha sido propagada. Ficava a dúvida, entre os professores, se estavam pagando para que o editorial daquele jornal publicasse as reportagens ou se realmente o discurso representava a interiorização da ideologia ditatorial.

José Honório Rodrigues apontou que não se tem como identificar quais os motivos que levam um editorial a ter esta ou aquela atitude, e que isto é muitas vezes a mistura do certo e do falso. Ele aproveita para abrir um debate onde afirma que este problemas não preocupam os historiadores da imprensa brasileira, pois eles, sempre se colocam a assumir a exatidão ou não deste tipo de fonte (Luca, 2005, p.116). O professor francês, Jean Glénisson vai mais adiante ao explicar as atitudes inesperadas dos jornais como podemos ver abaixo:

“complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicação, qual a pressão exercida pelo governo” (Luca, 2005, p.116)

Durante esse período, a tensão entre movimentos representativos dos professores e o governo começam a se agravar. De um lado, a FEPROSUL apresentando os motivos para uma greve geral. De outro, Wilsom Barbosa Martins apontando que o movimento era ilegítimo, e que não negociaria com os grevistas, como podemos perceber em nota oficial do governo:

Todavia, apesar do grande esforço do governo do Estado para dar uma resposta dentro do prazo oferecido, fora desencadeada pela FEPROSUL ampla campanha no Estado instigando o Magistério à greve geral em evidente desrespeito às autoridades e às normas legais, que não admitem a paralisação do serviço público, pela própria natureza. Isso é

¹⁹ DOSSIÊ – Projeto Universidade de Integração Latino Americana, Dourados, 1987

intolerável. O Governo do Estado não decide sobre ameaça. A Lei deve ser respeitada. (CORREIO DO ESTADO, 09.03.84).

Para Biasotto e Tetila (1991), o que não dava para entender era como uma vítima da repressão militar, que teve seu mandato cassado enquanto deputado federal, tomou essa atitude, menosprezar uma classe, que teve os seus direitos alienados. A dúvida era por que Wilsom Barbosa Martins tentou impedir que os professores iniciassem uma atividade política, um exercício democrático, que há muito tinha sido abafado pela ditadura militar, denominado de greve.

Mas o rompimento com os professores deixaria o governo em uma situação desagradável, já que esses mesmos professores foram parcela significativa dos responsáveis pela chegada do PMDB ao governo do estado de Mato Grosso do Sul. Wilsom Barbosa e toda a bancada do seu governo tinham consciência disso e não demoraria muito para que as respostas chegassem via mídia. No mesmo dia da nota oficial do governo, o articulista Guilherme Filho escreve a segunda nota ao jornal:

O governo [...] não desconhece que os professores tiveram uma participação marcante na campanha do PMDB, quando mostraram sobretudo que são ótimos adversários, já que enfrentaram todo o tempo o Governo pedessista, deixando-o na defensiva e abrindo largos espaços para a campanha do PMDB que saiu vitoriosa.

Considerando-se ainda a margem estreita de votos através do qual o PMDB garantiu a sua vitória, é de se supor que o partido, ainda que tenha planos de crescimento, não pode estar abrindo mão dos aliados que contou na eleição passada. (DIÁRIO DA SERRA, 09/03/1984).

O PMDB acabou apresentando uma ruptura, em que alguns defendiam os direitos dos professores, e outros, ligados ao governo estadual, defendiam que os professores não deviam fazer nenhum tipo de reivindicação. No município de Dourados, o apoio dos vereadores mostrou bem a divisão do partido da situação. Sobre isto Biasotto e Tetila afirmam que

Na Câmara Municipal de Dourados, por iniciativa dos vereadores peemedebistas Carlos Cristino de Oliveira e Paulo Falcão e na Câmara de Miranda, por intermédio do vereador Jehul Acosta, foram aprovados requerimentos apoiando a greve do magistério. (BIASOTTO E TETILA, 1991, p139).

Diante do exposto, o governo de Wilson Barbosa Martins usa a mídia televisiva para fazer declarações que respondessem às críticas dos professores e das associações que estes congregavam. Pela primeira vez, o executivo ocupava este tipo de meio de comunicação para fazer declarações. Nesta ocasião,

reconheceu que os salários dos profissionais da educação eram baixos, e também todos os outros problemas estruturais do ensino de época. Apenas não declaram os valores que estavam entrando e saindo do Estado, e foi neste ponto que mais uma vez o movimento grevista se apegou. Segundo o Jornal Correio do Estado de 11/04/84,

Num pronunciamento de 16 minutos, transmitido à noite pela televisão, o governador Wilson Barbosa Martins concitou os professores em greve [...] que regressem às aulas [...] e manifestou disposição de retomar os entendimentos em torno das reivindicações salariais da categoria [...].

[...] A greve deflagrada [...] foi precipitada e injusta e acrescentou 'o governo não fechou diálogo. Foi justamente o magistério que fechou diálogo, que correu para a greve, a nosso ver precipitadamente [...].

[...] Nunca eu poderia dizer que os professores de Mato Grosso do Sul ganham bem, embora possa dizer que os professores do Estado ganham melhor que em quase todos os Estados do Brasil [...].

Se formos examinar os salários das diversas parcelas do professorado, caímos naquelas parcelas, naquelas quantias que não permitem que nenhuma dessas famílias realmente possa ter uma vida condigna, uma vida que lhes permita conforto suficiente, que lhes permita a tranqüilidade a que têm direito [...].

Entretanto, é preciso levar em conta a realidade orçamentária do Estado [...] no terreno da educação, não temos sobre nossos ombros somente o problema do salário dos professores. Temos mais de 100 mil crianças com idade de 7 a 14 anos fora das salas de aula. As escolas existentes estão em péssimas condições. (BIASOTTO e TETILA, 1991, p140).

Enquanto o enfrentamento entre o governo e o professorado fica mais tenso, os deputados do PDS aproveitam para apontar os defeitos do mandato de Wilson Barbosa, sempre acusando o PMDB de fazer muita pressão quando eram oposição e que depois de assumir o governo mudaram de opinião. O PDS termina tecendo críticas pelo tempo usado pelo governador e que não resultou em respostas aos professores. Nesta audiência, apenas um deputado do PMDB ficou do lado do Governador Wilson Barbosa Martins, conforme apontam Biasotto e Tetila:

[...] teceu severas críticas à atitude do governador em ocupar 16 minutos de horário nobre na televisão — tempo esse que o deputado acredita ter sido pago pelo governo — para nada esclarecer que satisfizesse as reivindicações dos professores [...]. Durante o seu pronunciamento, o deputado Waldir Cardoso foi aparteado por diversos parlamentares solidários aos professores, dentre os quais Ary Rigo, Cecílio Gaeta, Djalma Barros e Manfredo Corrêa. Por outro lado, o deputado Walter Pereira, líder do PMDB, foi o único de sua bancada que durante um aparte procurou defender a atitude do governador, tendo os demais companheiros de bancada permanecido omissos. (Biasotto e Tetila 1991, p141).

Contudo, a atitude do governador tinha intenção de desacreditar as associações perante o público, uma vez que existia uma grande passeata para o dia seguinte. Este evento tinha como objetivo incentivar os professores e pressionar o governo de Wilson Barbosa Martins. Como cartas marcadas, a grande passeata do dia 12 de abril de 1984 não teve uma grande repercussão, mesmo tendo sido grande em número de pessoas, ela acabou sendo o ponto final da greve como apresenta o professor António Carlos Biffi:

[...] a terceira grande passeata realizada foi no governo de Wilson Barbosa Martins como término da greve de 1984 [...] e contou com grande número de professores do interior e da capital [...]. (In: Biasotto e Tetila, 1991, p141).

Depois de uma grande luta, o professorado de Mato Grosso do Sul conseguiu elevar o seu piso salarial para um dos mais altos do país, chegando a ficar comparado ao índice pedido pelos professores enquanto categoria. Biassoto em (1991) descreve que isto se deu a partir do momento que os professores se organizaram em associação e a partir dela deram início a uma luta sistematizada e amadurecida.

Entre as lutas está aquela que envolveu a Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e que levou a mesma a produzir um caderno denominado "Criação de Universidade, Situação do Ensino Público", que declarava em sua primeira nota que, no momento da instalação da UEMS, o ensino da rede estadual estava abandonado e que o conjunto dos professores não entenderam porque o Estado, ao invés de investir no ensino médio, passou a destinar recursos financeiros para a instalação de uma nova universidade.

Já Walter Carneiro (2007), deputado na época, insiste em entrevista cedida ao NMHU, que tanto este caderno como as entrevistas cedidas aos jornais, tinham apenas a intenção de desviar a verdadeira intenção dos docentes envolvidos com o CEUD. Segundo ele, nestes textos, tentavam, de uma forma truculenta, uma separação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a que pertenciam, para terem um espaço onde eles fossem soberanos, espaço este que até possuía o nome UFGD.

O projeto tinha o nome de UFGD, porque naquela época, o governo federal apoiava muito a região de Dourados. Entre estes incentivos, estava o projeto PURA, o PRODEGRAN (Projeto de Desenvolvimento da Grande Dourados). Por

isso, todos os municípios ao redor queriam ser da Grande Dourados, inclusive Bataguassu. Para Biassoto (1991), os políticos paulistas e o próprio Biassoto, que se inclui nisto, comparavam o município de Ribeirão Preto em São Paulo com a Califórnia (EUA), e Dourados com a Ribeirão Preto do Centro-Oeste. Ele complementa a sua idéia escrevendo que

A sociedade campo-grandense era muito bairrista, isso devido à questão da divisão do estado, e com isto, acabava aplicando todo o capital dentro da própria cidade, com isso a UFMS acabava mandando migalhas para o CEUD, e com isso seria impossível manter a universidade em Dourados, isto é tão evidente que em 1978, foi necessária uma mobilização da população de Dourados, para conseguir fazer o vestibular de Agronomia. (Biassoto, 2008, entrevista).

Biassoto (2007) em entrevista para NMHU é incisivo ao dizer na última hora, o Reitor João Pereira da Rosa teve uma discussão com o prefeito José Elias Moreira, assistida pelo governador de Mato Grosso, Garcia Neto. Nesta ocasião, o reitor defendia a idéia de que o curso de Agronomia deveria ir para Campo Grande, pois lá já funcionava o curso de Veterinária. Com isso, o governador declarou: “se não houvesse professor na região eu mandaria buscar até na China, mas o curso permanece em Dourados”.

Outra observação feita por Biassoto em entrevista para NMHU, trata-se da ementa parlamentar que deu origem aos artigos que fazem referência à criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, inspiração de Walter Carneiro, que, segundo o professor, seguia um “modelito” pedrossionista de criar universidades, como, por exemplo, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sediada em Cuiabá e a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), que com a federalização, tornou-se Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com sede em Campo Grande. Por isso, era de se esperar que Pedro Pedrossian seguiria este formato para o novo estado. Porém, seria fácil criar na Constituição, o difícil seria colocar em prática.

Na prática, o que aconteceu naquele instante, foi que esses professores percebiam, que de um lado, a universidade pública “capengando”, e de outro a Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados (SOCIGRAN) crescendo muito. Isto porque os professores da universidade pública também não conseguiam ampliar a instituição por falta de recursos financeiros.

Segundo o Caderno da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, era inaceitável que se implantasse uma universidade

estadual. Usando os artifícios que naquele instante estavam sendo usados²⁰, se chega a declarar que se a mesma fosse implantada, mesmo que fosse à custa dos empréstimos externos, teria enfrentamento. A associação dos professores chegou a chamar de “falácia” os depoimentos sobre a necessidade de uma universidade mantida pelo estado, visto que para os professores a urgência estava em dar ênfase ao ensino fundamental, uma vez que existiam 100.000 crianças analfabetas, e quase toda a rede estadual estava em total abandono (ADUFEMS, 1984, n. 4).

Carneiro rebate explicando que não se resolveria a crise no ensino fundamental e no secundário sem antes construir um exército de profissionais capacitados em educação. Isso, para Carneiro, apenas seria possível com o fortalecimento de uma universidade estadual, que viesse a dar vazão ao crescimento necessário para o estado principalmente para o município de Dourados, pois Dourados era o maior pólo educacional depois de Campo Grande.

Enquanto isso os profissionais da educação, representados pelos seus sindicatos afirmavam que a pretensa universidade não tinha condições de ser edificada. Também indicaram o receio de que o CEUD fosse transformado em UEMS. Para eles, isso seria um retrocesso, já que o ônus da federação seria transferido para o estado. Esta primeira nota é marcada não só pela luta dos professores e pela não criação da universidade estadual, mas é uma prova concreta que um grupo dissidente da UFMS construía, nos bastidores, o projeto denominado Universidade Federal da Grande Dourados, como podemos analisar no seguinte parágrafo:

Buscando incrementar o debate, firmamos, *desde* já, uma posição contrária à implantação, no momento, de uma Universidade Estadual; entretanto, somos favoráveis a que, em ocasião oportuna, a comunidade douradense e regional some esforços pela criação, sim, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS. Através da mesma, o desejo de abertura de novos cursos universitários para Dourados e Região viria causar a simples ampliação do Centro Universitário de Dourados. Com isso, a Grande Dourados contaria com os préstimos de uma Universidade Federal autêntica, livre de ingerências políticas, e sem nenhum ônus para os cofres de Mato Grosso do Sul. (ADUFEMS, 1983, n. 1).

Em uma segunda nota, os representantes dos professores, em tom de ironia, utilizaram o ditado: “Mentira dita 1000 vezes acaba tornando-se uma

²⁰ Referência aos cargos de Deputados Estaduais

verdade”. Essa frase de Joseph Paul Goebbels, pode ser usada para descrever a relação do Deputado Walter Carneiro e a mídia local. Os sindicatos dos professores asseguravam que a publicação pela mídia de notícias de uma universidade estadual, bombardeava a opinião pública com falsas vantagens.

Segundo os representantes dos professores, o CEUD não conseguiu dar conta do contingente de formação de professores, mas de 1971 até 1988 fez muitas contribuições para a formação dos quadros do Estado. Entendiam que a fundação de uma universidade estadual teria problemas para capacitar docentes, pois existiam poucos professores universitários habilitados para tal. O estado apresentava problemas de capacitação intelectual e econômica.

Os professores do CEUD também defendiam que a criação da universidade viria onerar os cofres do estado, levando em conta a crise econômica pela qual Mato Grosso do Sul passava, e que seria mais eficiente ter uma universidade Federal. As diferenças existentes entre as instituições de ensino superior estaduais e federais foram explicitadas ironicamente com a seguinte frase: "Quando as federais contraem a um simples resfriado, as estaduais já estão com pneumonia" (ADUFEMS, 1984, n. 2).

Nesta segunda nota, o que antes aparecia como uma sugestão, toma um tom mais abrasivo, descrevendo os passos entre a desvinculação do CEUD e a sua transformação em UFGD. Essa seria a forma mais segura para a ampliação do ensino superior no estado, pois não traria ônus aos cofres de Mato Grosso do Sul. (ADUFEMS, 1984, n. 2).

Walter Carneiro discorda da ADUFEMS, em entrevista ao NMHU, afirmando que, aquele momento era o instante exato, pois uma universidade, que representasse o Estado do Mato Grosso do Sul, traria não só os profissionais necessários para concretizar o funcionamento da mesma, como também ofereceria a soberania necessária no quesito desenvolvimento tecnológico. Além disso, constituiria um grupo de formados que atingiria todas as áreas colocadas como debilitadas no setor da educação.

Roberto Razuk, em entrevista ao NMHU, aponta que existia sim o interesse do grupo de Biasotto, em construir a UFGD, objetivando desvencilhar o CEUD da UFMS, por razões não só financeiras, mas pelo poder político dentro da instituição. A professora Luisa Moura comenta, em entrevista ao NMHU, que os partidos que assumiram o Brasil pós-ditadura não estavam empolgados em abrir

universidades estaduais e tinham restrições na ampliação das universidades federais. Isso talvez explique o grande embate dentro do estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que os dois lados pensavam que o MEC aprovaria apenas uma instituição naquele instante.

A associação dos professores, ao tentar fortalecer a idéia da necessidade de fortalecer a expansão do CEUD, usava como argumento que a região da Grande Dourados possuía já 680.000 habitantes, o que já era argumento para que a cidade de Dourados recebesse uma grande universidade. Vale ressaltar que o argumento de grande parcela das crianças no novo estado não possuía sequer escola para o ensino fundamental, somente era usado em combate à UEMS, e nunca em relação à criação da UFGD.

Mas não era sem tempo apresentar o projeto de UFGD, mesmo porque o deputado federal Sérgio Cruz, já havia entrado com um projeto na Câmara federal e existiam pareceres positivos sobre o mesmo.

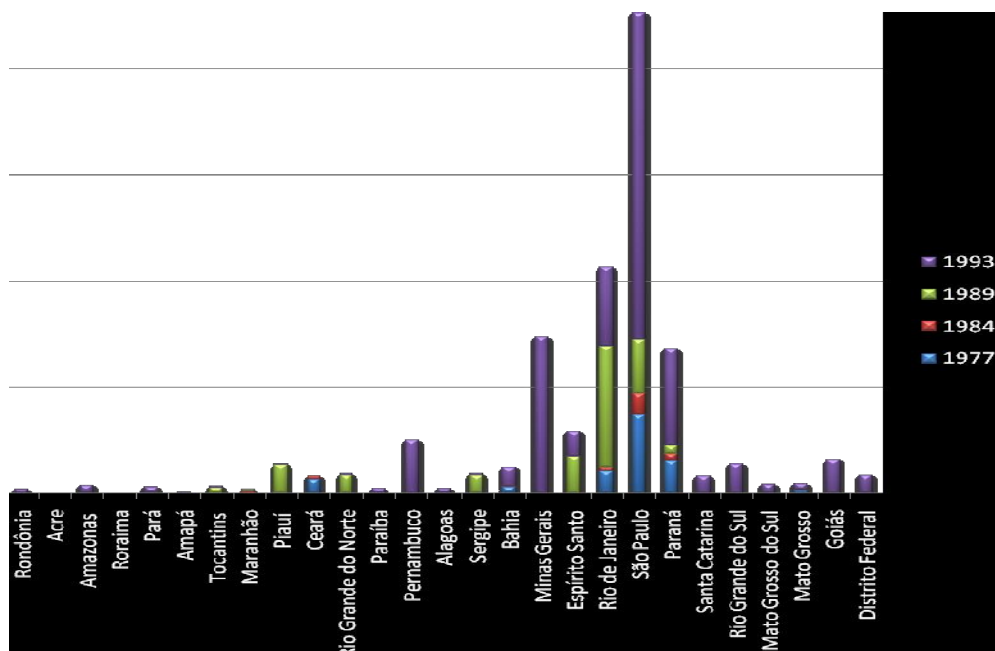
Na mesma nota, salienta-se ainda que nem o estado de São Paulo, que possui uma receita grande, estava conseguindo manter as suas universidades estaduais. Dessa forma, criar a universidade estadual seria decretar para Dourados a estagnação do CEUD. Além disso, existiam 100.000 crianças em idade escolar fora da sala de aula. O deputado Sérgio Cruz defendia que para os profissionais do ensino superior de Dourados era melhor implementar uma federal e utilizar o dinheiro público estadual para a criação de 3.140 salas de aula, que comportariam 35 alunos, reduzindo as diferenças que se apresentavam naquele instante. (ADUFEMS, 1984, n.3).

Os profissionais de ensino superior, reafirmando o potencial das universidades federais, iniciam um amplo debate para a criação da UFGD, usando como argumento o crescimento populacional da região. Afirmavam que outros Estados já possuíam mais que uma universidade federal e, assim, o estado de Mato Grosso do Sul também poderia receber mais uma instituição desse porte. Esse projeto não seria de criação de uma nova universidade, mas, sim, de transformação do CEUD em UFGD. (ADUFEMS, 1984, n. 3).

Para a associação dos professores, como que um estado que não conseguia dar conta do ensino fundamental, queria tentar manter o ensino superior? Acusam ainda que os responsáveis pela tentativa da criação da universidade estavam ligados aos pensamentos do período militar autoritário, em

que alguns eram privilegiados em decorrência de uma maioria que não recebia nada, e que isto ficava bem claro quando alguns políticos levantavam a bandeira de que era lamentável que os estudantes de Mato Grosso do Sul precisavam fazer faculdade fora do estado. Mas não levavam em conta a camada pobre que nem estudar podia.

A nota "Dezenove estados da federação não têm Universidade Estadual" apresentou uma fala contrária ao governo militar, que mencionava o fato de no final de um regime autoritário ainda existir políticos devotados com uma minoria privilegiada, uma vez que a UEMS apenas beneficiaria as classes altas. No gráfico abaixo, podemos visualizar a relação entre o ano e o estado que criou uma Universidade Estadual.



Os dados a cima são parte de uma pesquisa que realizei para identificar a época da criação das universidades estaduais-Tabela 4

A criação da UEMS favoreceria as classes privilegiadas, que teriam lugar para formarem seus filhos, sem que estes precisassem sair do estado para estudar. Segundo a nota, todos os políticos envolvidos naquele instante eram conhecedores do fato de que 70% de toda a renda do ICM do estado era destinado ao governo federal. Por isso, era obrigação deste manter o ensino superior. A nota acrescenta que criação da UFGD não traria ônus para o falido sistema educacional do Estado de Mato Grosso do Sul, mas traria o desenvolvimento desejado pela sociedade. (ADUFEMS, 1984, n. 4).

Tendo em vista a idéia de que ser político está ligado a ser eleito pelos

seus iguais, a terceira nota desse caderno inicia uma crítica aos “políticos” e aos seus votantes, em que estes são vistos como “menos avisados”, pelo fato de que ontem acreditavam em tudo o que era dito pelos seus representantes. Porém, no início desse caderno, o próprio representante da associação dos professores expõe que a sociedade estava mais crítica e não aceitaria quieta qualquer mudança dentro da educação. Assim, é possível perceber que algo realmente acaba não se encontrando neste discurso.

A associação descreve que somente os profissionais da educação poderiam entender a amargura e a penúria que tradicionalmente as escolas de ensino oficial vêm passando, e acrescentam que há muito mais sofrimento nesse setor em decorrência das artimanhas dos seus representados que pelas segundas crises econômicas ocorridas durante o processo autoritário. O que parecia um desabafo, tornou-se novamente um instrumento para caracterizar o que seria um eminente desastre. Dessa maneira, esse argumento fortaleceu a idéia da não concretização da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Em sua descrição Biasotto, (2007) em entrevista para NMHU, o principal argumento é que todos os setores da educação estadual deveriam trabalhar harmonicamente. Contudo, questionava-se como que um estado que não viabilizou verbas para o ensino nas duas primeiras fases da educação, poderia garantir o terceiro grau.

Os debates começaram a ficar mais acirrados quando em resposta à fala de Walter Carneiro que utilizava em seus discursos o artigo 190 da Constituição Estadual, afirmava a obrigação do estado de criar a UEMS. A Associação de Professores respondia que se a própria Carta Magna do Brasil já havia recebido 22 emendas, por que a Estadual de Mato Grosso do Sul não poderia suprimir tal artigo. Além disso, se fosse cumprir a legalidade, seria preciso cumprir o parecer 647/83 do Conselho Federal de Educação que esclarecia que “existe necessidade de comprovação de atendimento satisfatório do ensino de primeiro e segundo graus, no local onde se pleiteia a faculdade”. Por isso, torna-se inviável a criação de uma instituição de ensino superior pertencente ao estado. (ADUFEMS, 1984, n. 6).

O governo de Wilson Barbosa Martins, o primeiro a ser eleito por voto popular após o regime militar, talvez tenha sido o mais controverso no quesito “implantação da UEMS”. Isto talvez seja explicado mediante as diferentes

pressões que o mesmo sofreu durante seu mandato, ora recebendo documentos oriundos das associações dos professores, ora sofrendo pressão dos deputados do Estado. Isso indica que as afirmações dos professores tiveram mais peso, como podemos ver a seguir: “Profissionais da educação com baixos salários chegam a ter até três períodos de trabalho para ter uma renda que possa dar conta das necessidades básicas”; “100 mil crianças fora da escola por falta de sala de aula”; “Salas existentes sem condições de trabalho pedagógico”; “A não existência de bibliotecas públicas”; “O despreparo profissional e a falta de cursos de capacitação”. (ADUFEMS, 1984, n. 1 a 3).

As afirmações acima foram determinantes para que o governo do Estado de Mato Grosso do Sul não cumprisse o artigo 190 da Constituição Estadual, pois antes era necessário fazer valer o parecer 647/83 do Conselho Federal de Educação. Esse parecer esclarecia a existência da necessidade de comprovação de atendimento satisfatório do ensino de primeiro e segundo graus, no local onde se pleiteava a faculdade.

Em outros momentos, ao ser acusado de negligência diante da carta magna do Estado, podemos encontrar falas como a do deputado Djalma Barros, que ao relatar a ementa de Projeto de Lei nº 044/84, faz a seguinte crítica ao governo do PMDB:

[...] Impossível manusear este projeto sem avaliar a magnitude da incoerência em que se labora o Governo do PMDB em Mato Grosso do Sul, ‘defensor intransigente’ do respeito às leis e, especialmente, à Lei Maior. É a Constituição Estadual e que o Sr Wilson Barbosa Martins, ao assumir a Chefia do Executivo, JUROU defender, cumprir e fazer cumprir, com uma clareza meridiana em seu artigo 190: ‘*FICA CRIADA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE Mato Grosso do Sul, COM SEDE NA CIDADE DE DOURADOS*’. (BARROS, 1984, n 044).

Para Barros, “ao dificultar, retardar e impedir a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, o Governador estava desrespeitando a Constituição Estadual” e, por isso, é passível de responsabilização. Segundo o deputado, é difícil crer que o senhor governador, tendo em vista a honorabilidade que tanto se alardeou durante sua campanha eleitoral, tenha se abdicado desses predicados pessoais para transformar-se, em tão pouco tempo, num mero administrador dos interesses mesquinhos de uma restrita elite política que o envolve no Palácio e, quiçá, fora dele (BARROS, 1984, n 044)..

Djalma Barros acrescenta que a não implantação da UEMS pelo governador Wilson Barbosa Martins não pode estar ancorada na intempestiva e inoportuna alegação de viabilizar recursos do ensino elementar para isso, visto que nada se fez até agora para diminuir o déficit de salas de aula no Estado. Além disso, de acordo com Barros, não existiam publicações que apontassem para dotações orçamentárias, específicas e substanciais, advindas do Ministério da Educação – Governo Federal – para a implantação do Ensino Superior. (BARROS, 1984, n 044).

Podemos então utilizar as duas idéias apresentadas até então como o início dos argumentos para discutir quais os motivos que levaram o governo da época a não produzir dentro dos quadros das instituições do estado uma Universidade. Esse governo, como percebemos, ora era pressionado pelos outros deputados e ora era chamado a atenção pelos representantes dos professores do Estado. No entanto, ao analisar os documentos da época, surge uma dúvida quanto às intenções do governador, tendo em vista que se era pressionado para não instalar a UEMS, porque ele promove, no mês de novembro do mesmo ano, o Congresso de Educação para a Democracia em Campo Grande.

Pelo que consta no relatório produzido pelo deputado Djalma Barros, de 3 de outubro de 1984, em avaliação ao pedido de emenda do deputado Walter Carneiro sobre a criação da UEMS, esta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça por ser constitucional. Porém, não foi vista com bons olhos pela mesma, como podemos verificar nas marcas deixadas no seguinte trecho manuscrito: “Não aceitamos os termos no parecer do relator, mas por ser constitucional apesar de já está prevista na Constituição Estadual a proposta segue para tramitação”. (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA – Relatório do projeto 044/84).

Enquanto o projeto de lei transitava pelos caminhos normais da Assembléia Legislativa, o deputado Walter Carneiro utilizava de seu status de Presidente da Assembléia e usava os respectivos convites feitos a ele, para divulgar a idéia da UEMS e a necessidade de sua implementação.

Um exemplo disso foi o convite feito a ele para participar, na condição de paraninfo, da formatura do primeiro e segundo grau do Colégio Objetivo de Dourados, realizada no dia 23 de novembro de 1984. Em seu discurso para os formandos, fez questão de separar nas quatro laudas duas destinadas a debater

a questão da universidade e o porquê da sua criação.

No discurso, o deputado chama a atenção dos secundaristas, apontando a importância do curso inicial, o qual eles estavam terminando, e também a necessidade da criação da universidade estadual para o desenvolvimento da região. Segundo o deputado, a implantação de uma universidade estadual em Dourados dependia da mobilização dos estudantes.

Segundo Walter Carneiro, a criação de universidade era legítima, pois ela já havia sido autorizada e o projeto de lei dependia da “vontade” do governador do Estado. Na formatura, aproveitou para atacar algumas pessoas, que ele intitulou como donos absolutos das verdades da educação, apontando as características que a universidade deveria possuir, e expondo os benefícios de ordem econômica que a mesma traria para os jovens. Em sua fala, também retoma a idéia de universidade salvadora para a cidade de Dourados, e novamente chama a posição dos intelectuais de fantasiosas.

É de se esperar que os últimos parágrafos do discurso, feito pelo deputado na formatura das turmas do Colégio Objetivo, tiveram como finalidade responder às críticas feitas pelas associações de ensino de Mato Grosso do Sul, no jornal “O Progresso”, no dia 28 de outubro de 1984.

Nessa ocasião, as afirmações feitas ao governador pelos professores, são colocadas ao público. em que os professores sinalizam que o deputado Walter Carneiro estava tentando imortalizar o seu nome, com a construção da instituição. E ainda que seu passado estava ligado a nomes não muito honrados, como o de Paulo Salim Maluf. Além disso, Carneiro era acusado pela associação de ter “virado as costas”²¹ e feito declarações que o movimento dos profissionais da educação tentava evitar lembrar (Carta aberta ao governador e a população).

Sabe-se que muitas foram as tentativas para forçar o governo à instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dentre elas, destaca-se a deliberação do plenário de 21 de novembro de 1984, que além de autorizar o poder executivo a instalar a mesma, ainda estabelece que algumas unidades deveriam ser garantidas. Essas unidades se localizariam nas cidades de Amambaí, Mundo Novo, Bataguassu e Coxim. Dessa forma, deixava claro que a recente lei, 044/84, havia sido elaborada para atender à necessidade da

²¹ Expressão utilizada em carta aberta a população Douradense.

aprovação na Assembléia, pois, de certa forma, agradava o deputado *Zenobio dos Santos*, em sua emenda de 6 de setembro de 1984. (PLENÁRIO DE DELIBERAÇÕES ARTIGO 1º, DO PROJETO DE LEI 44/84)

Os professores ainda lembravam que o deputado nunca teve compromisso com a educação e que somente visitou escolas de classe média alta para fazer seus discursos. Também indicaram que Carneiro não fez nenhuma visita às escolas que possuíam 20.000 crianças, estudando em difíceis condições (Carta aberta ao governador e a população).

Os professores afirmaram que a universidade que Carneiro queria implementar buscava atender cursos, como veterinária e medicina. Porém, esses cursos não atenderiam à comunidade sul-mato-grossense em sua maioria, visto que esta não possuía recursos financeiros para se manter em cursos integrais. Dessa maneira, percebe-se que a universidade atenderia a camada mais abastada da sociedade.

Podemos notar que já em 1984 tiveram início as discussões sobre quais seriam as unidades atendidas pela UEMS, uma vez que na emenda de 6 de setembro de 1984, o Deputado Zenobio dos Santos tentava garantir que as cidades de Amambaí, Mundo Novo, Bataguassu e Coxim fossem, prioritariamente, atendidas com as unidades universitárias. Em sua fala, Zenobio afirmava que há muito vinha lutando por uma universidade nestes municípios, e que foi elaborador de um requerimento de estudo do governo estadual para a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Quase em um tom de acusação, Santos declara que a universidade não poderia servir para a centralização do mesmo, e que esta não deveria servir aos interesses políticos de uma determinada área. (SANTOS, PLENÁRIO DE DELIBERAÇÕES - 1984).

A cada nota, um grupo de denúncias era realizada contra os políticos representantes do povo, um desses exemplos é a não percepção desses de que sempre houve uma disparidade entre o crescimento da população estudantil e o crescimento da rede estadual de ensino. Entre os dados oferecidos está a situação de 20.000 crianças que estavam fora da sala de aula só no município de Dourados. Entre outras palavras, 33% de todas as crianças entre 7 e 14 anos estavam fora da sala de aula, e os outros 67% estavam em escolas em condições precárias. Uma grande parcela de estudantes do município, estava na rede

particular.

As escolas apresentavam bibliotecas deploráveis e um ensino de ciências sem nenhum tipo de auxílio de laboratório, ou seja, as escolas mantinham uma orla de estudantes, que não experimentavam de forma alguma nenhum os fenômenos existentes, pois não possuíam nenhum tipo de material pedagógico da área. Os professores ao fazer uma comparação da situação em que se encontravam as escolas do estado de Mato Grosso do Sul e do estado do Paraná, verificaram que o Paraná não apresentava greves e tinha espaço para todos os estudantes. Vale ressaltar que esse efeito não se deu a partir do momento em que as Universidades Estaduais daquele estado foram desativadas.

Neste momento histórico, a ADUFEMS tenta apresentar a inviabilidade da implantação da UEMS na Nota 08 de 18/09/84, apontando a idéia de que seu acervo de situações já tinha sido exposto para a população através da imprensa e do caderno da associação que também tinha passado pela imprensa local mediante o jornal. Se a população decidisse pela implantação da UEMS, não teria sido por advertências sobre tal problema, mas se optassem por não, estariam partilhando da mesma idéia com os professores e também com a União Douradense de Estudantes (UDE), e com os centros acadêmicos de Agronomia, Ciências, Geografia, História e Letras.

Os profissionais da educação descrevem ainda que, em sua grande maioria, os municípios que formavam a Grande Dourados também partilhavam dos mesmos ideais no que tange à formação de uma nova universidade na região. Mas, na realidade, o que estava claro é que vários municípios enviaram cartas favoráveis à criação da universidade, elogiando a iniciativa do deputado Walter Carneiro.

Enquanto isto, a associação apresentava um quadro mais ameno, em que a mesma declarava que mesmo não sendo unânime a idéia de uma criação de universidade, um ponto é referencial na discussão coletiva, o qual priorizava que a mesma tivesse de ser federal.

Os partidários da UFGD caracterizavam os políticos envolvidos com a criação da universidade estadual de Mato Grosso do Sul como mesquinhos, que relutam e não aceitam que o tempo passou e que não se vivia mais na época da ditadura.

Os jornais de época traziam sempre textos que demonstravam a luta entre

os profissionais da educação filiados à associação de professores e os partidários de Walter Carneiro. Para Carneiro e outros deputados do PDS, é apresentada a seguinte idéia: 15 municípios da região da Grande Dourados seriam beneficiados com a universidade, pois ela seria um gerador de oportunidades, e também capacitaria pessoas para trabalhar na rede. Em resposta, os profissionais da educação expõem que a viabilização do artigo 190 deveria ser visto com olhar crítico, isto porque as experiências com as universidades estaduais eram extremamente negativas, como no caso da UEMT, USP e a de Maringá. Estas, segundo eles, apresentavam um histórico de mau funcionamento, passando até pela falta de condições físicas. Além disso, havia notícias de que estas serviam apenas como cabide de emprego. (NOTA 09 de 18/09/84).

Não só os profissionais da educação, mas também os estudantes aproveitam desse caderno para apresentar a insatisfação com a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Na nota número 10 de 29/08/84, eles apontam que não acreditavam que os responsáveis pela idéia da universidade estadual estavam somente pensando em criá-la por falta de informações sobre o setor da educação em Mato Grosso do Sul. Na verdade, eles queriam, auxiliar e proteger uma minoria, esquecendo as principais necessidades da população pobre. Eles também tinham como ponto de referência a necessidade de que o estado cumprisse seu dever com o ensino de primeiro e segundo graus. Mas, diferente dos professores do CEUD, deixavam transparecer que depois de sublimado a questão das crianças fora de sala de aula, a implantação da UEMS era algo coerente, finalizando a nota com o seguinte esclarecimento a toda população:

Os Centros Acadêmicos de História, Letras e Geografia e o Diretório Acadêmico 'Cinco de Abril', conhecedores dos problemas do ensino brasileiro, se colocam ao lado das demais entidades de classe que se opõem à implantação da Universidade Estadual em Dourados e conclamam a todos aqueles que já percebem a incoerência do projeto a levantarem a bandeira por um ensino público, gratuito e sem oportunismo. (NOTA, n. 10 de 29/8/84).

O enfrentamento entre PDS, profissionais da educação ligados associação de professores e também ao PMDB, deixou o espaço das lutas dentro dos jornais, e começou a ter mais uma característica de força política. Isto se deu quando foi enviado um requerimento ao governador Wilson Barbosa Martins, assinado pela FEPROSUL e ADUFEMS, requerendo dele um posicionamento claro sobre a

questão do ensino de primeiro e segundo graus, ficando como assinantes as seguintes associações: Associações de Professores dos Municípios de Douradina, Ivinhema, Aquidauana, Anastácio, Três Lagoas, Naviraí, Antonio João, Bataiporã, Bandeirantes, Cassilândia, Mundo Novo, Nova Andradina, Fátima do Sul, Nioaque, Miranda, Corumbá, Itaporã, Dourados, Amambai, Sete Quedas, Iguatemi, Caarapó, Ponta Porá, Terenos, Glória de Dourados e Taquarussu. (ADUFEMS, 1984, n. 10).

Os estudantes polemizaram a crescente possibilidade da implantação da UEMS, quando em uma assembléia se voltaram contra a universidade estadual e foram a favor da criação da UFGD, já que interpretaram que o estado tinha que primeiramente construir 3.140 salas de aula, dando conta assim de uma dívida que perdurava há vários anos.

Os estudantes secundaristas vinham de um grupo de lutas bem-sucedidas, entre elas, a idéias sobre a permanência da gratuidade nas escolas públicas, o que impedia a cobrança de taxas.

Para o CAHISD (Centro Acadêmico de História de Dourados), era um período no qual o governo não investiu em bibliotecas, em capacitação de professores ou mesmo na ampliação de salas de aula. As instituições de ensino superiores que dependiam do estado em parceria com a UFMS possuíam uma infra-estrutura precária, por exemplo a unidade de Ponta Porã que estava em uma situação desagradável, pois não se sabia se a permanência daqueles cursos era bom ou mau.

Para os estudantes do curso de História do CEUD, é inaceitável que troquem um projeto de lei de uma universidade federal (UFGD) por um que estivesse ligado a desejos e anseios mesquinhos de políticos regionais. (O PANORAMA, 27.09.1984).

O jornal O Progresso de 28/09/1984 tece algumas críticas ao deputado Walter Carneiro, alegando que o projeto de lei que criava a UEMS tinha apenas como mérito o fato de ser polêmico. Mas a verdade era apenas inoportuno, porque o mesmo só servia para desviar recursos públicos que deveriam ir para as escolas de primeiro e segundo graus.

Entre os vários fatores descritos nesse trabalho jornalístico, destaca-se, por exemplo, a questão de que apenas cinco estados da federação possuíam uma universidade estadual. Por isso, como um estado recém-criado poderia competir,

tendo em vista os problemas financeiros que vivia Mato Grosso do Sul.

Nesta recepção, o deputado evidencia que Paulo Maluf tinha sido um elo entre Mato Grosso do Sul e São Paulo. Walter Carneiro traz à tona que o homenageado era um virtual candidato à presidência da república e que ali ele estava para expor com franqueza as intenções do PDS.

Em seu discurso, faz uma análise de conjuntura em que o presidente Figueiredo ficou atônito com a pressa da disputa sucessória que para o deputado Paulo Maluf era, no mínimo prematura, mas que essa situação não assustava o PDS, com podemos ver na seguinte frase:

O PDS não teme encarar novamente o povo e pedir seu apoio - isto é preciso ficar bem claro - em especial para aqueles que esqueceram o resultado saído das urnas em 82 (CARNEIRO, 1983, p 114)

É descrito ainda em seu discurso que as eleições diretas para presidente não garantia a democratização e a estabilidade nacional. O PDS, por sua vez, era contra as eleições diretas naquele instante, mas ela era o objetivo a ser pensado mais adiante, e poderia fazer parte do programa do partido.

Ele também faz uma crítica ao sistema implantado anteriormente que diminui o poder de compra, empobrecendo o país. Deixa claro que seu partido não havia deixado máculas para com a população e que isso poderia ser provado pelos 2.563 prefeitos e 24.634 vereadores eleitos pelo PDS. Não podemos esquecer que antes de ser PDS, todos os membros desses partidos eram da ARENA, e que, na época, era o partido do governo.

O que podemos entender é que o PDS não queria perder naquele instante o direito de eleger o presidente da república, uma vez que ainda estava em um momento de transição e que 50 milhões de brasileiros tinham elegido os integrantes do colégio eleitoral, e o PDS tinha sido bem colocado.

Segundo Walter Carneiro, a oposição sempre respondia aos convites, feitos pelo presidente Figueiredo para participar das decisões do governo, com "pedradas, insultos, sarcasmos".

Os profissionais de educação defendiam que a tentativa de implantar a universidade viesse favorecer uma minoria, pois seus cursos seriam o de veterinária, medicina, entre outros de período integral, o que impossibilitaria que as camadas mais pobres pudessem ter acesso à educação superior.

Biasotto (2007), afirma em entrevista para o NMHU, que: A discussão da

nova universidade inicia debates, por exemplo, um que deveria ocorrer dentro das dependências do CEUD, entre o deputado Sergio Cruz e o deputado Walter Carneiro. Porém, este último não compareceu à atividade. Dessa maneira, Sergio transformou o que seria um debate em uma palestra, por convite de Sultan Raslan. Depois da conversa com a comunidade, o deputado foi convidado a participar de uma reunião numa sala da instituição onde estavam presentes Tetila, Sultan Raslan, Irene, Sonir Biassoto e Generosa, e lá foi rascunhado o primeiro projeto Legislativo de UFGD.

Biassoto elucida o motivo pelo qual nos anos de 2003 e de 2007, o Deputado Geraldo Resende afirmou que foi o deputado Sergio que deu origem ao projeto de Universidade Federal, isto se deu porque o projeto legislativo é dele mesmo, mas o rascunho foi feito pelos professores em 1983 na sala que era do departamento que englobava todas as ciências. Biassoto afirma que “ele defende que quando filho sai bonito todo mundo quer ser pai, mas naquela época ninguém queria colocar a cara para bater”.

Ao ser questionado sobre o adjetivo dado ao grupo a que pertencia, em entrevista para NMUH, discursa dizendo:

Chamavam-nos de oposição, mas éramos uma baita minoria, a grande maioria aqui era de direita, e essa minoria para se fazer ouvir, às vezes, a gente tinha que gritar. É, é triste isso, mas é verdade, quem tem o poder, quem tem essa consciência de poder, até pode falar mais baixo, mais tranqüilo, pois tem todo o aparato do poder.

Biassoto (2007) aponta ainda que eram 17 entidades estudantis votando contra a criação da UEMS sendo apoiadas pela grande mídia, pela associação dos professores que desempenhou papel de destaque no fim dos sonhos dos deputados do PDS em especial do Deputado Walter Carneiro, isto porque acabou forçando o governador a desistir dos planos de implantação de universidade.

CAPÍTULO 3

3 PROJETO U.I.L.A: UMA FORMA DIFERENTE DE FAZER “UEMS”

Eu acredito demais na sorte. E tenho constatado que, quanto mais duro eu trabalho, mais sorte eu tenho (Thomas Jefferson).

Em Junho de 1988, a Casa Civil do Estado de Mato Grosso do Sul recebeu da Comissão para Instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, o Projeto de Ação da Fundação Sul-mato-grossense para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Educação. Esse projeto trazia uma proposta diferencial das demais que haviam sido debatidas sobre a criação de uma UEMS e estava explícito no nome “Universidade para a Integração Latino-Americana” (UILA), que foi apresentado pela seguinte comissão:

Dr. GEORGE TAKIMOTO	
Vice Governador do Estado e Presidente da Comissão	
LUIZA MARIA NUNES DE MOURA E SILVA	
Coordenadora Comissão para a Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	
OS MEMBROS DA COMISSÃO	
LORI ALICE GRESSLER	FAUSTO MATO GROSSO PEREIRA
ERNO OSCAR KOLLER	JOSÉ IVAN ALBUQUERQUE AGUIAR
LAURO JOPERT SWENSSON	JAIR VICENTE DE OLIVEIRA
JOSE MARQUES LUÍS	HERON MASCARENHAS BITTENCOURT
Tabela 5	

A carta de apresentação do projeto UILA feita pelo governador Marcelo Miranda Soares, é embasada no Artigo 190 da Constituição do Estado e no que

estabelece a Lei nº. 533, de 12 de março de 1985²², chama atenção para a importância da formação de recursos humanos, visando o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul e de sua fronteira com Bolívia e Paraguai, no que se refere ao setor primário, na produção de soja e na criação de gado, responsáveis pela concentração de renda e de terra, que a sociedade, em sua maioria, era a principal vítima, pois esta sofria com os preços dos alimentos produzidos em outros estados. Além disso, a carta de apresentação ressalta a riqueza de recursos naturais do Estado e as possibilidades econômicas que poderiam gerar, e que esses recursos seriam os principais planos em execução nas Diretrizes para a Ação do governo de Marcelo Miranda.

Para se tirar melhor proveito desses recursos naturais, seria necessário desenvolver pessoal preparado e tecnologias modernas, nessa direção a comissão ponderava que

Para a racional exploração dos recursos do solo tipicamente pantaneiros e cerrados é fundamental a absorção e o desenvolvimento das tecnologias modernas adaptadas a condições da Região. Por outro lado, carece o Estado na quantidade desejável de quadros técnicos habilitados para atuar em assuntos do Governo, em particular nas áreas de Administração, Fazenda e Planejamento, sendo raros os especialistas nos campos da Informática, Estatística, Planejamento Urbano e Regional. Nos diversos setores, são poucos os profissionais que realizam cursos de pós-graduação ou estágio, prevalecendo os graduados tradicionais em Direito, Engenharia Civil e Agronomia. (PROJETO UILA, 1988, p. 8).

A Comissão responsável fez uma análise das instituições de ensino superior do Estado de Mato Grosso do Sul, públicas e privadas, apresentando a logística da distribuição de vagas, e também as necessidades quanto à mão-de-obra especializada que o novo estado geraria. Um fato verificado pelo Projeto diz respeito à formação de pouca mão-de-obra nas áreas emergentes na época, como a computação. (Ver gráfico).

Entre os dados descritos no Projeto, está a porcentagem de



Tabela 6

²² Dossiê – Projeto Universidade de Integração Latino Americana 1987/1988.

estudantes no curso superior no país: “a população estudantil de nível superior do Brasil representa 1% da população total. Em São Paulo, o percentual é de 2,4% e em Mato Grosso do Sul apenas 0,6%”. (PROJETO UILA, 1988, p.8).

Conforme o Projeto apresentava, estudantes dos países vizinhos, Bolívia e Paraguai, procuram as universidades brasileiras devido à qualidade de ensino, mas não conseguem se adequar às estruturas curriculares e acabam impossibilitados de exercer a profissão e colaborar com o desenvolvimento de seu povo.

A carta de apresentação mostra um quadro comparativo entre os problemas que a região Centro-Oeste do Brasil e os países vizinhos enfrentavam no tocante ao ensino superior e à formação de profissionais especializados em diversas áreas necessárias para proporcionar o desenvolvimento e fazer prosperar a América latina.

O Estado possuía, em 1988, um número muito reduzido de profissionais titulados nas diversas áreas do saber, conforme ilustra o quadro a seguir:



Tabela 7

Nesse período, o estado de Mato Grosso do Sul possuía 20 doutores e 168 mestres. Os dados demonstravam que no Brasil havia 1 cientista para cada 2.600 habitantes. No caso de Mato Grosso do Sul, cuja população era aproximadamente de 2 milhões de habitantes, a proporção aumentava, 1

cientista para cada 20.000 habitantes. Para que o Estado se aproximasse dos índices brasileiros, considerados baixos em relação ao de outros países, teria de atingir o número de 800 cientistas. (Projeto UILA, 1988, p 8).

A comissão alertava ainda que, de acordo com algumas pesquisas realizadas, a capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, apresentava um excesso de recursos humanos, enquanto no interior do estado faltavam profissionais especializados; o setor público era o maior empregador de profissionais com ensino superior completo, e a falta desses acabava prejudicando o desenvolvimento regional.

Nos debates discutia-se a formação de profissionais capacitados para identificar as características multifacetadas dos estados e, dessa forma,

comparar com as existentes no Paraguai e na Bolívia, a fim de produzir uma realidade diferente daquela existente neste dado momento.

Para que os problemas fossem resolvidos, o poder público estadual teria de realizar algumas pesquisas, entre elas uma que se transformasse em uma proposta de solução para o problema das diferenças entre as estruturas escolares do Estado e dos países limítrofes.

A carta de apresentação termina enfatizando a necessidade de se dar um primeiro passo para a fundação da “Universidade Estadual e de Integração Latino-Americana”, o que ocasionaria o fortalecimento necessário para que as áreas de ciências, tecnologia e educação, conseguissem projetar um salto auto-sustentável para o Estado, e com isto valorizar os intelectuais regionais.

O Projeto observa que a principal diferença entre a UILA e as demais universidades seria o enfoque pedagógico voltado para a pesquisa, ao contrário do que ocorre, abrindo um espaço maior para o desenvolvimento científico, aumentando a participação desses profissionais pesquisadores em projetos, buscando dar conta da capacitação desses na área de tecnologia. Mostrando a relação de universidade e sociedade, podemos notar que

É preciso enfatizar o fato de que se coloca a atividade de pesquisa em primeiro plano, alterando a regra tradicional das funções da universidade brasileira, o que representa uma nítida posição de relacionamento entre a futura universidade e o seu meio. (PROJETO UILA, 1988, p 10).

3.1 Projeto U.I.L.A: uma nova forma de fazer universidade

Ao procurar fontes para discutir os embates políticos que deram origem a UEMS, acabei encontrando outro material, na verdade um projeto da UEMS, diferente do realizado, que traz em seu bojo diferenças significativas para uma realidade de fronteira, denominado Dossiê “PROJETO UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA”. Esse projeto foi elaborado no ano de 1987, quatro anos antes da implantação efetiva da UEMS, e ficou conhecido como “UILA”, e teve como coordenadora a professora Luisa Maria Nunes de Moura e Silva:

Como diz meu cunhado, eu sou uma portuguesa bem situada nos trópicos. Na verdade, eu passei 15 anos vivendo em Portugal, nasci lá. Meu pai se auto-exilou porque ele era contra o Salazar, ele apóio a campanha do Alberto Delgado à presidência da república como ele perdeu viemos aqui para o Brasil, para o Recife, aos quinze anos de idade.

Em Portugal, convive com tudo que era possível da história de Portugal, ao vivo inclusive. Aqui no Brasil, em Recife, fiz o secundário, a universidade e o mestrado. A universidade na Universidade Católica e o mestrado na Federal, e nessa altura que fiz o mestrado eu já trabalhava na fundação Joaquim Nabuco, já fazia pesquisa, fiz pesquisas nos vários departamentos, entrei como auxiliar de pesquisa, e, depois, quando eu saí para trabalhar na universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, eu já era assistente de pesquisa. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008)

Na ocasião da apresentação do Projeto UILA, o governador do Estado era Marcelo Miranda Soares, que prontamente o aprovou e declarou que em seu governo implantaria a UEMS com sede em Dourados, e que a universidade extrapolaria as fronteiras, propiciando uma troca política e cultural com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia.

Para que o leitor possa melhor circular neste capítulo, é necessário que ele perceba as forças políticas deste período, por tal como em outros capítulos coloquei uma tabela demonstrativa.

DEPUTADOS ESTADUAIS				
1º de fevereiro de 1987 a 31 de janeiro de 1991				
Deputados do PSDB	Deputados do PTB	Deputados do PMDB	Deputados do PFL	Deputados do PDS
Akira Otsubo	Armando Anache	Benedito Leal de Oliveira	Ary Rigo	Marilene Moraes Coimbra
André Puccinelli	José de Oliveira Santos	Carlos Fróes	Cícero de Souza	
	Júlio César Paulino Maia	Cláudio Valério da Silva	Londres Machado	
	Nelson Trad	João Leite Schimidt	Marilú Segatto Guimarães	
	Maurício Picarrelli	Jonatan Barbosa	Roberto Razuk	
	Walter Carneiro	Onevan de Matos	Daladier Agi*	
	Daudt Conceição*	Ozéias Luiz Pereira		
	Henrique Dedé*	Pedro Dobes		
	Nilson Lima*	Ricardo Bacha		
		Valdenir Machado		
		Fernando Saldanha*		
		Pedro Paulo de Barros Lima*		
		Waldemir Moka*		
* Assumiram o mandato durante a legislação				
Governador: Marcelo Miranda Soares (PMDB) 15 de março de 1987 15 de março de 1991 Tabela 8				
Tabela produzida com informações do sítio oficial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul				



Fig. 11 - DEPUTADOS ESTADUAIS
1º de fevereiro de 1987 a 31 de janeiro de 1991

A foto ao lado apresenta os deputados apresentados na tabela, o que mais chama a atenção nesta legislatura e o número de deputadas, que teve um crescimento considerável.

Este projeto se pautou em diversos focos, entre eles: racionalidade, multidisciplinaridade, diversificação de oferta e a descentralização do poder,

interiorização, integração regional e cooperação com os países limítrofes.

A racionalidade teve como função, dentro desse Projeto a articulação da técnica e teoria para, apontar os meios para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia no contexto regional. Isto porque, esse pensamento manteria a arquitetura para mudanças de atitude e comportamento, dos profissionais da educação superior, colaborando assim com a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

Para a comissão o uso calculado dos recursos existentes, seja humano ou de material, diminuiria os custos sem alterar a qualidade, de forma que a lógica mantivesse a coerência e a praticidade.

A multidisciplinaridade, as relações entre a ciência, a tecnologia, a realidade e a produção científica, é outro aspecto destacado pelo projeto:

Esta visão, além de oferecer os melhores resultados para o empreendimento, traz consigo importantes conseqüências, como: evitar a supremacia isolada e alienante de uma concepção científica e eliminar a percepção unilateral e unidisciplinar, injustificáveis num mundo aberto e em plena transformação. A busca da multidisciplinaridade deverá valorizar defender e preservar o conhecimento popular e as suas práticas, apropriar-se dele e universalizar seus conteúdos de sabedoria. Tal postura não reduz a conquista do conhecimento aos engodos do populismo ou a uma ciência subdesenvolvida, mas a integra a força da realidade e a cultura de um povo. (PROJETO UILA, 1988, p 11).

A multidisciplinaridade tinha a função de crítica, de buscar soluções práticas para os problemas regionais, com o objetivo de congregar os Núcleos de Programas Interdisciplinares.

Um outro aspecto apontado pela comissão é a diversificação de ofertas que seria implantada com a nova universidade, e com isto evitar a repetição de

fórmulas ou cópia de currículos. Assim, o estado de Mato Grosso do Sul poderia criar cursos com identidade regional.

Um dos alicerces desse projeto era a descentralização do poder nacional, pois, quando este está centralizado, atrapalha a autonomia pedagógica, impede a formação de indivíduos críticos dentro de instituições poli-nacionais.

Na carta apresentada ao governador Marcelo Miranda, a comissão para instalação da UILA ressalta a importância da interiorização do conhecimento como uma forma de garantir a identidade ecológica e cultural de cada região que seria garantida por meio de uma estrutura "multi-campi", respeitando a forma do "Núcleo de Programação Interdisciplinar", de acordo com a peculiaridade e necessidade de cada Região. Com isso, a universidade poderia proporcionar o desenvolvimento de cada município, e sempre respeitando suas necessidades e peculiaridades.

Para garantir a integração regional, toda pesquisa tecnológica teria de respeitar o meio ambiente e se adaptar ao perfil cultural das diversas regiões do Estado; todas as negociações aconteceriam na própria região através dos seus representantes, tanto da classe empresarial, como da trabalhadora.

Contudo, o ponto principal do Projeto era a questão da integração latino-americana, tendo a UILA como centro de articulação entre Mato Grosso do Sul e os países limítrofes, e visando, posteriormente, manter relações com os outros países da América Latina. Isso era importante, conforme a comissão sustentava, por causa da nossa proximidade com a Bolívia e o Paraguai, da própria história e a cultura, do potencial econômico, da navegação pelo rio Paraguai, da utilização do gás boliviano, da preservação do Pantanal, não só da fauna, mas também da cultura e do próprio povo pantaneiro.

O UILA não se apresentou como "mais um projeto", pois diferenciava-se do demais na busca pela multi-culturalidade, pela relação entre os países, não apenas na denominação, mas com propostas filosóficas de uma instituição que viria afirmar conceitos de Pós-Modernidade.

A UILA estava baseado em projetos implementados pelo governo José Sarney, que estabeleceu parcerias entre Brasil e Argentina em vários setores, isto porque, naquele momento histórico, onde as ditaduras na América Latina estavam se dissolvendo a necessidade de fortalecer a unidade latino-americana a fim de consolidar a economia regional era indispensável. E para o estado de Mato Grosso do Sul, uma forma de modernizar em todos os setores.

O principal objetivo era modernizar o estado, tanto no que diz respeito aos recursos tecnológicos, como aos recursos humanos, contando com os potenciais naturais, econômicos e os recursos minerais existentes dentro do estado. O Estado que encontra-se geograficamente bem localizado e possui um significativo potencial agrícola e pecuário, sendo que este seria multiplicado se conseguisse escoar sua produção via Pacífico, como isto um boa relação entre os países da América Latina abriria as portas para este outro mercado.

Uma das idéias com a implementação da "UILA" era transformar o Estado em Pólo Siderúrgico, conseguindo, assim, uni-lo ao conjunto de países da América Latina que extraíam e produziam derivados de minério, usando o mesmo ideal político e econômico, o de construir um mercado regional forte e apto para concorrer com outros continentes, implementando mudanças em suas estruturas internas de mercado, o que anos depois ficou conhecido como Mercosul.

A comissão afirmava que implantar uma universidade com características multi-culturais seria, naquele momento, não apenas iniciar um projeto bem organizado de mercado comum na América latina, mas uma identificação entre os países irmãos, dando assim a sua contribuição para o aspecto global. O projeto seguia o que defende Giddens²³, "à medida em que áreas diferentes do globo são opostas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra" (Giddens, 1990, p. 6).

O Projeto UILA previa que a sede da universidade fosse localizada em Dourados, mas funcionaria sob a direção dos três países participantes do projeto, no caso, Brasil, Bolívia e Paraguai. A meta da instituição seria formar profissionais preparados em áreas de interesse de cada país, procurando soluções para os problemas existentes, produzindo um intercâmbio educacional. Para que isso fosse possível, a nova universidade teria um estatuto internacional, estabelecido pelos três países participantes. Todos seriam responsáveis por viabilizar uma política financeira e pedagógica da universidade, por implementar pesquisa científica e tecnológica por meios de seus próprios recursos financeiros e humanos, e por buscar fomento para o bom andamento da instituição.

O Projeto UILA chegou a ter uma fundação denominada Fundação para

²³ As suas ideias tiveram uma enorme influência quer na teoria quer no ensino da sociologia e da teoria social em todo o mundo. A sua obra abarca diversas temáticas, entre as quais a história do pensamento social, a estrutura de classes, elites e poder, nações e nacionalismos, identidade pessoal e social, a família, relações e sexualidade

Integração da América Latina, que tinha por objetivo anteceder a implementação do projeto, criando assim um ambiente para que a universidade pudesse ser alocada. Esta fundação possuía uma estrutura hierarquizada: um conselho diretor dividido em assistência de cooperação internacional, diretoria executiva e diretoria de assistência jurídica. A diretoria executiva teria como principal função direcionar a supervisão de pesquisas, de treinamento em RH e de integração cultural, ficando em última esfera os núcleos de atividades, sendo estes responsáveis em subsidiar projetos que dessem conta das questões: Pantanal, identidade cultural, integração regional, cidade, minérios e agro-negócio.

É possível constatar, que os jornais de época, observavam o Projeto UILA com bons olhos, apresentando-a para a sociedade sul-mato-grossense como uma idéia inovadora e marcante nas relações tanto sociais como econômicas:

Universidade estadual já tem comissão.

O governador Marcelo Miranda assinou ontem, em Dourados, o decreto que institui uma comissão especial destinada a desenvolver estudos com vistas à criação da meta estadual de Mato Grosso do Sul. Segundo o governador, o projeto tem inserido dentro do programa de integração latino-americana do governo federal e será implantada em cooperação com as repúblicas do Paraguai e Bolívia e contará com apoio de instituições internacionais de fomento e educação superior.

A comissão instituída pelo governador está composta por professores universitários, maioria de Dourados, comprometidos com projeto de universidade e deverão estabelecer programas de estudo, criar grupos de pesquisas e criar suporte para a futura universidade. Durante assinatura do decreto o governador lembrou que a universidade é uma antiga aspiração de Dourados e que agora vai dar os primeiros passos rumo a realidade. Marcelo acentuou ainda que de início do governo a secretaria de educação iniciou estudos para sua implantação.

O vice-governador George Takimoto será o presidente da comissão que será coordenada pela professora Luísa Maria Nunes de Moura e Silva e são integrado pelos professores: Alice Gressler, Erno Oscar Koller, Lauro Jopert Swenson e José Marques Luis, Fausto Mato Grosso Pereira, José Ivan Albuquerque Aguiar, Jair Vicente de Oliveira e Heron Mascarenhas. (JORNAL DA MANHÃ, 22-06-1987, p.2).

Em despacho de agosto de 1987, feito ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré e Jorge Bornhausen demonstraram grande satisfação em receber o projeto de criação da “UILA”, fazendo ressalvas à legislação e adequação do projeto, indicando, ainda, que fossem priorizadas as áreas de maior carência do Estado como um meio para a solução de problemas sociais regionais, nacionais.

A notícia de que a “UILA” seria implantada estava estampada em jornais, como o “Jornal da Manhã”, de Campo Grande, “Folha de Dourados”, de

Dourados, “Jornal da Praça”, de Ponta Porã, “O Progresso”, também de Dourados, “Vale de Ivinhema” e outros. A imprensa estadual destacava o lançamento da universidade e enfatizava que o governo do Estado queria uma universidade diferente. Os meios de comunicação regional ficaram durante um bom tempo utilizando a proposta de uma nova universidade como matéria principal nos jornais.

Logo no início da divulgação do Projeto UILA, o governo do Estado recebeu um prêmio de reconhecimento durante a Jornada Latina Americana de Educação, o primeiro lugar e os elogios de várias universidades.

No dia 25 de setembro de 1987, o governador Marcelo Miranda (PMDB) levou as propostas de integração e cooperação na América Latina, para o conhecimento dos representantes da Bolívia e do Paraguai. Esse momento foi tão importante que outros projetos de âmbito econômico e social também foram realizados entre os três países.

3.2 Projeto UILA: uma construção da Professora Luísa.

Descrita muitas vezes como uma desconhecida, em discursos, como: “eu não sei se era Luísa, não estou bem certo, o marido dela era assessor especial do governo de estado”²⁴, Luísa Maria Nunes de Moura e Silva, professora, esposa e mãe, como uma boa parte das mulheres brasileiras. Ela é pesquisadora integracionista, e quem elaborou o Projeto UILA

No Brasil, Luísa terminou os estudos básicos e cursou Ciências Sociais na Universidade Católica entre em 1964 e 1968, tendo a sua formatura marcada pelo início do AI5. Na graduação, conheceu um professor que lhe abriria as portas para pesquisa:

O Professor paraninfo saiu da festa de formatura para depor no DOPS, era o professor Amaro Quintas, historiador de Pernambuco. Eu fui fazer o curso de Ciências Sociais, me interessei muito pelos aspectos estruturais da sociedade e pedi a ele, o qual me levou para trabalhar lá Fundação Joaquim Nabuco. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

Luísa, ao chegar à fundação Joaquim Nabuco, como auxiliar, dedicou-se a várias pesquisas em diversos departamentos, trabalhando dez anos na área de pesquisa. Entre os intelectuais com quem trabalhou, estava o professor Gilberto

²⁴ Em entrevista para NMHU – Ex. Deputado Walter Carneiro.

Freire e Mário Quintas. Em meio aos tantos trabalhos realizados dentro da fundação, surgiu a oportunidade de cursar o mestrado na Universidade Federal da Paraíba. Prestou a prova seletiva e passou em primeiro lugar, com muitos pontos, mas, por pouco, não se viu impedida de ingressar no curso, conforme explica:

[...] havia uma discussão, um debate, uma implicância eu diria, que o professor Gilberto Freire com os centros de pesquisas instalados nas Universidades Federais, ele achava que os centros de pesquisa tinham que ser independentes e não vinculados às Universidades Federais, é foi justamente o contrário daquilo que pensamos hoje como professores de universidades; ele não queria muito. Mas, como eu fui aprovada em primeiro lugar, com altíssimos pontos houve uma negociação entre o coordenador do Mestrado e o Professor Gilberto Freire. (Entrevista professora Luisa, cedida para NMHU, fevereiro 2008).

Ao terminar o mestrado, a professora Luísa se dedicou à realização de um trabalho de doutorado, iniciando uma pesquisa sobre movimentos populares dentro da América Latina. Nos seus estudos, o México foi um ponto referencial na sua formação enquanto pensadora, isto porque ao fazer doutorado lá, teve a oportunidade de estudar com professores que haviam sido exilados do Chile, da Argentina, da Bolívia e do Brasil e com isto, teve a chance de ler textos que eram proibidos nesses países.

Nesse espaço efervescente, começou a desenvolver sua principal linha de trabalho, “a teoria da independência”: ou seja, a América Latina, para superar a dependência de seus algozes, teria de, através de uma integração produtiva, e das suas linhas de produção, integrar a agricultura e a indústria para unir matéria-prima e manufaturado.

Segundo a Professora, naquele momento, também era importante uma integração dos países da América Latina com a Europa, no âmbito comercial, para acabar com a hegemonia de alguns países dentro das Américas, e também para aumentar a competitividade e, com isso, os ganhos econômicos dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos da América do Sul e Caribe.

Nas vésperas da defesa de seu doutorado, a Professora Luísa, com pronta para viajar rumo ao México, recebe a notícia de que um terremoto, de magnitude 8,1 na escala Richter, teria destruído a capital do país, matando 10.000 pessoas e causado danos de cerca de US\$ 3.5 bilhões, e, que, nem mesmo, o aeroporto estava funcionando. Em entrevista, a professora disse que ficou tão aterrorizada com a tragédia, que não conseguiu ir para a Defesa.

Mas é claro que o primeiro sentimento foi de pânico, pensar que eles nunca se prepararam para uma situação dessas, embora os tremores acontecessem a 3x4, pois a cidade do México está localizada dentro de um lago aterrado na cratera de um vulcão extinto. Pessoas, a biblioteca da Universidade, os museus arqueológicos... e tanta gente ferida e sem assistência adequada. Mas eles foram bem solidários entre si.

Em todo o caso, o terremoto foi o que me impediu de regressar ao México para defender a tese de doutorado. Eu já estava com a autorização presidencial (naquele tempo era necessária para que um funcionário público se ausentasse do país)

Já tinha vivido vários tremores de terra durante o período que lá estive, mas nenhum tinha sido gravíssimo, apenas um havia feito cair o prédio da Universidade Ibero-americana (durante a madrugada) e mais nada caiu além dele.

As notícias do terremoto eram assustadoras, mas as primeiras notícias davam conta que nada tinha acontecido na UNAM, apenas nos bairros e nos edifícios que tinham sido erguidos sem os preceitos de segurança legais no México por causa dos tremores de terra. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

Esse trágico fato não impediu a Professora de alcançar os seus objetivos. Mesmo tendo desistido do doutorado no México, não desistiu da vida acadêmica e quando ingressou na Universidade Federal da Paraíba, ela dedicou-se a pesquisa na área de evolução dos movimentos populares de trabalhadores em Pernambuco, este trabalho resultou em uma tese de Doutorado defendida na USP em 1997.

3.3 - UILA: um projeto de fora

De acordo com Professora Luísa, o Senador Marcelo Miranda, candidato ao governo do estado de Mato Grosso do Sul, a procurou para encomendar um projeto de universidade que abarcasse o desenvolvimento do novo Estado. Naquela época, ela estava trabalhando como pesquisadora no MEC, e, por isso, sentiu-se à vontade para aceitar a tarefa de formular um projeto de uma universidade que viesse abrangesse uma região de fronteira. Seria a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, que deveria ter características diferenciadas, contemplar o desenvolvimento de um Estado, que possuía um comércio de fronteira.

Sendo uma das intenções o fortalecimento do processo de produção e do comércio regional, o desenvolvimento do Estado não se daria somente na formação de profissionais nas diversas áreas, isso seria um passo importante, mas pesquisar os processos administrativos, encontrar através de estudos como

desenvolver as várias áreas do conhecimento (humanas, exatas, biológicas), era imprescindível.

Durante entrevista a professora Luisa, apresenta que depois da divisão do Estado de Mato Grosso, não havia uma unidade federativa bem organizada, com um processo econômico definido. A economia regional estava mais voltada para regiões fronteiriças, além disso, ela afirma que não havia uma identidade cultural:

Região Sul que envolvia Dourados estava voltada para o Paraná e Paraguai, a Região Norte estava mais voltada para Minas, a outra Região de Campo Grande estava ligada a São Paulo e a outra estava ligada a Bolívia, tanto que havia muita identidade ali entre a Região do Paraguai, Pantanal e a Bolívia, era preciso que houvesse uma unidade interna, que se reconhecesse uma identidade cultural, é claro que a identidade do Mato Grosso do Sul não é uma identidade Latino Americana, mas o Paulo Simões acertou na música quando cantou naquela música: 'O Estado do Mato Grosso do Sul já foi Paraguai' (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

O Professor Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, discorda que o estado de Mato Grosso do Sul, tenha surgido sem uma identidade, no texto²⁵: “intitulado Divisionismo e “Identidade” Mato-grossense e Sul-mato-grossense: um breve ensaio” ele descreve que a identidade deste novo estado já estava sendo forjada muito antes da divisão.

Derrotada a rebelião, as elites sulistas, ou pelo menos parte delas, passam a defender por escrito e abertamente a separação entre o Sul e o “Norte”. Em fins de 1932 funda-se a *Liga Sul-mato-grossense*, que lança vários documentos, incluindo petições ao Governo Provisório e à Assembléia Constituinte. Outro documento, rebatendo críticas de Rondon às pretensões dos sulistas e assinado por personalidades de destaque na região, foi publicado em Campo Grande em 1934. Nesses documentos, segundo me parece, encontra-se um primeiro esboço de uma identidade especificamente *sul-mato-grossense*, como reação à identidade mato-grossense “oficial” (Queiroz, 17 a 22/06/2005).

As questões fronteiriças começavam a se tornar um problema constante. Os paraguaios registravam seus filhos em Ponta Porã - MS (Brasil) para que tivessem uma melhor qualidade de ensino e assistência médica, deixando de lado uma questão importante, a identidade nacional paraguaia que, nas escolas brasileiras, acabava não sendo lembrada, como se todo filho de Paraguaio fosse brasileiro.

O problema de identidade não era uma via de mão única, pois, no final do período da ditadura e começo de abertura, se iniciaram as tensões com os

²⁵ Apresentado no XXIII-Simposio da ANPUH que ocorreu na *Universidade Estadual de Ponta Grossa* - 17 a 22 de Julho de 2005.

“brasiguaios” por uma infinidade de problemas entre eles as questões do uso da estrutura de saúde e educação paraguaia.

Sob a óptica da professora Luísa, não existia na fronteira uma identidade latino-americana bem definida, mas isto não impossibilitaria que o estado de Mato Grosso do Sul se tornar um importante pólo de desenvolvimento regional, e com isto dar um norte as questões de identidade na região.

Pensando no desenvolvimento regional da fronteira, o governo de Marcelo Miranda montou uma comissão para elaborar um projeto de Universidade Estadual para Mato Grosso do Sul. Conforme assinalado anteriormente, o governador convidou a Professora Luísa para coordenar a elaboração desse projeto.

A professora Luisa Moura foi quem elaborou o Projeto UILA a pedido do então candidato a governador, o senador Marcelo Miranda (Revista Destaque, Campo Grande, 06/1987, p.30). O MEC passava por um momento democratizante, no que se refere à aprovação de ensino superior. Uma longa jornada de debates sobre a reorganização das universidades no Brasil junto as suas comunidades iniciava-se. Para isso, foram criadas, dentro do próprio ministério, comissões específicas para cada setor da sociedade, entre essas comissões estava a comissão de comunicação, da qual a professora Luísa era representante e que tinha como coordenador o professor Zé Marco de Mello.

Como mencionado anteriormente neste trabalho, não existia, naquele momento, uma vontade do MEC de construir uma universidade, ou universidades que possuíssem características herdadas do processo ditatorial. Em vista disso, o então secretário da Secretaria de Ensino Superior, – SESU José Camillo Filho²⁶, disse para coordenadora do UILA o seguinte a respeito da criação de uma nova universidade: “só se for uma universidade diferente, porque essa Universidade Estadual nem pensar”. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

O Projeto da UILA passou pela aprovação de dois ministros da educação, o primeiro recebeu a proposta e o segundo despachou. A Professora Luísa disse que os dois ministros deram o mesmo parecer, pessoalmente, a ela: “Toca em frente que iremos apoiar. Uma proposta de universidade diferente, com

²⁶ Ofício nº560/88-GAB/SESu/MEC de 4 de fevereiro de 1988.

estruturação diferente, uma universidade que se integre à região, aí sim iremos apoiar”, isto pode ser notado pelo ofício enviado pelo Ministro Jorge Bornhausen para Roberto Costa de Abreu Sodré (aviso 3015, 19/08/87).

A proposta de uma universidade diferenciada foi pré-fabricada no MEC e redigida na secretaria de educação de Mato Grosso do Sul, onde a professora Luísa foi trabalhar com o Secretário da Educação, Aleixo Paraguassu Netto. Ficou evidente, assim, que a proposta UILA foi arquitetada em Brasília:

A proposta foi realmente construída antes de ser apresentada para a comissão que foi criada em seguida, porque era a única possibilidade que tínhamos de levar essa universidade adiante. De outra forma, não haveria porque sair do nada, ninguém queria aprovar no Ministério da Educação. Não havia chance (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

3.4 - A comissão UILA: organização e encaminhamentos

A escolha da comissão foi uma aliança política determinada pelo PMDB quando Marcelo Miranda ainda era senador. O vice-governador George Takimoto foi nomeado presidente da comissão por causa de sua representatividade e de sua força política dentro do município de Dourados, onde seria sediada a UILA:

Essa comissão foi uma indicação governamental. Eu não tive nenhuma interferência, mas eu sei que os critérios foram: o presidente era um político de Dourados, na região de Dourados, onde a universidade se situava; iriam participar dessa comissão professores da Universidade Federal, que tinham uma visão progressista e que queriam trabalhar em prol de realmente implantar a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

Nos primeiros meses de trabalho, a comissão contou com a participação de secretários de várias áreas do governo, da fazenda, da casa civil e outras, com o objetivo de viabilizar e facilitar os trabalhos da comissão, seja em âmbito da política, da economia ou de estrutura que a nova universidade usaria.

O Projeto da UILA foi apresentado também na 6ª jornada de Educação para integração da América Latina em São Paulo promovida pela SEMESP (Sindicato das empresas Mantenedoras do Estado de São Paulo) que oferecia um prêmio: “Educação para Integração para América Latina”.

Entre os vários projetos apresentados durante a jornada, o projeto que propunha uma diferenciada Universidade Estadual para Mato Grosso do Sul

acabou recebendo o primeiro prêmio. O projeto foi apresentado no seguinte formato de vídeo:

'Projeto Universidade integração Latino-americana' - (U-MATIC/VHS, 26 minutos) - roteiro e direção: Maria Helena Brancher²⁷ - texto básico: Luisa Maria Nunes Moura e Silva - produção: Matriz Propaganda (Núcleo de Rádio e Televisão)

Esse trabalho áudio-visual traz uma descrição dos estudos realizados para identificar as potencialidades da região de fronteira, e apresenta o estado de Mato Grosso do Sul como uma esperança na produção agropecuária. No início do vídeo, o governador Marcelo Miranda faz a seguinte explanação: "Tenho a convicção que esta universidade poderá extrapolar as fronteiras nacionais e servir de fonte para políticas culturais com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia", demonstrando seu apreço pelo projeto e o seu total apoio.



Fig 12 -Assinatura da posse da comissão da UILA

Mesmo que o UILA tendo sido um projeto pedido via MEC/Brasília, o governador somente anunciou a sua criação 100 dias depois da sua posse, exatamente em 15 de março de 1987 e no dia 19 de junho, do mesmo ano, assinou em Dourados, junto ao secretário Aleixo Paraguassu Neto, a posse da comissão que teria como função fazer estudos para

implantação da Universidade.

Em entrevista para a imprensa local, no dia da posse da Comissão, o governador apresentou mais detalhadamente o papel do governo na construção da universidade:

A universidade do estado de Mato Grosso do Sul desde que me candidatei, eu me com prometi para instalar, a assinatura deste decreto e desta comissão é o primeiro passo depois de estudos que já fizemos de integração dos países que nos cercam Paraguai e Bolívia. É uma universidade para formação da mão-de-obra local e regional desses países e do Mato Grosso do Sul. Esta comissão deverá no prazo bastante curto nos apresentar a possibilidade da instalação de uma fundação e a partir dessa fundação os principais cursos a serem ministrados na universidade estadual, e a partir daí então apresentaremos ao MEC da possibilidade e as receitas de órgãos

²⁷ Jornalista, reside em Campo Grande, iniciou sua atividade jornalística no Rio Grande do Sul (1973), Grosso do Sul, participou do projeto Pró-Implantação da UILA-Universidade de Integração Latino-Ámeri-cana, para o qual dirigiu o vídeo "Documento" Básico do Projeto, baseado em textos da professora Luisa Moura e Silva.

públicos federais e de órgão internacionais da viabilidade dessa universidade em Dourados (Documentário - Projeto Universidade integração Latino-americana' roteiro e direção: Maria Helena Brancher).

Wilson Valentim Biassoto, em entrevista, argumenta que depois da “saída”²⁸ de Harry Amorim, um administrador, que demonstrou ser muito mais político do que seus inimigos achavam, iniciou-se uma luta entre as lideranças locais pelo poder do Estado e, em nome disso, cometeu-se loucuras que acabaram endividando o estado, por motivos bairristas, como ele mesmo argumenta:

As nossas oligarquias provincianas como os Barbosa Martins, os Pedrossian e Marcelo Miranda, começaram uma luta pelo poder, como os loucuras um endividamento do estado e mesmo neste contexto queria se criar uma tal de UILA, trouxeram uma professora lá do nordeste eu não sei da onde, você pode recuperar facilmente, Maria Luísa que com uma varinha de condão ia criar uma Universidade de Integração Latino-Americano. Tudo bem não tinha nem Mercosul naquela época, era uma visão futurista, a idéia foi muito bem vendida [...].(Entrevista cedida pelo Wilson Valentim Biassoto para NMHU, 2007).

Diferentemente, do que expõe Biasotto,, o documentário - Projeto Universidade integração Latino-americana roteiro e direção: Maria Helena Brancher, com função publicitária, descreve que a política de criação de uma Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e a construção de uma instituição de integração latino-americana, encaixava-se, perfeitamente, dentro do projeto do governo federal de integração de países vizinhos, como Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia., que visava produzir programas para diminuir a pobreza desses países que acabavam de sair de processos ditatoriais. Por meio de acordos bilaterais, assinados pelos presidentes José Sarney, Raul Alfonsín (da Argentina) e Julio Sanguinetti (do Uruguai) que foram denominados como Projeto de Integração Latino Americana, deu se o primeiro passo para um mercado em comum, denominado depois como Cone-Sul.

O Projeto UILA descrevia que, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul seria uma colaboradora no processo de transformação e desenvolvimento do Estado, na exploração de seu potencial natural, como os recursos hidrográficos, agropecuários e minerais, pois ao formar indivíduos dentro de uma universidade diferenciada, acabaria sanando as especificidades do estado como também dos países envolvidos. A reserva de manganês local, por exemplo, equivale a 50% da nacional, já a reserva de ferro é a terceira maior do país, e a de calcário está

²⁸ Puxada de tapete como comenta o ex Dep. Roberto Razuk em entrevista ao NMHU.

estimada em 1 milhão e duzentas mil toneladas. Faltava ao Estado (talvez ainda falte) uma política eficiente de exploração desses recursos, pois toda a riqueza do Estado acabava saindo *in natura*, deixando de produzir o lucro necessário para o desenvolvimento (Dados colhidos do documentário UILA).

Com discursos como esse, que direcionava para o potencial mineral do estado e a sua não exploração, o governo federal mostrava como solução uma relação mais próxima dos países Latinos, acreditando assim que a solução para endividamento provocado pela dívida externa, seria sanado com um melhor relacionamento com os países da América Latina. Para isto estes países teriam de se unir e estreitar suas relações comerciais e industriais, através disto o projeto UILA começou a tomar força, uma vez que essa universidade seria um meio para a integração latino-americana.

Uma instituição tripartite não era novidade, pois já havia uma experiência dessa realizada, a hidrelétrica de Foz do Iguaçu, o que se apresentava como nova era a possível área de atuação dessa instituição. Esta teria pesquisadores dos três países realizando estudos e produzindo conhecimentos para resolver problemas econômicos, sociais e de saúde de interesse em comum ou de seu próprio povo.

A idéia de uma universidade tripartite foi muito bem recebida pelo governo federal e estadual, mas não muito bem recebida pelos militares, que enviaram uma correspondência diretamente do Itamaraty dizendo que não era possível que a instituição tivesse um caráter tripartite, pois como era uma relação de produção de conhecimento também estava relacionada com troca de tecnologia. Sendo assim, a situação se encaixava no aspecto de segurança nacional, visto que as relações militares entre estes países não se encontravam bem estabelecidas.

A Professora Luisa relembra o dia em que todos esperavam a aprovação do Itamaraty. O jornal “Diário do Pará”, assim noticiou:

Faltava o Itamaraty se pronunciar. A pronúncia do Itamaraty foi que a tri nacionalidade não era possível. Era possível para empresas com a hidrelétrica do Itapu, mas não era possível para uma universidade, porque o conhecimento de uma universidade de nível Superior era uma questão de segurança do Estado. Não foi aprovada com tri nacional, mas nada impedia de ser aprovada com nacional. (Diário do Pará, 16/09/87, p. A10)

Para Professora Luisa, o que houve foi um acordo de cavalheiros que permitia ao governo do estado de Mato Grosso do Sul construir uma universidade

piloto, ajudando o governo federal a dar os primeiros passos para a criação de um livre comércio entre os países da América Latina. Isto ficou mais claro quando a comissão do UILA participou de uma reunião em Brasília com os presidentes do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, que serviu de alavanca para o governo Fernando Collor de Mello efetivar o Mercosul.

Durante a pesquisa, averigüei que o presidente Collor acompanhou todas as viagens do presidente Sarney aos países da América do Sul para tratar da integração Latino Americana, isto talvez explique, que foi em seu curto governo que a idéia de Mercosul tenha decolado.

Se na teoria, criar uma instituição com o apoio do governo federal e dos parceiros parecia fácil, na prática, desenvolver esse trabalho tornava-se algo sem muitos frutos. Existia, naquele instante, na região da Grande Dourados, dois grupos de políticos rivais que, a partir do governo de Marcelo Miranda, se viram com o inimigo em comum. Os representantes do grupo de Pedro Pedrossian e Walter Carneiro defendiam uma universidade estadual de Mato Grosso do Sul nos moldes mais tradicionais. Do outro lado, o grupo ligado a Wilson Biasotto e a José Laerte Tetila defendia a não criação de uma instituição estadual, e sim a transformação do CEUD em UFGD.

Os enfrentamentos entre esses grupos eram constantes, e se tornaram mais evidentes com as audiências públicas realizadas pelo governo para explicar as funções e atividades que teria a nova universidade. Mas, o que deveria ser um fórum de debate, tornou-se um enfrentamento, ao ponto de focos bem articuladas levarem muitos professores a uma discussão com os representantes da comissão, conforme relata, em entrevista, a professora Luisa:

Equivocadamente fui apresentada como uma técnica que vinha do Ministério da Educação, e isso assombrou muita gente, porque acharam que eu iria implantar a antiga proposta do projeto MEC e não era nada disso, ao contrário, era para implementar uma proposta inovadora que o próprio MEC queria que fosse um piloto. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

Os trabalhos da comissão aconteciam em Dourados de quinze em quinze dias, tendo como o objetivo principal a procura de alternativas para conciliar ensino, pesquisa e extensão, de modo a dar conta da realidade tanto regional como também dos países limítrofes envolvidos no projeto.

A escolha de Dourados como sede da UILA, teve como motivo a lei que obrigava a construção da instituição dentro deste município, mas aconteceram debates que foram noticiados por jornais, em que os profissionais de Corumbá se apresentavam como mais preparados para enfrentar este desafio, uma vez que possuíam tradição cultural em ensino superior. A comissão possuía um maior número de professores de Dourados, bairristas, que acabavam criando confusões desnecessárias. A esse respeito, a professora Luisa comenta que os atritos dentro da comissão começaram a se tornar constantes e que por muitas vezes provocando seminários dentro e fora da universidade e que estes eram regados de insinuações tanto dos integrantes do CEUD, como de descontentes da própria comissão.

Esses atritos eram resultantes também de um olhar tradicional sobre universidade que alguns membros da comissão possuíam. Para muitos, a instituição deveria iniciar com o curso de Medicina, Direito e Odontologia. Contudo, o projeto da UILA tinha entre seus objetivos entender as comunidades que representavam o estado, e, para isso, seria importante a implementação de cursos de Antropologia, História e outros humanísticos, inclusive o de Turismo que deveria ser a base de tal empreendimento.

As necessidades internacionais foram percebidas através de um estudo formalizado. A comissão visitou o Paraguai, e percebeu a situação da estrutura do ensino superior local e evidenciou as diferenças em relação à do Brasil. Entre as principais diferenças estava o fato de que os dois primeiros anos do ensino superior eram técnicos, e para o estudante aprender a prática tinha de ir a Assunção cumprir a parte teórica e com isto conseguir o diploma de curso Superior.

Em Pero Juan Caballero existe um curso de Agronomia no qual durante os dois primeiros anos os profissionais aprendem a usar trator e a manusear a terra, e caso os estudantes quisessem tornar-se Engenheiros Agrônomos tinham de cumprir mais três anos de curso. Para alguns membros da comissão, isso era uma alternativa extremamente positiva, pois viabilizava profissionais competentes em dois anos. Todavia, outra parcela da comissão não aceitava a idéia de criar cursos de tecnólogos. A Professora Luisa denomina isto de corporativismo das associações dos profissionais, pois a noção da realidade regional era tão grave que existe um ditado entre os fazendeiros paraguaios que dizia: “eu não contrato

um profissional saído da universidade federal porque eles quebram meu trator no primeiro dia” (Dossiê, 1984, nota 5).

Instaurou-se então dentro da comissão a questão da discrepância entre o projeto pensado e a realidade concreta dos profissionais que seriam formados no novo estado.

Outro entrave era a dúvida se o estado de Mato Grosso do Sul estava mais ligado ao sul ou norte do país? Ou seja, estava mais voltado para o Mercosul ou para o pacto Andino? Sendo que no primeiro caso existia um problema claro sobre a questão visto que o Banco Desenvolvimento para Mato Grosso do Sul possuía complicações com as negociações políticas, enquanto o pacto Andino incluía toda a região do pantanal, facilitando assim as negociações. Esse foi o principal motivo para que a comissão de implantação da universidade fosse visitar as instituições do norte do país, entre elas a Universidade Federal do Pará. Quando o grupo chegou a Belém, foi recebido com uma medalha de honra ao mérito pela elaboração do projeto UILA, um reconhecimento da comunidade educacional universitária.

Durante o Festival Latino-Americano de Arte e Cultura, promovido pela UNEP²⁹, o Projeto UILA foi apresentado na mesa de extensão por membros de sua comissão, que convidaram todas as universidades a participarem do seu desenvolvimento cedendo profissionais do setor de educação. A professora Luisa observa que este tipo de cooperação costuma produzir bons pesquisadores e cita um exemplo:

[...] o caso do professor Jair. Ele tinha se formado aqui em SP e estava apto também a contribuir com algumas extensões na área de produção, na tecnologia de alimentos, ajudou muito os produtores de alho na vila Vargas na construção do projeto da trituração do alho e outros profissionais que estiveram lá e outros vinham, mandavam correspondências e se agregando ao projeto mesmo a distância. Todos queriam no dia que a universidade fosse criada, todos queriam fazer pesquisa, entender e ajudar a compreender as questões relativas ao Mato Grosso do Sul para ampliação com relação com os países vizinhos. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

O Projeto UILA teve papel determinante nas negociações para a aquisição do gás boliviano. A viagem do governador Marcelo Miranda, marcada pelo Itamaraty, foi sugerida pela comissão da nova instituição, que percebia a

²⁹ UNEP (United Nations Environment Programme) é a sigla em inglês da "Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente".

passagem do gás boliviano pelo estado de Mato Grosso do Sul como um fator colaborador para o desenvolvimento das relações educacionais entre Brasil e Bolívia. A troca do conhecimento, não somente técnico, mas também cultural, poderia facilitar o desenvolvimento da região “comum” aos dois países.

A Universidade de Integração Latino-Americana, mesmo não aprovada como tripartite, poderia promover o relacionamento de Brasil, Bolívia e Paraguai na área educacional desde que respeitasse as leis de segurança nacional.

O governo do PMDB percebia que a relação educacional com os países vizinhos era imprescindível para a compra do gás. Essa situação acabou criando problemas com os profissionais de Corumbá que queriam que a universidade UILA fosse instalada em sua cidade por causa da maior proximidade com a Bolívia.

Neste período, o governador era Ramez Tebet, que logo renunciou ao cargo para concorrer ao senado. Durante o período em que esteve a frente do governo, discutiu com a professora Luisa a integração latino-americana. Segundo a Professora, as conversas que teve com o governador foram importantes para o desenvolvimento do Projeto UILA, sua experiência adquirida na SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste) e na SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) lhe dava condições para discutir com propriedade as questões de maior impacto na região:

O Senador Ramez, era um profundo conhecedor dos problemas do Estado do Mato Grosso do Sul. Ele também sabia da importância, estava dentro do projeto da SUDECO, para o desenvolvimento do Centro Oeste a implantação de Ensino Superior para ajudar a contribuir no desenvolvimento. Foi uma das primeiras pessoas com que eu conversei no Estado. Eu como coordenadora da comissão e ele como superintendente. Foi figura chave para me ajudar a construir o projeto com essa perspectiva do desenvolvimento regional. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

Dentro da comissão, existiam embates entre dois grupos; o primeiro formado por pesquisadores com mestrado e doutorado. Estes visualizam uma nova instituição, com cursos menos tradicionais, como, por exemplo, o professor José Ivan que propôs a criação de um instituto que se dedicasse ao estudo de doenças endêmicas, como a febre amarela, um curso de Medicina Tropical, que seria o segundo no país e contribuiria assim como o instituto Oswaldo Cruz o faz.

Já o segundo grupo tinha visão de cursos mais tradicionais, pois consideravam que somente dessa forma o estado poderia ser competitivo perante as outras unidades da união.

Na época, o então o reitor da UNB, Professor Cristóvão Buarque, apresentou seu total apoio à criação da UILA em reunião com a comissão de implantação da universidade. Isto porque o clube de reitores já havia inserido em suas discussões às questões de estruturas das novas universidades e o mesmo apresenta que era unânime que se fugisse do esquema de instituições que fossem corporativas e que se apresentassem no formato departamental.

O Professor Cristóvão debate³⁰ em palestra que entendia que as universidades se tornariam instituições de seu tempo, a partir da constituição de núcleos de pesquisas. Para isso, seus pesquisadores deveriam deixar de lado os umbigos, o estrelato e as competições entre os colegas que deveriam acontecer de uma maneira positiva, diferente daquelas promovidas pelos departamentos, onde era comum o “palco de puxa tapetes”, guerras de ego que impediam projetos bons de serem realizados.

O projeto UILA trazia uma estrutura de universidade que combatia características importadas do modelo americano. O MEC demonstrava uma aprovação antecipada do projeto, pois se encontrava na linha do governo, como podemos observar no comentário da professora Luisa:

Em Brasília além de ter sido aprovado pelo Ministério da Educação como projeto de integração, na secretária das relações internacionais da presidência da República e no ministério das relações do exterior, também foi aprovado no ministério de Ciências e Tecnologias, no CEPEQ, havíamos conseguido bolsa para pesquisa.

Os professores já haviam definido a quantidade de bolsas e os reitores articulados pelo professor Cristóvão Buarque estavam aprovando o conselho de reitor dessa estrutura nova, por conta de toda discussão que estava sendo aberta. Brasília não significava só o governo, mas também a unidade acadêmica, que era uma das mais expressivas do Brasil que é a UNB. Participamos do Festival Latino Americano de Arte e Cultura, onde tivemos um espaço privilegiado para expor nosso projeto, um seminário de extensão. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

Entre os pontos positivos, o Projeto conseguiu o apoio de diversas áreas acadêmicas do país e de fora dele, como também de países da América Latina e de órgãos competentes, como também o destaque da mídia, o projeto UILA

³⁰ III EXPOSIÇÃO - Cultural do Corpo Diplomático em Mato Grosso do Sul - I JORNADA da integração Latino Americana 12/12/1987 - Campo Grande Mato grosso do Sul.

parecia “alçar vôo”. Mas, efetivamente, isso não aconteceu, talvez, por uma questão de vontade política devido a crise que o PMDB viveu na época, levando o projeto ao engavetamento em alguma mesa da Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Essa última conjuntura política que não aparece documentada, mas pode ser notada no decorrer do dossiê elaborado pela Professora Luisa para a Casa Cível. Nesse documento, a professora aponta que recebeu a confirmação do Ministério da Educação sobre a liberação da verba para constituir o orçamentário da fundação. O próprio secretário-geral e o Ministério da Educação confirmaram, na época, que avisaram o governador sobre o repasse de verba. Mas este não retornou para angariar os fundos prometidos. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, fevereiro de 2008).

Podemos então concluir que o projeto UILA era uma idealização de uma ala do PMDB, visto que tinha sido construído muito antes do governo de Marcelo Miranda, com a aprovação do MEC, que até ofereceu uma técnica (Luisa Moura) e que estava no programa nacional para o desenvolvimento das regiões de fronteira, mas com a saída do professor Aleixo Paraguassu Neto da Secretaria Estadual de Educação, ocasionada pelo rompimento entre o governador Marcelo Miranda e o ex-governador Wilson Barbosa, o projeto acabou não se concretizando devido a alguns fatores.

O deputado Walter Pereira, que assumiu a Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, era ligado às forças do professorado que defendia a UFGD e a total aplicação das verbas estaduais no setor da educação das séries iniciais, como explica a Professora Luisa:

Essa decisão foi tomada porque ele cedeu às pressões dos professores do estado que, apesar de saberem que nada iria ser tirado da educação, ao contrário, seria acrescentado pois existia um plano único de carreira, eles fizeram uma campanha pela mídia dizendo que iriam ser retirados recursos da Educação para a Universidade estadual. Os professores haviam ganho, naquela época, um piso salarial altíssimo, só abaixo de São Paulo e Paraná. Quando o governador decidiu não implantar a Universidade estadual foi depois da apresentação do projeto a ele, na governadoria e a partir daí já não existia mais comissão. (Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, 31 de agosto de 2008).

O governador Marcelo Miranda havia perdido os principais apoios políticos dentro da Assembléia Legislativa, por causa das acusações de má administração,

com isso não se conseguiu 1% do orçamento do Estado para a concretização da obra da Universidade

Foi essa verba que o Governador não foi buscar no MEC mesmo porque ele decidiu não implantar este projeto na Universidade Estadual, não porque era este projeto MAS PORQUE ELE NÃO TINHA DINHEIRO PARA IMPLANTAR A Universidade Estadual.(Entrevista cedida pela professora Luisa para NMHU, 31 de agosto de 2008).

E por fim, o MEC não liberaria a verba solicitada para a instalação da fundação, enquanto o Projeto não recebesse a aprovação da Assembléia Legislativa.

Contudo, os jornais começaram a noticiar a não concretização do Projeto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a professora Luisa pediu demissão da Comissão, e voltou para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e atendendo à solicitação do reitor Fauze Gatass começa a coordenar e implantar o Programa de Estudos Latino-Americanos, visto o conhecimento adquirido com as experiências de relações internacionais.

Por fim o que fica evidente é que um Projeto como a UILA, não foi instalado por vários motivos, entre eles estão, as relações tumultuadas que o PMDB vivia dentro da sua própria organização e com o PFL. Outro ponto foi a falta de orçamento do estado, provocada pelas denúncias de corrupção do governo de Marcelo Miranda, e as diversas tentativas de Pedro Pedrossian de tomar o poder. Mas o que marcou mesmo esta situação foi que o Projeto teria vindo pronto, sem discussões, sendo ele uma tentativa do governo federal impor as suas políticas de dominação dos estados. Ferindo assim os princípios básicos de respeito intelectual.

3.5 - RESPOSTAS ENVIADAS PARA A COMISSÃO DE INSTALAÇÃO DA UILA PELOS ORGÃOS ENVOLVIDOS

O Ministro da Educação do Brasil, Jorge Bornhausen, enviou um ofício para o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, em 1987, como resposta a uma correspondência enviada em 24 de julho daquele ano, no qual era solicitada a apreciação da UILA pelo MEC. Bornhausen, respondeu dizendo que a proposta era de grande interesse para Ministério da Educação, aconselhando melhoras na elaboração do projeto de universidade,

observando que a legislação e as normas vigentes fossem respeitadas e que a cooperação com as instituições já existentes na região fosse mantida.

O ministro da educação Bornhausen reconhece que o governo federal tem a integração da América Latina como objetivo, e que o estado de Mato Grosso do Sul está geograficamente bem situado em relação ao Paraguai e a Bolívia. Salaria que a instituição teria sede em Dourados e a universidade deveria funcionar sob co-gestão dos países envolvidos para que a estrutura fosse estabelecida conjuntamente e os diplomas produzidos pudessem ser aceitos nos três países. Ele, ainda, acrescenta que o Projeto deveria dar ênfase à educação básica, à saúde primária e à agricultura, e finaliza dizendo que a Secretaria de Educação Superior se manifesta positivamente e abre suas portas para toda ajuda necessária.

José Camillo Filho, Secretário de Educação Superior/MEC, enviou o ofício 560 para Aleixo Paraguassu Netto, Secretário de Educação de Mato Grosso do Sul, acusando o recebimento da correspondência 0108/UILA/GAB/SES/87, do dossiê “Projeto Universidade de Integração Latino-Americana”.

Em 16 de agosto de 1988, Gilberto C. Paranhos Velloso, chefe do Departamento das Américas, acusou o recebimento do ofício 0165, que tinha como anexo “O Projeto e Plano de Ação da Fundação Sul Mato-Grossense para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Educação”, elogiou o projeto e lhe desejou êxito. Esse documento foi recebido pelo secretário da educação do estado de Mato Grosso do Sul Augusto Cesar Ribeiro Barbado.

A Professora Marisa Serrano Fezeli, delegada do MEC/MS, também faz elogios à Comissão de Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul por meio do documento Of. 1677/88/GAB/DEMEC/MS de 14/09/1988 e agradece a cópia do Projeto que lhe foi enviada junto ao ofício 159/UILA/GAB/SE de 29/07/1988.

O vice-presidente do Grupo Brasileiro Parlamento Latino-Americano, Senador Marcondes Cadelha, agradece Aleixo Paraguassu Netto pelo envio do exemplar dossiê/87, que apresentava as atividades desenvolvidas para implantação do ano de estágio de integração latino-americana (Senado Federal 02/05/1988).

Entre os vários pareceres recebidos está o do consulado da Bolívia, que demonstra o interesse pela instalação da UILA, argumentando quais seriam os

ganhos e o desenvolvimento para os países envolvidos. Segue um trecho do ofício 71/87 do Consulado da Bolívia enviado para Aleixo Paraguassú Netto:

Al felicitar al Excmo. Gobierno que preside S.E. El señor Gobernador Dr. Marcelo Miranda por la feliz iniciativa, formulo los mejores votos porque este nuevo crisol de cultura, sea de beneficio para nuestras regiones e inicie el ansiado proceso de integración Latinoamericana. (Consulado da Bolívia, ofício 71/87).

A realidade do setor educacional na fronteira entre Brasil e Bolívia era de total abandono, de modo que 50% das crianças estavam fora da sala de aula, e a maioria dos professores não eram habilitados para ministrarem aulas. Outro fator que pesava para ambos os países, era a falta de informações sobre os projetos educacionais tanto federais como de outras instâncias, que dificultava a melhoria da situação vivida nessa região, ou melhor, em toda a fronteira brasileira.

Podemos constatar que a realidade entre os 3 países fronteiriços era de regiões que se identificavam em trocas culturais e sociais. Além de possuir a maior parte da população na pobreza e fora das escolas de 1º e 2º graus, conforme aponta o relatório produzido pelo “Grupo de Trabalho Educação na Região de Fronteira”, solicitado pelo Secretário Geral do MEC Luiz Bandeira da Rocha Filho:

- precariedade da realidade educacional brasileira desses municípios com uma demanda de acesso ultrapassada, às vezes, a 50% (cinquenta por cento) e com um número significativo de professores não habilitados na rede municipal;
 - ausência de informações mais substantivas sobre os programas e projetos federais, estaduais e municipais, previstas para os municípios informantes, não contribuindo para visualização de uma melhoria da realidade diagnosticada.
- Verificou-se, enfim, que os problemas nas áreas de fronteira com a Bolívia são os mesmos encontrados nas outras regiões brasileiras onde é grave a situação sócio-econômica. (Relatório produzido pelo Grupo de Estudos “Educação na Fronteira” para informar ao Secretário do MEC as condições de da educação entre os países limítrofes)

3.6 - ENCAMINHAMENTOS TOMADOS PELOS ORGANISMOS DE PATROCÍNIO E COOPERAÇÃO.

Em ofício nº0615/88 da Assembléia Nacional Constituinte, encaminhado ao governador Marcelo Miranda, protocolado em Brasília em 21 de julho de 1988, o Deputado Constituinte, Ruben Figueiró, informa que esteve no Japão e conheceu o professor Heitor Gurgulino de Souza, Reitor da “The United Nations University”,

para quem falou sobre o Projeto UILA. Segundo o deputado, o Reitor se mostrou muito interessado na proposta dessa universidade, colocando-se à disposição para ajudar na área administrativa. Porém, em carta enviada pela “The United Nations University–Japan” ao Deputado Figueiró, podemos perceber certa intenção de transformar a UILA em um braço da UNU:

Sr. Deputado Ruben Figueiró,

Tive o prazer de encontrar V. Excia. aqui em Tóquio, por ocasião da sua passagem pelo Japão. Conversamos então sobre a Universidade das Nações Unidas e sua missão no cenário científico e acadêmico mundial. Falamos também do papel que ela pode representar nas relações Brasil-Japão e do meu empenho em contribuir para que elas se ampliem. Agradeço o interesse demonstrado por V. Excia. pelos assuntos da UNU, da qual tenho a honra de ser o Reitor desde setembro de 1987 graças ao apoio do meu País e por nomeação conjunta do Secretário Geral das Nações Unidas e do Director Geral da UNESCO. Espero, agora, contar também com o apoio de V. Excia. para as altas responsabilidades que me cabem a frente dessa Universidade. (Tóquio, 20 de Junho de 1988).

A “Organização das Nações Unidas” também confirmou o recebimento do Dossiê/87 por meio do documento REX/BRA/117 destinado ao Secretário Aleixo Paraguassú Netto. No documento, agradeceu e se colocou à disposição do “Projeto Universidade de Integração Latino-Americana”.

O secretário de Educação de Mato Grosso do Sul também recebeu a parabenização pela proposta de uma UILA dos representantes do CAPES por meio do ofício N° Ref.: 596/87/CCI/CAPES/MBC de 12 de dezembro de 1987, no qual Hamilton Savi, Coordenador de Cooperação Internacional, também se desculpa por não ter comparecido às atividades propostas pela comissão de instalação da UILA devido à greve do MEC e das aeromoças.

Em bilhete manuscrito de próprio punho, de 28-08-87, o presidente do CNPq, José Nilo Tavares, agradece a gentileza da professora Luisa Moura em enviar o Projeto UILA. O presidente se considerou muito interessado no projeto e apontou que já havia entrado em contato com a Comissão Especial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para que contribuísse com o Projeto.

O INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) forneceu à Professora Luisa as informações solicitadas sobre intercâmbio interinstitucional, e se mostrou pronto a colaborar com a nova instituição de ensino superior em setores, como Ecologia, Botânica, Biologia, Química de Produtos Naturais, Tecnologia da Madeira, Tecnologia de Alimentos, Patologia Tropical, Ciências

Agronômicas e Silvicultura Tropical, como também na área de Mestrado e Doutorado. Essas informações foram solicitadas no ofício 5534/0003/UILA/SE/87, respondido por Peter Weigel, Assessor do INPA, através do ofício DIR/INPA 383/87.

A ARNI (Assessoria Especial de Relações Nacionais e Internacionais) da Universidade Federal do Pará também acusa o recebimento do ofício nº 051/UILA/GAB/SE/88, e se coloca à disposição. Também evidencia a colaboração da Casa de Estudos Latino-americano para os trabalhos da Secretaria de Estado de Mato Grosso do Sul no que diz respeito à instalação da nova universidade. Na ocasião, responde em nome da instituição, Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba, coordenadora da ARNI, por meio do ofício ARNI nº 052/88 de 25 de abril de 1988.

Em resposta ao documento enviado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o Sub-Reitor de Pesquisa em Pós-Graduação da Universidade do Amazonas, Prof. Vicente de Paulo Q. Nogueira, através do ofício nº 072/87 – SUBPESP de 10 de julho 1987 parabeniza a iniciativa ambiciosa da construção de uma universidade Latino-americana em tão pouco tempo, visto a recente visita feita às instituições parceiras, do Norte pela professora Luisa Maria Nunes de Moura e Silva, coordenadora da Comissão/SE/MS e representante da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul/MS.

A Professora Linda Mar Peixoto, Pró-Reitora de Planejamento da Universidade Federal de Rondônia, também entrou em contato com a Professora Luisa, por meio do ofício nº 076/PROPLAN de 19 de maio de 1987. No documento, deixa evidente o interesse pelo projeto e propõe a instalação de uma Escola Técnica Federal com cursos de eletrotécnica e informática industrial.

Entre as instituições estrangeiras que entraram em contato com o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, está a “Universidad Nacional de Rio Cuarto”. Em nota 064, de 29 de junho de 1988, Leon Santiago Gastaldi, diretor da instituição, observa que a instalação da nova universidade era uma atividade desafiante para os países da região latino-americana, que recebeu a visita de Luiz Roberto, quem lhe informou sobre a UILA, e que sua instituição estava pronta para colaborar.

O Sistema Globo de Vídeo Comunicação, no dia 29 de março de 1988 por meio do DIPROM 072/88, confirma o recebimento do ofício n° 014/UILA/GAB/SE/88 e diz que “A iniciativa terá certamente a maior ressonância junto à comunidade acadêmica latino-americana”. Assina a nota José Renato Monteiro, diretor de programação.

3.7 - O OLHAR DA AGROINDÚSTRIA SOBRE A UILA

O governo de Sergipe, por intermédio do Instituto de Tecnologia e Pesquisa de seu Estado, cujo diretor-presidente era o senhor Manoel Francisco de Andrade Filho, respondeu ao ofício n° 002/UILA/GAB/SE de 25 de agosto de 1988, n° 0548/88, parabenizando o governo de Mato Grosso do Sul pela implantação da Fundação Sul Mato-Grossense que seria o início da instalação da UILA.

A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, presidida por Jorge de Oliveira Martins, solicita à coordenação da UILA o envio do Plano de Ação da Fundação através do ofício CECITEC N° 013/88 de 3 de outubro de 1988.

Em 1988, o Conselho Estadual de Educação convidou a coordenação da UILA, via ofício 570/88 de 8 de agosto de 1988, assinado pelo presidente do conselho, professor Idenor Machado, para realizar a exposição das diretrizes da nova universidade em sessão de colegiado. Nesta correspondência, podemos notar que o endereço da professora Luisa era a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

A Secretaria de Indústria e Comércio do estado de Mato Grosso do Sul respondeu, em junho de 1988, por meio do seu secretário Waldir Guerra, ao ofício circular N° 001/UILA/GAB/88, descrevendo o desejo do Governador Marcelo Miranda de dinamizar o processo de industrialização do Estado como também dar conta do Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso do Sul e por tal recebia com satisfação as sugestões para o Programa do Seminário sobre Agroindústria, que aconteceria em Dourados, e que teria a participação da Comissão de Implantação da UILA, contribuindo nas propostas para o seminário:

SUGESTÕES SOBRE O SEMINÁRIO: TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO AGROINDÚSTRIAL NO MS

1 – Formas de atuação na Agroindústria:

- . Relação indústria x produtores rurais;
- . Mecanismos de controle pelo Estado e/ou entidades;
- . Dimensionamento - pequenos, médios ou grandes empresas?
- . Localização - vocação natural, concorrência;
- . Participação das Cooperativas.

2 – Direcionamento da implantação da agroindústria:

- . Desenvolvimento integrado produção x indústria; Produção dirigida a matérias-primas e ao consumo.

3 - Infra-estrutura básica para o desenvolvimento da agroindústria: Energia;

- . Transportes integração, inter-modal, estradas etc.
- . Armazenagem;
- . Comunicações.

4 - Estudo do impacto ambiental da agroindústria:

- . Preservação das bacias do Paraguai e Paraná; Poluição do solo, água e ar.

5 - Mecanismos de apoio à agroindústria:

- . Incentivos fiscais;
- . Crédito;
- . Apoio à pesquisa;
- . Apoio a capacitação de mão-de-obra especializada;
- . Participação da União.

O Laboratório de Corrosão e Proteção dos Metais (LACOR) apresentava, em correspondência de 8 de agosto de 1988, assinada pelo Prof^o Adão Mautone, chefe do LACOR, dura trajetória dentro da UFRGS, expressava as dificuldades quanto à falta de apoio, no que se referia a recursos políticos durante os 14 primeiros anos do laboratório. Também aponta os avanços conseguidos por força dos pesquisadores envolvidos, que através de prestação de serviços, conseguiram tornar o laboratório um grande centro de trabalho em suas áreas. Considerava a UILA um grande avanço e se sentia feliz em participar desse empreendimento.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro comunica à Professora Luisa Moura, no ofício N^o 006/88, de 27 de maio de 1988, a aprovação da participação do estado de Mato Grosso do Sul na II Feira de Cultura do Centro de Letras da UFRJ, realizado de 28 a 30 de abril no Laboratório de Psicologia Social Clínica da Instituição.

É evidente que não faltariam parceiros para o Projeto UILA, as correspondências apontadas acima são algumas entre muitas que aqui não foram citadas, mas encontram-se para pesquisa na brochura de documentos que serão doados ao Centro de Documentação da UFGD.

CAPÍTULO 4

DO PLANEJAMENTO À INSTALAÇÃO: UMA VELHA NOVA UNIVERSIDADE

Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Paulo Freire

Neste capítulo, apresento como a UEMS deu os seus primeiros passos, e também quais foram os trâmites necessários para que ela começasse a funcionar, assim como quais os atos políticos que aconteceram durante esse processo e como foram resolvidos.

Um país de cores, de diversidade e siglas, algumas correspondem a nome de instituições outras nomes de doenças, mas sem dúvida a que mais evoluiu foi as siglas dos partidos, agora partidos grandes, históricos e nanicos, alguns a divisão da divisão, outros o aglomerado de muitos, um cardápio tão grande que no nosso cotidiano já falamos de fidelidade como algo semelhante á casamento todo mundo fala que vai dar certo até mudar, as tabelas a seguir servem para pensar sobre isto:

DEPUTADOS ESTADUAIS 1º de fevereiro de 1991 a 31 de janeiro de 1995				
PST	PTB	PSDB	PTB	PFL
Alberto J. Rondon de Oliveira	Aluizio Borges Gomes	André Puccinelli	Armando Anache	Cícero de Souza
José Batiston		Éder Brambilla	Claudinei da Silva	
Londres Machado			Fernando C. Saldanha	
Maurício Picarelli			Valdomiro Gonçalves	
Sebastião Santos Tomazelli			Waldir Neves	
			Wilson R. M. de Oliveira	
Suplentes que assumiram durante a Legislatura				
Sebastião N. Faria		Akira Otsubo		

Governador: Pedro Pedrossian (PTB) 15 de março de 1991 a 1 de janeiro de 1995 **Tabela 9 a**
Tabela produzida com informações do sítio oficial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul

DEPUTADOS ESTADUAIS 1º de fevereiro de 1991 a 31 de janeiro de 1995									
PFL	PRN	PDT	PT	PDS					
Cícero de Souza	Humberto Teixeira	José Monteiro	José O. Miranda dos Santos						
		Loester Nunes de Oliveira							
		Oscar Goldoni							
		Roberto Razuk							
Suplentes que assumiram durante a Legislatura									
Paulo Pedra			Marilene Coimbra						
Governador: Pedro Pedrossian (PTB) 15 de março de 1991 1 de janeiro de 1995 Tabela 9 b Tabela produzida com informações do sítio oficial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul									

O confronto entre as idéias da aliança de direita, representado por Walter Carneiro, Pedro Pedrossian e outros em defesa da criação da UEMS, versus o grupo de esquerda, representado pelo grupo que foi, muitas vezes, chamado de turma³¹ do Biasotto e do Tetila, começou a deixar de ser polêmica a partir de uma negociação feita no CEUD em dezembro de 1992. Sobre essa negociação, Biassoto afirma em entrevista para o NMHU:

Pedrossian mais astuto se aproxima do reitor da UFMS, Celso Pieresan, e passa a idéia da UEMS para o Pieresan. Aí, o Pieresan vem aqui para Dourados, se não me falha a memória foi em dezembro de 1993, você tem isso em documentos e pode recuperar para... O diretor do campus de Dourados, do CEUD era Luiz Antonio da Silva não era o Luiz Antonio Gonçalves que foi o reitor da UEMS, o diretor do CEUD tinha uma relação muito estreita com Pieresan e com o governador Pedrossian, então Pieresan veio um belo dezembro e nos convidou, professores do então CEUD, aí a gente já conseguiu encher uma sala. Aí o reitor nos expõe a seguinte idéia, o governador Pedrossian vai abrir a UEMS [silêncio representando pensamento], **mas nós queremos UFGD**, então vamos fazer o seguinte tem dois locais para construir a UEMS tem perto do Douradão ou dentro do campus do CEUD, onde só funcionava o curso de agronomia, então o Celso... o que vocês acham... vamos espichando a conversa as perguntas vão surgindo... porque no campo do CEUD... porque no nosso terreno... cria a universidade estadual em nosso terreno, passa um tempo com a força desse pessoal, nós juntamos o CEUD e a recém criada UEMS e criamos uma Universidade Federal da Grande Dourados.

As tentativas de instalar a UEMS foram marcadas por muitos momentos de disputas políticas, envolvendo as diversas forças existentes, principalmente em

³¹ Sultan Raslan, Kiyoshi Rachi, Isaura Higa, Abramo Loro Neto, Antonio Carlos Biffi, Ana Lucia Biffi, Nilcéia Maria Pacco Mendes, Arino Braga do Amaral, Helena Maria Schvarcz Biasotto, Aparecida Cazon, Wilson Jose Moretti, Julio Belucci, Sidney Gomes, Marlene Costa, Dalva Maria de Souza, Jose Laerte Cecilio Tatila, Telma Valle Loro e Wilson. (Biassoto e Tetila, 1991, p. 45)

Dourados, município que vivenciou a maior parte destes debates. A universidade Estadual foi um “cabo de força” entre os grupos representativos da região da Grande Dourados. Sendo que Wilson Valentim Biasotto e seu grupo, que defendiam a não criação de universidades estaduais e sim Federais, como podemos notar na Fala de Biassoto e Tetila.

Fragelli e Garcia Neto, é bom que se ressalte, ainda que pretendessem administrar melhor o Ensino Básico e valorizar o magistério — hipótese pouco provável se considerados os seus vínculos oligárquicos – não o teriam conseguido facilmente pois, como se sabe, durante seus respectivos governos, recursos da Secretaria de Educação foram repartidos com as Universidades Estaduais, criadas pelo governo anterior, Pedro Pedrossian. Não se nega que a criação de uma Universidade em Mato Grosso foi um imperativo para aquele momento. Mas, se certos Estados já possuíam duas, três ou até mais Universidades Federais (hoje Minas Gerais já possui sete), porque o governo Pedrossian, na época, teria optado por Universidade Estadual e não Federal? O ensino básico e o próprio magistério pagaram caro por isso, já que as Universidades Estaduais consumiram verbas que a Secretaria de Educação aplicaria no I e II graus, até a Divisão do Estado, ocasião em que as mesmas foram federalizadas (BIASSOTO e TETILA, 1991, p.31)

Mas no final as relações políticas de Pedro Pedrossian facilitaram a criação da UEMS, ele que já tinha participado da implantação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), naquele instante estava realizando a implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Não mais como colaborador, mas sim como criador.

4.1 DO PROJETO À PRIMEIRA COMISSÃO

Foi então através da emenda aditiva, de 20 de julho de 1989, que teve como assunto “criação da universidade Estadual de Mato Grosso do Sul” que trazia em suas Disposições Gerais e Transitórias, a seguinte proposta: “Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, cuja instalação e funcionamento deverá ocorrer com o início do ano letivo de 1990”

Durante o período de tramitação e aprovação, o deputado Walter Carneiro recebeu várias moções de agradecimento, dentre elas da Câmara municipal de Mundo Novo, da Câmara Municipal de Aral Moreira, Câmara Municipal de Dourados e estranhamente uma moção de apoio vinda da Câmara Municipal de Ivinhema, que declarava o apoio aos professores e diretores das escolas desse município, entretanto afirmou foi a favor da implementação da Universidade

Estadual de Mato Grosso do Sul. O estranhamento causado por essa moção da Câmara Municipal de Ivinhema justifica-se, pois esta, primeiro, apoiou a associação dos docentes da Universidade Federal Mato Grosso do Sul e também a associação dos docentes de Vinhema, declarando-se contra a instalação da mesma, como pode ser notado no trecho abaixo:

A FEPROSUL e a ADUFEMS expressam ainda de sua posição com relação à pretensa implantação de uma universidade estadual em Dourados, entendendo que 'tal projeto é inadequado, inviável e inoportuno o, e ela própria para idade que se deve dar ao primeiro e segundo grau sendo que entre as associações que assinaram o termo Ivinhema está presente. (FEPROSUL e ADUFEMS,1984, n. 11).

Através do projeto de Lei 139/90, de 08 de novembro de 1990, do Deputado Razuk, que, no formato de emenda, tinha a seguinte descrição: "regulamenta as disposições constantes dos artigos 48, 49 e 50 do ato das disposições constitucionais Gerais e transitórias da constituição do Estado de Mato Grosso do Sul". Em outras palavras, Razuk propõe que até 30 de abril de 1991, três comissões fossem montadas para dar início à implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e junto com ela o Centro de Ciências Humanas e Sociais pertencente à Escola Técnica Agrícola de Primeiro e Segundo Graus.

No mesmo dia em que o projeto de lei do deputado Roberto Razuk foi entregue, o Jornal "O Progresso 08 de Novembro de 1990" trouxe como notícia:

Razuk quer a implantação da universidade iniciada logo. Já no primeiro cabeçalho surge uma frase de efeito 'A universidade estadual de Mato Grosso do Sul com sede em Dourados, vai deixar de ser sonho e correrá o risco de se transformar em letra morta na constituição se depender da assembléia legislativa', esta frase solta pode não surtir efeito, mas acompanhada, de uma explicação é tendo como ponto de referência e a constituição, acaba surtindo efeito desejado, como complemento como podemos ver 'Todos esses órgão educacionais estão previstos na constituição, mas sem providências práticas, podem ficar abandonados sem que nada aconteça de concreto. O que pretendemos é fazer com que as coisas saiam do papel', faltando então articulação é só fala de representante com a do representado 'A mais até agora tem faltado vontade política para sua instalação é o que pretendemos é romper esse cerco. O povo não pode ficar esperando', e é claro no final conclama o povo, para através da pressão popular, da cabo do objetivo central 'Por isso, estamos fazendo a nossa parte, e vamos exigir o das autoridades que cumpram também a sua, ao lado da comunidade que não pode abandonar essa bandeira'.

Sem muitos problemas, o Projeto de Lei nº 139/90 recebe o parecer positivo em 12 de dezembro de 1990 e segue para votação. A deliberação foi

realizada no dia 13 de dezembro de 1990 e a aprovação foi dada, por unanimidade, no gabinete da presidência da Assembléia Legislativa no ofício 160/91. Isso demonstrou para o novo governador, Marcelo Miranda, a decisão tomada pela Assembléia Legislativa sobre os artigos 48, 49 e 50, e que estava, a partir daquele instante, sob apreciação do executivo para que este fizesse as colocações nas disposições Constitucionais Gerais e transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.

Novamente o deputado Roberto Razuk vai ao jornal O Progresso dizer em “bom tom”, no dia 6 de fevereiro de 1991, que o único problema era derrubar os vetos do governador Marcelo Miranda. No entanto, foi somente no governo de Pedro Pedrossian (PTB) que a implantação da UEMS teve início, não devidamente pela “vontade” do governador, mas sim pelo “desejo do coletivo” dos deputados que o pressionou, em especial o deputado Roberto Razuk (PMDB).

Em entrevista, ao falar de suas memórias, Razuk (2007), lembra o dia em que, ao conversar com o governador, abordou a importância da criação da nova universidade e que a pressão popular já se tornava maior do que o desejo da Casa. Em resposta, o governador afirmou que não era a vontade dele fazer cumprir o artigo 190, pois ele, enquanto homem político, já havia construído duas universidades. Em réplica, Razuk (2007) contestou: “Senhor governador, sei que a sua figura é importante por ter construído duas universidades, mas pense bem outros já fizeram isso, não seria bom que o senhor fosse conhecido como único estadista a construir três universidades?”.

Razuk, quando entrevistado para NMHU, afirma que, ao terminar a conversa com o governador, retornou à cidade de Dourados, sendo acordado às 4 da madrugada pelo chefe de gabinete do governador, o Sr. Mauricio Vanderlei, com a seguinte frase: “o governador passou a noite acordado trabalhando, e mandou avisar ao Sr. que pode comunicar aos Douradeses que eles ganharam uma universidade, e o senhor está convidado para tomar café da manhã e discutir o assunto com o governador”. O deputado conta que, ao chegar ao Palácio do Governo, encontrou o governador Pedro Pedrossian já com os rascunhos da cidade universitária e mostrou-lhe como havia pensado seu funcionamento. Dizia-lhe, o governador, que não sabia ainda se no futuro essa nova universidade viria a compor a universidade federal ou se as duas se juntariam em uma só universidade, concretizando assim a Cidade Universitária de Dourados.

Depois disso, em Ofício nº 047/93, de 23 de novembro de 1993, o governador declarou que se sentia honrado em transmitir a Assembléia Legislativa e ao poder executivo a autorização da instituição da fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ele evidenciava que os deputados eram testemunhas que aquela universidade havia sido o desejo de toda sociedade, agradecendo formalmente a elite³² do estado:

Nesse sentido, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul dar-se como evidência de uma geração, cuja elite cultural política teve o discernimento e a determinação de assegurar à sociedade Sul-mato-grossense instrumento imprescindível para enfrentar os tempos e descortinar o terceiro milênio que se avizinha (OFICIO, nº 047/93 de 23/11/1993).

Indicava que a universidade deveria ser administrada por uma fundação que facilitaria a autonomia universitária e administrativa e que a mesma contemplava os desejos do ensino de terceiro grau. O projeto resguardava ao governador a responsabilidade na escolha do reitor e do vice-reitor "Pró-Tempore", e destinava à sua implantação o valor de Cr\$ 86.000.000,00³³ para exercício de 1994.

Em seu discurso de instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, no dia 18 de dezembro de 1993, Pedro Pedrossian repetiu várias vezes que era um homem feliz, e que estava daquela forma retribuindo a confiança dos seus concidadãos, agradecendo a Deus e declarando que a sociedade era soberana. Explicava a importância da cultura utilizando uma publicação da Supra-Nacional, debatendo um pouco sobre a vocação que teria a UEMS especialmente a de capacitar intelectualmente a sociedade. Discutia também um pouco do seu valor cultural, pois conseguira ver o futuro da mesma, dando a idéia de como seria a estrutura básica e das unidades da UEMS.

Razuk, que desconhece o discurso que o governador usou no dia da instalação da universidade, afirma ainda que por brigas políticas de época, ele não recebeu o convite para os festejos de implantação.

Data de 1984, a ementa que autoriza o Poder Executivo instalar a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados. Mas a

³² A elite aqui mencionada é formada por comerciantes, donos de fazendas e intelectuais da região da Grande Dourados.

³³ Este valor corrigido seria de mais ou menos - R\$ 1.147.007,80 – dados calculados pelo no site do Banco Central do Brasil – (<http://www4.bcb.gov.br/?CORRECAO>)

condução desse projeto ainda demoraria a acontecer, apesar de a constituição Estadual, de 1979, já contemplar em seu artigo 190, a criação da UEMS – Dourados, sua instalação só se deu na década de 1990. Esse atraso decorreu por muitos motivos, tendo destaque os motivos políticos.

Em 1985, a Assembléia Legislativa autoriza em definitivo a instalação da UEMS com sede em Dourados onde em 1989 nada havia acontecido e a nova constituição federal promulgada nesse ano previa sua instalação para o ano de 1992. O que não aconteceu.

Em 1993, mas precisamente em maio, a secretária de Estado de Educação Professora Leocádia Aglae Petry Leme assinou o decreto que definitivamente autorizava a implantação das medidas educacionais necessárias para que a instalação se consumasse. Porém, vários outros ofícios e decretos foram assinados, mas nada saía do papel.

Dentre as pessoas que participaram do projeto de instalação da universidade e que fizeram parte da comissão de implantação da UEMS destaca-se Ary Rigo (Presidente), Roberto Razuk, Leocádia Aglae Petry Leme, Fernando Paiva e Jair Soares Madureira.

A subcomissão era composta por Eliza Emilia, Silvia Marta Souza Saran, Sandra Luisa Freire (Assembléia Legislativa), Maria Monteiro Pediae, Leda Henrique Alves, Luis Antônio da Silva (UFMS), Elinaldo Abrão de Barros e Nelson Thispima. A secretária educativa nomeada foi a professora Elsa Emilia Cesco.

O apoio técnico seria dado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com a interveniência da FAPEC. Esta organização possuía a intenção de cooperar de forma técnica para essa implementação. O primeiro Reitor da Universidade foi Jair Soares Madureira e Luiz Antônio Alves Gonçalves o Vice-Reitor.

Aos doze dias do mês de agosto de 1993, reuniram-se, na Secretária Estadual de Educação, os membros da Subcomissão para Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sob a presidência da Prof^a. Eliza Emília Cesco. Entre os presentes na reunião estavam a Prof^a. Sílvia Marta Souza Saran e José Carlos Pesente, representantes da secretaria de Educação; Prof^a. Sandra Luisa Freire, representante da Assembléia Legislativa, e Prof. Luiz Antônio da Silva, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Inicialmente, a Prof^a. Eliza Emília Cesco fez um relato sobre a criação da Universidade Estadual

para que o Prof. Luiz Antônio de Silva tomasse conhecimento do assunto, uma vez que o mesmo não havia participado da reunião anterior. Informou também sobre a decisão de que a Universidade Federal iria prestar a assessoria necessária para implantação da UEMS.

Vale ressaltar que o deputado estadual Walter Carneiro, em entrevista ao NMHU, apresenta que apesar de não ter de início contribuído com o auxílio de verbas, acabou por ser fundamental, já que, mais tarde, a Assembléia Legislativa pediu um empréstimo de U\$\$ 200 milhões para órgãos externos, sendo que 5% destes seriam repassado para instalação da universidade estadual ou seja Cr\$ 200 bilhões³⁴ (Universidade Já, 03/08/1984, p.5).

Contudo, esse esforço pela instalação da universidade em Dourados não foi aleatório, já que o deputado mostrou estar diretamente ligado às propostas de melhorias do nível de aprendizagem básica e universitária do Estado. Por isso, ele acabou sendo um ícone entre os jovens alunos que o tinham como alguém que poderia ser capaz de conseguir uma mudança radical na qualidade de ensino do Mato Grosso do Sul.

O deputado Roberto Razuk em entrevista para NMUH, informa que faltando menos de 2 meses para terminar o ano de 1990, e no mês de novembro de 1990, apresentou um projeto de lei que previa a instalação para abril de 1991. O deputado ainda formou uma comissão a fim de encaminhar as primeiras providências necessárias para que tal projeto saísse em definitivo do papel. Por meio desse projeto de lei, propôs também à instalação de uma comissão que fosse responsável pela instalação do centro de ciências humanas e sociais com sede em Ponta Porã, vinculado à UEMS e também a criação de uma Escola Técnica Agrícola em Jardim. Razuk também teve participação ativa com emendas de solicitação de recursos para a instalação da Universidade, assunto que será tratado em outros sub-itens.

É importante citar que neste jogo político não existe a idéia de bem e mal, tudo é um jogo de interesses, independente dos Partidos ou das decisões tomadas. O leitor pode até supor que me encantei ou mesmo me deixei levar por este ou aquele entrevistado. Mas pelo contrário eu tentei trazer as memórias de alguns desses agentes históricos, que em outros trabalhos que li, não

³⁴ Este valor corrigido seria de mais ou menos - R\$ 26.674.600,00 – dados calculados pelo no site do Banco Central do Brasil – (<http://www4.bcb.gov.br/?CORRECAO>)

apareceram, e ficaram sem poder dar contribuições para a construção de fontes, para a construção da história da UEMS. Não me importei, com as relações sociais que estes tiveram antes ou depois do período que compreende meu trabalho, ou seja, não me envolvi em suas vidas pessoais.

O que fiz foi abrir espaço para que estes indivíduos tivessem espaço para criar as polemicas necessária para desconstruir falas que já estavam como certas.

4.2 A LUTA POLÍTICA PELAS UNIDADES

Esta pesquisa tem evidenciado que luta pela conquista da nova Universidade foi realmente grande e neste contexto se destacaram Walter Carneiro e Roberto Razuk.

Desde a década de 70 que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul tem o projeto de sua instalação no papel, mas daí para a sua execução foram muitas lutas.

A consolidação da educação sempre necessitou de lutas políticas através dos tempos. Mais do que nunca, a educação está hoje em debate no Brasil como também em outros países. Paul Singer esclarece isto quando apresenta a idéia que, “o universo dos educadores, educandos, administradores de aparelhos educacionais, políticos e gestores públicos está dividido e polarizado em duas visões³⁵ opostas dos fins da educação e de como atingi-los” (SINGER, 1995, p.2).

O deputado Walter Carneiro, em entrevista para o NMHU descreveu que ficou, bastante irritado na década de 80, mais precisamente, no ano de 1984, com as dificuldades criadas pelo poder executivo do estado de Mato Grosso do Sul para a concretização deste sonho. Segundo este deputado, o projeto de instalação só não ia para frente porque não havia interesse político. O governo do estado, por muitas vezes, alegou que não tinha verba, pois a mesma estava aplicada no ensino elementar, o que, conforme Walter Carneiro, era um absurdo. Para o deputado, nesta mesma época, ano de 1984, o déficit de salas de aula no Estado continuava grande. Além disso, depois de muitas investigações, Walter

³⁵ A primeira posição de civil democrática, porque ela encara a educação em geral e a escolar em particular como processo de formação cidadã, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicos da democracia a segunda *produtivista*. Esta concebe a educação, sobretudo escolar como preparação dos indivíduos para o ingresso, da melhor forma possível, na divisão social do trabalho (SINGER, 1995, p.2).

Carneiro observou que não havia nenhuma dotação orçamentária ou qualquer ajuda do Ministério da Educação para incrementar a área elementar. A questão não era problema, uma vez que a assembléia, desde 1979, já tinha aprovado o projeto de construção da Universidade.

Percebe-se também que muitas vezes os próprios políticos que deveriam reconhecer, não conheciam a função da instituição universitária. Assim, perguntavam-se: é ela uma instituição de pesquisa, uma instituição de ensino ou de extensão de serviços à comunidade? A diversidade de instituições de educação superior, algumas voltadas apenas ao ensino, mas essas três funções são pensadas e praticadas de forma justaposta. Ainda que se afirme que a relação entre elas é indissolúvel, na prática, são consideradas justapostas e autônomas. Enfim, com uma importância tão fundamental, é de suma importância que se leve em consideração que não haveria justificativa plausível para tanto descaso com tal projeto, mas pelo que se percebe esse descaso também foi justificado pela ignorância.

O que os diversos grupos políticos, que passaram pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul, desde a aprovação e iniciação das obras da Universidade Estadual, não se deram conta era de que essa instalação traria muitos benefícios para a cidade de Dourados e também para o próprio Estado sul-mato-grossense. Essa importância vai desde a geração de novos empregos até a qualificação de pessoa do próprio local e, logo, o desenvolvimento das potencialidades do mesmo. Conforme Diniz, “economias que investem mais em educação, obtêm maior desenvolvimento econômico.”

Diniz também aponta que

Compreender a natureza do crescimento econômico é fundamental para se elaborarem estratégias de desenvolvimento mais eficazes; contudo, para se construírem modelos de crescimento econômico que incluam todas as variáveis relevantes, é necessário perceber o processo de desenvolvimento econômico, social e político em todas as suas dimensões, tanto ao nível macro, como local e saber em que direção se quer caminhar. Como ponto de partida para abordar esta equação, é necessário responder a um conjunto de questões que põem em causa muitas das actuais «certezas» relativas ao crescimento econômico. Quem ganha e quem perde (territórios, classes e categorias sociais, tipos e dimensões de organizações)? Quais os mecanismos que determinam a actual distribuição do rendimento? Por que é que as populações dos países com mais elevadas taxas de crescimento não gozam, necessariamente, de um nível de desenvolvimento humano correspondente? Qual a forma de governo e de governança que mais contribuirá para o crescimento econômico e para o desenvolvimento? Qual a combinação de autores e agentes mais apropriada para assegurar o crescimento econômico? Qual

a aliança de forças sociais mais indicada para efetuar uma distribuição mais equitativa dos ganhos e perdas do crescimento econômico? Como dar voz aos cidadãos e às organizações locais em todo este processo? Como tirar partido das contribuições das organizações sem fins lucrativos? Como influenciar o pensamento e as práticas das instituições supranacionais e organizações internacionais vocacionadas para a intervenção nos processos de crescimento e desenvolvimento? (DINIZ, 2005 editorial).

Em 1991, depois de tantos anos, a implantação não tinha sido possível. Diante disso, o deputado Roberto Razuk aponta em entrevista para o jornal que decidiu apoiar a idéia de mobilização popular com a intenção de agilizar o processo. Sua preocupação se mostrou eminente desde o início desse projeto, mas foi se tornando maior à medida que ia se aproximando a data prevista para instalação da universidade e se percebia que nada acontecia. Quando resolveu apoiar essa manifestação era março de 1991 e, de acordo com a constituição, as aulas deveriam começar em 1992 (O Progresso, 13/03/1991)

Vários documentos mostram que Razuk culpa o governador do Mato Grosso do Sul da época por ajudar nesse atraso, pois, segundo o deputado, o governador vetou duas propostas apresentadas pelo deputado. Esses vetos se referiram à destinação de recursos para a implantação da UEMS – Dourados e também vetou a criação de uma comissão para cuidar da implantação da universidade. Para Razuk, a mobilização popular representaria um exemplo de luta política por esse sonho.

Em 20 de junho de 1990, o deputado Razuk (PDT) obteve recursos para a implantação da universidade. Esse recurso foi proveniente da inclusão da lei de Diretrizes orçamentárias dessa proposta de recursos, a qual foi aprovada. Esse recurso garantiu a implantação da UEMS – Dourados, a partir de 1992 (O Progresso, 21/06/1991).

De acordo com Razuk, isso foi uma conquista grandiosa, uma verdadeira vitória, pois “a partir de agora, a UEMS deixa de ser letra morta no texto da constituição”. Esses recursos conseguidos por Razuk foram estendidos para vários outros estabelecimentos de ensino.

Em entrevista para a revista VEJA-RJ (20/2/2002), o ex-deputado estadual Roberto Razuk trata dos meandros políticos para a instalação das unidades da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul pelo Estado. Segundo ele, a escolha dos locais foi bastante política, com cada deputado estadual defendendo

determinadas cidades. No entanto, em algumas escolhas foi observada a necessidade da região, como para a implantação da unidade em Glória de Dourados, onde, de acordo com Razuk, havia um vácuo muito grande. Em Dourados, Razuk defende que muitos da classe política relutam em reconhecer que ele foi um grande batalhador pela vinda da unidade, juntamente com a professora Leocádia que também fazia parte da comissão.

O que pude notar, dentro da minha pesquisa foi que a mídia local mostrava-se parcial, sempre defendendo o Ex. Deputado Roberto Razuk, dando a ele uma imagem de salvador, como se depende dele o surgimento da UEMS, tirando a responsabilidade da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul e esquecendo dos interesses de outros setores da política brasileira inclusive do governo federal.

Ele ainda conta em entrevista para o NMH, que em uma audiência pública no Hotel Alphonsus para a vinda da unidade para o município, nem o prefeito Humberto Teixeira, nem a vice-prefeita Lorí Gressler da época compareceram. "Muitos professores eram contra", acrescenta. Por causa de "picuinhas" da política, Razuk lembra que mesmo sendo deputado estadual não foi convidado para a inauguração da unidade em Dourados, porque a prefeitura era de outro partido. Ele descreve que na inauguração o nome dele foi chamado para o palanque pelo governador Pedro Pedrossian, mas ele estava em Las Vegas/EUA e até recebeu um telefonema do secretário de governo, mas era impossível comparecer. Inclusive foi dito a ele que teriam dado seu nome à avenida de entrada da universidade e sobre isso Razuk disse que seria uma honra, mas que "depois não sei de fez, se não fez".

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada pela constituição de 1989 conforme os termos do disposto no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais de 1989. Foi instituída pela Lei nº 1461, de 20 de dezembro de 1993, com sede e foro na cidade de Dourados. Visando dar atendimento ao disposto constitucional, em 1993, o governo nomeou a Comissão de Implantação da UEMS para que se delineasse uma proposta de Universidade voltada para as necessidades regionais objetivando superá-las e contribuir através do ensino, da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do estado.

Por meio de reuniões com as comunidades locais, foram definidas as

necessidades regionais e chegou-se à concepção de uma Universidade com vocação voltada para a propagação do ensino superior no interior do Estado, alicerçado na pesquisa e extensão, respaldada na Política de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Este se propunha a reduzir as disparidades do saber e alavancar o desenvolvimento regional.

Em fevereiro de 1994, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul deu parecer favorável à concessão da autorização para implantação do Projeto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e aprovação de seu Estatuto e Regimento Geral. Porém, faltava ainda a autorização do Conselho Federal de Educação, conforme a legislação vigente (O Progresso 10/02/1994).

Razuk (2007), em entrevista para o NMHU aponta que a implantação da universidade como uma estratégia política de crescimento do Estado, mesmo que em longo prazo, as necessidades que o povo tem de educação, pois ao garantir uma base melhor em relação à educação, pode-se esperar melhores resultados no futuro para a região, pois assim será mais fácil ter pessoas mais bem preparadas, que podem trazer retorno para essa região. Se apenas pagar mais aos professores, se descobrirá que paga tanto aos bons quanto aos maus (profissionais), o que não leva a uma melhoria geral do ensino, afirmou.

Em março de 1993, o que parecia impossível começou a acontecer: O governo sul-mato-grossense começa a mostrar os primeiros sinais concretos da construção da UEMS. A primeira comissão encarregada de elaborar os primeiros estudos para a instalação da UEMS foi presidida por Ary Rigo, vice-governador e chefe da casa civil.

Segundo Roberto Razuk, o valor destinado para a realização de estudos e de elaboração do projeto para a instalação da UEMS (Dourados) foi em 12 milhões de reais. Pode-se perceber que mediante vontade política e instalação de uma comissão interessada em pôr em prática um projeto, nada tem como dar errado. É em outras palavras, o grande passo para transformar utopia em algo concreto.

A instalação dessa universidade chega a repercutir no Congresso, no momento em que o governador Pedro Pedrossian anunciou sua instalação. Alguns deputados, como, por exemplo, o deputado José Elias Moreira (PTB-MS) deu todo o incentivo, acreditando que a partir dali, poderia acreditar-se no progresso do município de Dourados. Este deputado sempre fez elogios a Pedro

Pedrossian, no sentido de que este político é capaz de fazer ressurgir qualquer alma morta, como está fazendo agora com o município de Dourados de Mato Grosso do Sul, não só pelo empenho político na instalação da universidade, mas também por ter tirado o estado de Mato Grosso do Sul de uma situação de dívidas providas de governos anteriores (O Progresso 10/05/1993).

Elias deixa claro que a criação da UEMS significa acreditar que o estado em alguns anos terá uma população não só preparada, mas também com melhores condições de vida, em decorrência da guinada no setor econômico que a universidade irá proporcionar.

O sonho da UEMS torna-se um marco político, conforme sempre enfatizou o deputado Walter Carneiro, ao considerar a universidade a grande conquista dos últimos tempos do estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com Carneiro, “Pedrossian é um exemplo de determinação, o primeiro a realmente se mostrar capaz de tirar o projeto da UEMS da gaveta. Talvez seja esta a maior conquista em mais de 20 anos de representação política de minha parte”. (Barbosa, 2006, p.21) Observa-se que o fundamental não é o tempo que um parlamentar fica no governo, mas sim o que ele faz para garantir o futuro da cidade ou até do país que ele governa.

Quando o governo começou a tratar da Universidade estadual com sede em Dourados já era março de 1993. Inicialmente, houve a formação de uma comissão encarregada de elaborar os primeiros estudos para tal instalação e quem a presidiu foi o vice-governador e chefe da casa civil Ary Rigo.

Os censos começaram a funcionar no ano de 1994. Fica definido que a UEMS terá como sede a cidade de Dourados e mais de 8 núcleos que serão instalados nos municípios de Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Ponta Porã, Paranaíba, Nova Andradina, Coxim e Ivinhema. Esta Universidade será implementada em conjunto com as prefeituras municipais e a UFMS.

O convênio da UFMS com o governo do Estado foi muito produtivo, visto que a UFMS cedeu uma área para que fossem construídos 5 blocos educativos e 3 administrativos. Para essa instalação, também foram assinados convênios com as prefeituras municipais e assim conseguiram mais terrenos e pessoal administrativo. Tudo isso, contribuiu para a instalação da UEMS (O Progresso 18 e 19/12/1993).

O corpo docente foi providenciado pelo Governo do Estado. Leocádia

desejava que os primeiros pólos a entrar em funcionamento fossem os de Paranaíba e de Coxim. Nesses municípios os primeiros cursos começaram a funcionar, em Centros Educacionais inaugurados por Pedro Pedrossian.

A instalação da UEMS – Dourados trouxe com ela outras perspectivas para cidade como a reativação da Santa Casa, o início da construção da maternidade e também a melhoria do serviço do aeroporto.

O prazo para a construção da obra da universidade de Dourados era de 8 meses, sendo dotada de 8 salas de aulas, biblioteca, auditório e unidades administrativa. O custo orçado para estas 8 unidades, incluindo a de Dourados, é de US\$ 500 mil cada uma (O Progresso, 15/08/1993)

A sede da UEMS – Dourados tem uma área de 6 mil metros quadrados. O projeto de construção previa 24 salas de aula e 2 laboratórios e ainda uma biblioteca e anfiteatro. A unidade de Aquidauana, por sua vez, tinha projeto de 1487 metros quadrados de área e a implantação de 4 laboratórios e 12 salas de aula. Sobre a unidade de Ponta Porã, pode-se dizer que teria 1.850m quadrados de área construída.

Com relação à instalação da unidade ficaria assim:

Mesorregiões:	Microrregiões
Dos Pantanais Sul-mato-grossense	Baixo Pantanal, Aquidauana
Centro-Norte	Alto Taquari, Campo Grande
Leste	Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina
Sudeste	Bodoquena, Dourados e Iguatemi

Tabela 10

A fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul está estruturada e organizada para atuar nas quatro regiões e, inicialmente, em nove das onze microrregiões (Aquidauana, Alto Taquari, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Anadradina, Bodoquena, Dourados, Iguatemi). Nessa primeira etapa, contempla 15 municípios (Dourados, Amambaí, Aquidauana, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Três Lagoas). A universidade nessas localidades também beneficiará os municípios circunvizinhos, marcando presença em todo o Estado.

Por exemplo, para o pólo de Dourados, a FUEMS se valerá de todos os equipamentos necessários da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e estes equipamentos foram cedidos sob convênio, conforme as outras autorizaram.

Em relação ao setor Recursos Humanos, o provimento e a carreira do pessoal técnico foram todos definidos pelo Plano de cargos e carreira de FEMES, aprovados pelo conselho Universitário.

Quanto ao provimento do corpo docente, devido à natureza pública de universidade, a comissão, por diversos motivos políticos, foi entendida como desnecessária a apresentação desse quadro antes da instalação da universidade.

Em final de 1993, quando as obras já tomavam forma, o governador Perdrossian se mostrava bastante atuante e acompanhando de perto todos os trâmites. Manteve o tempo todo um posicionamento político perante a cidade e sua população.

Razuk (2006) em entrevista ao NMHU deixou bem claro que ver a universidade ficar pronta significou acima de tudo resgatar o compromisso histórico da classe política com Dourados. Elogiou a consciência crítica e política que Perdrossian despertou com a sua coragem em instalar a UEMS.

Ainda, a partir de uma concepção política, pode-se acreditar que a UEMS é uma instalação estadual de natureza funcional e goza de autônoma didática científica, disciplinar e administrativa, além de financeira patrimonial.

A contratação dos professores começou em abril de 1994 e segundo o reitor, Jair Madureira, 60 professores de início seriam suficientes para os 14 pólos.

O primeiro vestibular da UEMS foi para junho de 1994, para que as aulas começassem em agosto. Para os 18 cursos iniciais foram oferecidas 830 vagas. Cerca de 6 mil pessoas se inscreveram. O primeiro vestibular da universidade foi realizado em 4 de julho de 1994 e 90% dos inscritos fizeram a prova do primeiro vestibular. Nos dias 23 e 24 de julho de 1994, foram lançadas as relações dos aprovados.

Cada vez que o sonho se aproximava, ficava mais claro que esse sonho representava um grande marco para a educação de toda a população sul-mato-grossense.

O dia 8 de agosto de 1994 vai ficar para sempre na história por ser o início das aulas da UEMS. O início das aulas foi marcado com um trote cultural que foi

preparado pelos veteranos da faculdade de Agronomia.

Ainda em 1994, o candidato a governador pela frente popular, Wilson Barbosa Martins, dizia em sua campanha política que iria refazer uma reavaliação da UEMS, que na opinião dele foi feita com muito alarde pelo governo de Pedro Pedrossian. Sua bandeira de campanha está relacionada com o fato de que, segundo sua visão, o Estado necessita de maior valorização no ensino de base e não investimento no terceiro grau, uma vez que os ensinos médio e fundamental precisam ser revistos.

4.3 A ESCOLHA PELOS CURSOS E A SUA ROTATIVIDADE.

Quanto à definição dos cursos da UEMS, pode-se dizer que em primeiro plano o presidente da Câmara Municipal, Dorgival Ferreira (PMDB), defendeu a adoção de critérios justos na definição dos cursos que seriam implantados. Segundo ele, para especificar os cursos, seria necessário defini-los de acordo com as necessidades da população de cada município onde fossem instalados os pólos da universidade (O Progresso, 08/1993).

Pesquisas foram realizadas com a finalidade de discernir sobre as reais necessidades. Dessa maneira, surgiram como necessidades os cursos de Análise de Sistema, Enfermagem, Fonoaudiologia ou Fisioterapia. Isso em primeiro plano. Mas a comunidade³⁶ douradense pleiteava pelos cursos de Medicina, Veterinária, Engenharia de Alimentos e Engenharia Florestal.

Definiu-se primeiramente a implantação do curso de Zootecnia, em Aquidauana, Comércio Exterior, em Ponta-Porã, e Administração Rural em Maracaju. Na verdade, foi a própria comunidade que definiu os cursos de UEMS, para isso, várias reuniões públicas foram realizadas.

O deputado Roberto Razuk em entrevista para o NMHU argumenta que participou ativamente junto com a comunidade da escolha dos cursos. A participação popular desmistifica o autoritarismo, já que é o povo quem sabe demonstrar as verdadeiras necessidades, o que ele realmente deseja.

A ênfase na participação popular é uma consequência do nosso

³⁶ Em entrevista para o NMHU o Ex. Deputado Roberto Razuk (2007), descreve que foi feita uma pesquisa com a comunidade para escolher quais os cursos que iriam ser abertos na UEMS, esta consulta foi realizada pela Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, e foi dirigida pela Secretária Leocadia Agloe Petry Leme. A palavra comunidade aparece no decorrer de todo texto no sentido de sociedade, sendo esta representada pelos seus iguais (sindicatos, professores, presidentes de comunidades e outros).

entendimento de que a máquina do Estado construiu-se e consolidou-se no Brasil para servir aos interesses das classes dominantes. Sendo assim, para democratizar o Estado, para que os choques de interesses no seu interior tenham resultados favoráveis à maioria da população, é necessário que esse setor dominado da população participe diretamente da gestão da máquina, buscando apropriar-se dela.

A ideal escolha de cursos também vem resolver um outro problema que se refere à necessidade de deslocamento. Quanto à proposição de cursos móveis, Razuk defende que isso faz com que a população se desmotive menos, uma vez que há menos desinteresse por parte da população. Por fim, a distribuição dos cursos ficou da seguinte forma: Amambai: Letras com Espanhol; Aquidauana: Zootecnia; Coxim: Geografia; Dourados: Enfermagem, Computação, Análise de Sistemas; Ivinhema: Pedagogia; Jardim: Habilitação em Biologia; Maracaju: Administração Rural; Novo Mundo: Habilitação em Biologia; Naviraí: Habilitação em Matemática; Nova Andradina: Letras com Inglês; Paranaíba: Direito; Ponta Porã: Administração e Comércio Exterior (O Progresso, 10/01/1994).

Definidos os cursos, começa a contratação de professores em abril de 1994, com salário inicial decretado em torno de Cr\$ 192.000,00³⁷ para professores graduados com jornadas de 20 horas semanais e Cr\$ 1.368.000,00³⁸ para professor com doutorado e dedicação exclusiva. Em primeira instância, foram contratados 60 professores. (O Progresso 10/03/1994)

Antes mesmo dos cursos serem definidos, o deputado federal Waldir Guerra (PFL) anunciou ao prefeito de Dourados, Humberto Teixeira, a implantação do curso de medicina de Dourados (O Progresso, 25/03/1994)

O deputado defende que tal implantação tem por base a construção da Santa Casa o que justificaria o curso de Medicina, pois prepararia profissionais para atuar em tal hospital. Contudo, essa implantação de início ainda não seria possível.

Houve muitos políticos que contestaram o fato de terem poucos cursos na sede de Dourados e um desses políticos foi o pré-candidato a deputado estadual Péricles Cintra (PDT). Segundo este deputado, se Dourados é a sede, não

³⁷ Este valor corrigido seria de mais ou menos - R\$ 2.560,76 – dados calculados pelo no site do Banco Central do Brasil – (<http://www4.bcb.gov.br/?CORRECAO>)

³⁸ Este valor corrigido seria de mais ou menos - R\$ 18.245,43 – dados calculados pelo no site do Banco Central do Brasil – (<http://www4.bcb.gov.br/?CORRECAO>)

justifica a implantação de tão poucos cursos.

Este pré-candidato defendeu amplamente a postura de implantação de mais cursos e não só em Dourados, como também em outros municípios onde havia unidades da UEMS.

Péricles ensejava a melhora do nível da população carente desses locais, afirmando que quanto mais cursos, maiores seriam as chances dessas pessoas de estudar perto de seus locais de moradia, até porque não possuem recursos para se locomoverem.

Sabe-se que não é novidade que a população mais pobre tem uma história de dificuldade para estudar principalmente no curso superior, mas não é só referente à questão da locomoção, mas também na compra de material, especificamente, dos livros, pois estes possuem preços elevados.

Mas, conforme as propostas da fundação dessa universidade, a população mais carente se transformaria, de forma que mudaria também o Estado. Isso porque, conforme explica Raquel da Silva Silveira,

A capacidade humana de criticar não é inata, mas um processo de ensino-aprendizagem que pode vir a se desenvolver. Os estabelecimentos educacionais têm papel preponderante nessa tarefa, na forma como nossa sociedade se organizou. E principalmente de levar os seres humanos a serem mais críticos. Majoritariamente, ficou ao encargo das escolas apresentar às crianças e aos adolescentes a complexidade do mundo, os avanços científicos que explicam os acontecimentos da vida para além dos sentidos transcendentais construídos pela humanidade. Todavia, a distribuição deste conhecimento produzido pelo homem moderno não tem sido disponibilizada igualmente. Os condicionantes econômicos-político direcionam a forma como isto ocorrerá. Por isso, estudiosos da educação³⁹ analisam estas organizações de educação formal e suas potencialidades, tanto no seu caráter reprodutor do status quanto no seu caráter de formação real de sujeitos críticos (SILVEIRA, 2006, p.1)

Pensando por esse ângulo, se a população sul-mato-grossense teve maiores dificuldades no sentido de ter uma trajetória que favorecesse suas condições de estudo, agora parte da UEMS esse papel, levar essa população a pensar.

Ficou bem claro que todos os argumentos de que a população teve contribuição decisória na definição dos cursos da UEMS eram políticos, uma vez que sempre era aproveitado para lembrar à população jovem que as eleições estavam se aproximando e que deveriam, o mais breve, tirar o título de eleitor.

Não é nenhuma novidade que educação e política sempre andaram juntas na história do Brasil. Hoje em dia, inclusive, está sempre presente nos discursos

³⁹ (Chauí 2001), (Freire 1997, 1998, 2000) Pierre Bourdieu In: Nogueira e Cattani 2001)

políticos a retórica da "educação para a cidadania". Mas o que se esquece muitas vezes é que não existe, ainda, a educação para a democracia, como foi dito anteriormente nas entrelinhas. Essa preocupação somente surge com força total na época das eleições entendida, a partir da óbvia universalização do acesso de todos à escola, tanto para a formação de governados quanto de governantes. Aliás, o grande educador brasileiro, Anísio Teixeira, também deve ser evocado em sua crítica à.

"escola paternalista, destinada a educar os governados, os que iriam obedecer e fazer, em oposição aos que iriam mandar e pensar, falhando logo, deste modo, ao conceito democrático que a deveria orientar, de escola de formação do povo, isto é, do soberano, numa democracia". (TEIXEIRA, 1997, p 2)

Percebe-se que apesar de várias acepções a um ensino igualitário, o que se percebe é um sistema de ensino ainda paternalista. Enfim, com uma oportunidade dessas, os cursos foram muito bem aceitos, haja vista que as inscrições para o vestibular tiveram uma grande demanda.

Parcerias foram solicitadas no sentido de promover melhorias no ensino e pelo fato da universidade ter sido instalada em um tempo tão curto, muito se preocupou com o fato de ela não oferecer um ensino de qualidade. Mas o reitor, durante todo o tempo, defendia que isso não aconteceria baseado na tese de que o professor é o responsável pela qualidade de ensino e, sendo assim, o ensino estaria garantido, pois a contratação tinha sido feita de forma bastante rígida, Denise Schulthais dos Anjos Monteiro, Marilza Rodrigues Sarmiento, Tânia Maura de Aquino em artigo denominado, "Qualidade nas Instituições de Ensino"⁴⁰, publicado no site "ser professor universitario", apresentam um debate sobre qualidade de ensino, apontando que:

A discussão acerca da qualidade do ensino superior no Brasil iniciou-se em meados da década de 1980. As propostas de avaliação partiram inicialmente dos pesquisadores e não das instituições de ensino. Todavia, foram determinadas algumas iniciativas que visavam à implementação de avaliação para todo o sistema de ensino superior.

A UEMS buscava manter um grau de qualidade que a coloca-se em uma equiparação as outras universidades públicas de Ensino Superior, tentando trazer para os seu quadro de funcionários, professores titulados, isto porque existia e existe até hoje um interesse de melhorar academicamente a instituição, como

⁴⁰ <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=17&texto=1001>

podemos notar.

Durante algum tempo, o grau de titulação dos docentes foi o parâmetro mais marcante para a avaliação das instituições. Ocorreram vários eventos a fim de discutir essa problemática. Um exemplo foi o 1º Congresso Brasileiro de Qualidade do Ensino Superior, em 1993. Com a regulamentação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96, esse ciclo de eventos encerrou suas atividades (MONTEIRO, SARMENTO, AQUINO 2005 p.1)

Os temas discutidos tratavam da qualidade dos serviços prestados pelas instituições tendo em vista a relação empresa/cliente. Melhorar a qualidade significava, portanto, buscar estratégias que garantissem a satisfação do cliente-aluno.

Hoje existem critérios objetivos para avaliar até que ponto as organizações estão preparadas para enfrentar os desafios do mundo globalizado, como podemos notar no trecho abaixo.

Os critérios de excelência PNQ – Prêmio Nacional de Qualidade – proporcionaram a avaliação global de uma instituição, além de permitir o alcance do desempenho e conseqüentemente a melhoria da competitividade e a ampla troca de informações sobre métodos e técnicas de gestão. Estes alcançaram êxito, uma vez que os critérios são utilizados em âmbito nacional e mundial. Por isso, pode ser considerado que diante do estabelecimento de parâmetros, as instituições são norteadas por critérios comuns, o que facilita o alcance de suas metas (MONTEIRO, SARMENTO, AQUINO 2005 p.1)

A UEMS teve como indicação o ensino de qualidade, dessa forma os cursos prometiam abranger um currículo com um trabalho rico e voltado para a realidade atual.

A escolha dos cursos, além de ser voltada para as necessidades da população, tinha o intuito de fazer com que os profissionais formados na instituição pudessem ser aproveitados dentro do próprio estado. Uma das grandes conquistas da UEMS foi a possibilidade dela firmar um intercâmbio com a província japonesa de MIE, que objetivava aperfeiçoar culturalmente e cientificamente os cursos. A província de MIE há mais de 5 décadas mantém esse trabalho de intercâmbio com outras universidades e agora se interessou pela UEMS.

No início de 1995, a nova reitora da instituição, professora Sandra Luíza Freire, julgou necessária a reformulação do projeto pedagógico da instituição. Tal reformulação foi exigida para que a instituição fosse regularizada, pois a própria reitoria concordou que muitos problemas no sentido de irregularidades havia na

universidade. Problemas não só no regulamento, mas também na parte técnica e administrativa.

O governador na época afirmou que nenhum vestibular seria aberto, enquanto o governo federal não reconhecesse a universidade, pois, segundo ele, a sua vontade de ver a universidade consolidada se devia ao fato da instituição promover o crescimento econômico e científico do estado. O governador Wilson Barbosa Martins, durante seu governo, sempre desenvolveu a bandeira de que a educação deve ser a base do governo, uma vez que um povo sem cultura representa uma sociedade dependente.

Nota-se que a importância da educação, para os brasileiros, está mais relacionada com a busca de "status" e melhoria salarial que propriamente com o saber. No momento, esta tendência está se pronunciando ainda mais com o aumento vertiginoso de escolas de ensino superior e a decadência das redes públicas de ensino fundamental e médio.

Há visões que apontam que a educação brasileira instrui para a produção e educa para o consumo. Talvez seja verdade. Mas é necessário ter ciência que um povo sem educação, é um povo sem cultura e que se torna totalmente dependente.

Com o intuito de melhorar o nível de educação da UEMS, a reformulação pedagógica foi feita, objetivando que professores da instituição se reunissem com o intuito de discutir os desafios didáticos e pedagógicos do ensino universitário.

Mesmo com pouco tempo de funcionamento, o curso de Enfermagem da UEMS sofreu uma reestruturação curricular para que ficasse dentro das normas da legislação federal. O governador não desistiu de sua bandeira pela regularização da universidade perante o MEC em nenhum instante, e determinou que tal legalização não passasse de agosto de 1995.

Vários projetos foram desenvolvidos pela universidade e o de montagem de sala de leitura foi um deles. Um projeto de alfabetização de adultos também foi muito requerido e bem vindo, e atendeu uma grande parte da população. Esse projeto é importante, principalmente, em um local onde a população apresenta um índice de analfabetismo muito grande, pois cerca de 15% da população sul-mato-grossense era, na década de 90, analfabeta.

4.4 - O FECHAMENTO DA UEMS

Em 11 de agosto de 1994, o candidato a governador pela frente popular, Wilson Barbosa Martins, se pronunciou dizendo que se assumisse o governo iria reavaliar a conveniência da UEMS. Segundo ele, a universidade foi instalada com muito alarde e sugeriu, portanto uma reavaliação (O Progresso, 11/08/1994).

Wilson Barbosa Martins diz que não achava nem um pouco necessária tal instalação, uma vez que na sua concepção o que o Estado realmente necessitava era de mais atenção ao ensino fundamental, principalmente no que concerne ao ensino público.

Como é sabido, o ensino público em todo o Brasil, principalmente dos anos iniciais, tem fama de deficitário. Tudo isso a começar pelo salário dos professores. Importa destacar que uma coisa não tem nada a ver com a outra, não é porque os ensino público fundamental e médio, se encontram precários que não vale a pena pensar em valorizar ou até mesmo implantar o ensino superior.

Os argumentos de Wilson Martins foram principalmente voltados para a questão dos recursos financeiros. Os próprios representantes da categoria de professores da rede pública reclamavam sobre a falta de recursos. Diante disso, não seria justo tanto investimento no ensino de 3º grau se os anteriores sofriam com falta de proventos (O Progresso, 11/08/1994)

Na década de 90, o Estado de Mato Grosso do Sul possuía o maior índice de analfabetismo do Centro Oeste e por tal a UEMS era desnecessidade, segundo Wilson Barbosa Martins, por esse motivo, disse que montaria uma comissão para avaliar a relevância da universidade e que esta se julgasse realmente sem fundamento o funcionamento da UEMS, lutaria pelo seu fechamento.

Wilson Barbosa Martins começou a buscar motivos que pudessem justificar esse fechamento e encontrou vários, como, por exemplo, a questão de alguns cursos terem pouca procura, justamente pelo fato de não responderem às necessidades da população (O Progresso, 11/08/1994).

Wilson Barbosa Martins usou como lema em sua candidatura nas eleições ao governo do Estado de MS mostrar ao povo a “verdade” sobre a UEMS, no sentido de descaracterizar a figura “enigmática” de Pedro Pedrossian. Dizia a todo o momento que não foi o governador que criou a universidade, que ele apenas cumpriu o que estava na constituição, lei maior do estado. Ainda foi mais longe,

dizendo que ele cumpriu tal determinação com atraso, desrespeitando, dessa forma, a lei. Também taxou de absurdo o fato de a universidade ser considerada “de Dourados” e dos 18 cursos apenas 2 listarem em Dourados.

Nota-se que tudo isso foi mais uma artimanha política que propriamente uma preocupação com a universidade ou com o povo. Querendo a todo custo mostrar que a UEMS fora mal estruturada, Wilson Barbosa Martins usou até mesmo uma retórica de salário injusto aos professores, dizendo que tal remuneração era fruto da desvalorização da classe dos professores (O Progresso, 11/08/1994).

Com essa bandeira eleitoreira, Martins começou a ter para si o apoio dos universitários, que começaram a protestar por supostas condições de precariedade da universidade. Essas reavaliações estavam diretamente ligadas não só à má qualidade de ensino, pois eles achavam que foram postos professores desqualificados no intuito de oferecer-lhes salários mais baixos. Também reclamavam de ter de assistir as aulas sem o mínimo de conforto, pois as obras continuavam. Houve ainda vários protestos diretamente ligados à falta de material, como até mesmo giz (O Progresso, 23/08/1994)

Os alunos apresentavam que Pedro Pedrossian não correu com a instalação da UEMS por causa de estar constitucionalmente atrasado, mas sim por causa das futuras eleições. Uma passeata com centenas de alunos da UEMS, em 24/09/94, seguia por Dourados com o seguinte lema “ou oferece um ensino de dignidade, ou é melhor fechar” (O Progresso, 24 e 25/09/1994).

Com tanta “luta” contra a UEMS, o MEC, em dezembro de 1994, declara que tal universidade não existe. O discurso é de que o processo ainda estava em fase de apreciação. A universidade se defendeu, dizendo que ela não necessita dessa autorização para funcionar, ou seja, enquanto o processo estivesse em andamento, a UEMS poderia continuar ministrando suas aulas.

Essa situação só vem agravar ainda mais a vida da universidade e paralelo a isso seguiram as manifestações contra a atitude supostamente inconstitucional de Pedro Pedrossian em não respeitar o povo de Dourados, espalhando cursos por todo estado, de qualquer maneira. A campanha do candidato a futuro governador Wilson Barbosa Martins objetivava tornar Pedro Pedrossian inconstitucional, como também antiético, mostrando total desrespeito, não só ao povo, mas à educação. Pedro Pedrossian ainda foi acusado de fazer uma

sucessão de “cabides de empregos”. O futuro governador tinha agora a missão sublime de colocar a UEMS nos eixos (O Progresso, 24 e 25/09/1994).

Empossado, Wilson Barbosa Martins, logo no início de 1995, começou a mexer na universidade, tendo como primeira atitude a retirada da reitora Leocadia Agloe Petry Leme empossando uma nova reitora, indicada por Roberto Razuk,⁴¹ a professora Sandra Luisa Freire. Wilson Barbosa Martins começou seu trabalho de reformulação dizendo que transformaria a universidade em uma universidade necessária, mantendo um compromisso com a educação.

Em todo esse processo de reavaliação, várias irregularidades foram encontradas, não só técnicas e administrativas, mas principalmente no âmbito da educação. A principal irregularidade é de que a UEMS ainda dependia de uma autorização para funcionar, o que não existia, uma exigência da lei 5.540/68. A reitora, Sandra Freire, anuncia que acreditava que tal situação não demoraria mais do que 6 meses para ser regularizada. Com isso, em 18 de janeiro de 1995, a UEMS é fechada.

4.5 – A LUTA PELA REABERTURA DA UEMS

Logo que a UEMS foi fechada, o governador foi totalmente contrariado e o vestibular de 1996, por esse motivo, foi adiado. O vestibular precisava ocorrer em junho de 1995, mas não foi possível por causa desses problemas. O governador pensava que quando ele entrasse poderia resolver os problemas sem o fechamento da mesma, mas ele, durante a campanha, levantou tanta polêmica que não foi possível reverter o quadro.

A reitora tentava apaziguar a situação dizendo que esse adiamento era devido à necessidade de compra de material para a universidade. Tentava a todo custo esconder o fechamento de UEMS. O descrédito por parte da população era total e todas essas questões chegaram à Assembléia Legislativa.

Em maio de 1995, o governador Wilson Barbosa Martins recebeu estudantes que queriam a todo custo uma posição sobre a situação da UEMS.

Em maio de 1995, a reitora Sandra Freire afirmou que ficaria marcado para 15 de dezembro o vestibular da UEMS, mas isso não aconteceu. A audiência na

⁴¹ O ex-deputado Walter Benedito Carneiro, afirma em entrevista cedida ao NMHU (2007), que a indicação da professora Sandra Luisa Freire, para substituir a Reitora da UEMS - Leocadia Agloe Petry Leme, foi feita pelo ex-deputado Roberto Razuk.

Assembléia Legislativa aconteceu no mesmo ano, com a presença em peso dos alunos. Os 14 parlamentares presidiram a audiência.

O que mais os alunos pleiteavam era a realização do vestibular em julho e não em dezembro de 1995, alegando que a universidade não tinha tantos problemas assim que justificassem o adiamento do vestibular. Alegavam que tudo isso era uma brincadeira com a educação.

Na audiência, foi verificado que os problemas realmente eram grandes, uma vez que em alguns municípios, por exemplo, por causa de outros, os cursos estavam sendo ministrados em salas cedidas pelo governo municipal.

A luta pela reabertura da UEMS continuava e em junho de 1995 a universidade assinou convênio com a universidade de Maringá, na tentativa de conseguir apoio técnico e até mesmo para o ensino.

O secretário de Educação, Aleixo Paraguasu, disse que com o adiamento do vestibular, a UEMS poderia ter mais tempo para reestruturar tudo que necessitava ser revisto. Uma das melhorias que mais estavam sendo priorizadas era a concessão dos centros que ainda não tinha sido acabada pela gestão anterior. Ficou determinado que em outubro de 1995 seria dado início às inscrições para o vestibular de dezembro de 1995.

Em 1995, o curso de Enfermagem passou por uma reestrutura curricular. O governo de Wilson Martins, preocupado com a questão do fechamento da UEMS, tinha pressa para resolver a situação. Já em agosto de 1995, o governador concluiu e inaugurou o Núcleo de Ciências Agrárias. Essa inauguração foi feita com o ministro da Educação Paulo Renato.

O MEC anunciou que não tinha a intenção de prejudicar os estudantes, mas sim de zelar pela boa educação. Nesse cenário, o governador criou uma comissão para que os problemas da UEMS fossem resolvidos. Essa comissão foi composta por parlamentares na tentativa de conseguir o reconhecimento por parte do MEC. A intenção era fazer com que toda a documentação e os procedimentos necessários para a regulamentação fossem reunidos no menor intervalo de tempo possível.

Em outubro de 1995, o deputado Murilo Zauith, líder do PMDB, sugeriu uma audiência com o ministro da educação, Paulo Renato. Frente às dificuldades que cada vez eram mais eminentes, ficava mais óbvio que não seria possível resolver o problema da UEMS se não fosse por vias políticas. Diante dessa

realidade, ele se reuniu com deputados federais e senadores para propor uma negociação. Mas mesmo assim a situação continuava bastante complicada.

Cada vez que o tempo passava, mas os alunos iam ficando nervosos e acalmá-los tornava-se difícil. A retórica que mais era usada para acalmá-los era de que o MEC jamais agiria contra a educação. Depois de ter sido afastada por Wilson Barbosa Martins, Leocádia Petry Leme conseguiu sua reintegração à reitoria da UEMS, se juntando também na mesma luta.

Neste último período a UEMS se concretiza e se afirma como universidade, não mais vivendo tentativas de nascimento, mas sim criando um alicerce firme e testado por várias vezes, desde sua criação em 1979, aos seus primeiros passos depois das intromissões dos políticos regionais em 1995.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem não conhece a verdade não passa de um tolo; mas quem a conhece e a chama de mentira é um criminoso!
(Bertolt Brecht).

Quando entrei no Mestrado o objetivo da minha pesquisa estava relacionada a produção de documentários indígenas. Durante a minha caminhada mudei, para pesquisar a história da UEMS; com o passar do tempo fui amadurecendo a idéia da investigação, que acabou tornando-se: EDUCAÇÃO E POLITICA: apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979 – 1995).

Com isto, optei por usar também as fontes orais como instrumento de análise por entender que não há como construir uma idéia de passado sem levar em conta as emoções e sentimentos⁴². As entrevistas mostraram-me caminhos, que os documentos oficiais não citavam, ou que deixavam dúvidas.

Durante meu trabalho percebi que a menção à UEMS na constituição de 1979 mudou de fato algumas relações políticas, ou pelo menos desvelou as posições opostas entre ARENA e MDB; isso porque ao colocar em prática o projeto do general Golbery, que deu origem à Assinatura da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, o governo federal representado pelo general Ernesto Geisel, não só garantiu o estrangulamento das forças opositoras ao

⁴² Nora, Pierre (dir). Les lieux de mémoire. Paris Gallimard, 1984, 1988, 1993. 7v.;e Ozouf, Mona. Le passé recomposé. Magazine Littéraire (307), fev 1993.

regime ditatorial, quanto aglutinou o estado da Guanabara⁴³ ao estado do Rio de Janeiro e também desmembrou o estado do Mato Grosso⁴⁴.

Mas essa segunda mudança, trouxe conseqüência não esperadas pelo governo militar. Com a divisão as relações políticas regionais, tornaram-se mais acirradas, tanto foi que o gabinete da presidência não conseguiu apontar um governador para o estado, vindo do ARENA.

À convocação de Harry Amorim Costa, para assumir o cargo de governador, teve conseqüências inesperadas, pois não agradava nem uma das alas do ARENA, com o também não agradava a oposição que já sonhava com o voto livre para o governo do Estado. Com isso o estado tornou-se ingovernável chegando ao ponto da saída precoce de Harry Amorim, que por muitas vezes foi acusado de desvio de verba pública.

Mas o que aconteceu foi que para se manter no poder o governador distribuiu dinheiro tentando agradar os prefeitos, e com isto garantir destes o apoio irrestrito para se manter na administração. Mas o preço do dispêndio excedeu os limites do bom senso e quando se percebeu o gasto já estava em um bilhão de cruzeiros⁴⁵, em seis meses de gestão, deixando para seu sucessor uma orçamento de trezentos milhões de cruzeiros⁴⁶.

Dentro desta perspectiva é possível alinhar fatos que deram origem a UEMS, na carta Magna do estado e o porquê da não instalação da universidade.

O plano econômico de época apresentava a região Centro-Oeste como ponto referencial, principalmente o sul de Mato Grosso, na época menos desenvolvido, mas com muitas possibilidades na agroindústria. Sendo que o governo federal tinha muito bem articulado os setores que compunha o seu governo, um bom exemplo disso é MEC que apresentava como principal característica a não aceitação de uma universidade que não tivesse um como ponto referencial o desenvolvimento regional.

Se levarmos em conta que o ARENA possuía onze cadeiras contra sete do MDB na Assembléia Legislativa, notaremos que as propostas do governo tinham

⁴³ O Estado do Guanabara era reduto do MDB, e a partir da somatória de seu espaço geografico com o Estado do Rio de Janeiro, o número de representantes do partido dentro do senado diminuiu.

⁴⁴ O Estado do Mato Grosso, possuía o maior número de Arenistas do Centro Oeste, e com a sua divisão, ouve o aumento de cadeiras no Senado.

⁴⁵ Este valor corrigido seria de mais ou menos - R\$ 185.058.700,00 – dados calculados pelo no site do Banco Central do Brasil – (<http://www4.bcb.gov.br/?CORRECAO>)

⁴⁶ Este valor corrigido seria de mais ou menos - R\$ 55.517.610,00 - dados calculados pelo no site do Banco Central do Brasil – (<http://www4.bcb.gov.br/?CORRECAO>)

toda possibilidade de serem aprovadas, podemos entender assim que qualquer projeto pensado pelos militares, para o novo estado teria uma prévia aceitação. A emenda parlamentar do Deputado Walter Carneiro, não trazia seus desejos de infância por uma universidade douradense, mas sim era além de tudo o desenrolar do projeto do governo militar.

A idéia de UEMS foi muito bem arquitetada, sendo divulgada nas diversas formas de mídia, causando ansiedade para sua aprovação. A sociedade sul-mato-grossense, comprou o discurso da necessidade de um universidade estadual. Não percebendo que esta instituição, era uma propaganda bem elaborada, com isto a mesma soava como um direito da população do Mato Grosso do Sul, desta forma o governo ditatorial exercia um Poder Simbólico sobre a população, para melhor entender esta idéia, como podemos analisar este fato utilizando a seguinte idéia de *Bordieu*:

O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BORDIEU, 1989, p. 188)

Naquele momento não existia um movimento de professores bem articulado para contrapor os desejos dos grupos mandantes, o projeto de lei acabou sendo aprovado por unanimidade, visto que o MDB se apresentava enfraquecido e dividido, sendo impossível naquele instante ir contra o “desejo popular”.

Mas dentro desse plano existia uma falha grave, já que a permanência do governador Harry Amorim, causava disputas internas nos dois partidos, enfraquecendo o poder da Assembléia Legislativa e ampliando dessa forma a força dos prefeitos, políticos estes que se alinharam ao governo estadual para receber benefícios em troca de fidelidade.

Sendo assim impossível construir uma universidade, quando todo o orçamento encontrava-se comprometido com alugueis de veículos, viagens, folha de pagamento e recursos para as prefeituras. O regime ditatorial pecou ao não concentrar o poder dentro do ARENA, ou seja ao não conseguir controlar as lideranças regionais, o governo federal perdeu a chance de dar cabo ao plano que tinha estabelecido para o estado de Mato Grosso do Sul.

Já a segunda tentativa de implantar a UEMS, tinha como cenário político, não mais a força militar representado pelo ARENA, o que existia era a transformação deste em PDS e do MDB em PMDB, a única coisa que não tinha apresentado mudanças era o nome de seus representantes.

O que podemos notar de diferente no que se refere à questão da UEMS, é que ao ressuscitar a mesma na nova constituição o deputado Walter Carneiro, não só garantiu a continuidade da mesma, como também obrigou⁴⁷ o executivo em implantá-la.

Desta vez o governador era Wilson Barbosa Martins, eleito pelo voto popular, que tinha como principal bandeira a reforma agrária, em segundo plano compromissos com educação básica.

Para dificultar mais ainda a situação da nova universidade o PDS que não mais possuía apoio do governo, começava a ser visto como um partido envolvido com o momento negativo da história brasileira, quando a sua bancada federal votou contra as Diretas Já⁴⁸. Com isso a sua força dentro da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul estava bem reduzida.

Outro ponto foi o fortalecimento das associações de professores, que somado ao descontentamento dos profissionais do CEUD, acabou dando origem, a um novo sonho denominado de UFGD.

Com isso inicia-se uma nova luta, sendo que um lado estavam os representantes do PDS, que usavam de artifícios como palestra em escolas particulares, jornais para disseminar a idéia da UEMS e de outro lado os professores apoiados por uma ala do PMDB, que defendiam a aplicação das verbas estaduais no ensino fundamental, visto que este se encontrava em estado de calamidade pública.

Mas a relação próxima entre os representantes dos professores e as lideranças do PMDB abalou a possibilidade de implantação da nova universidade, visto que contra ela pesava o argumento que a legislação do MEC previa que a

⁴⁷ A palavra obrigou aparece no texto, por referencia do próprio Walter Carneiro, em entrevista para o NMHU.

⁴⁸ Janeiro de 1983. O recém eleito deputado federal Dante de Oliveira PMDB-MT, com a ajuda de seu pai Sebastião de Oliveira, ex-deputado estadual pela UDN produziu uma proposta simples e objetiva, que se fosse aprovada, garantia a eleição direta para presidência da República. A emenda ficou na geladeira durante um ano, até que o deputado conseguiu as assinaturas necessárias (160 deputados e 23 senadores) para que a sua emenda entrasse em tramitação no congresso. Este foi o ato inicial de uma campanha para mudar os rumos da história do Brasil, que se transformou na maior manifestação de massa do país (<http://brazil.indymedia.org/pt/blue/2004/05/279788.shtml>)

criação de cursos universitários com verba pública só poderia acontecer em estados que tinham cumprido as suas metas com o ensino fundamental. Mesmo assim evitar o surgimento da UEMS não garantiu o surgimento da UFGD, pois não existia vontade política da UFMS em abrir espaço para o surgimento de uma nova universidade federal, o que implicaria perder as instalações do CEUD.

A história se repete Pedro Pedrossian e seus correligionários, conseguem tirar Harry Amorim (12 de junho de 1979) e depois Marcelo Miranda (28 de outubro de 1980), mas não levam o governo, como também o professores conseguem evitar a instalação da UEMS, mas não emplacam a idéia da UFGD.

O segundo mandato de Marcelo Miranda, trouxe a baila novamente o sonho de uma universidade estadual, só que desta vez, não era um projeto pensado dentro dos grupos representantes do Mato Grosso do Sul, mas sim um projeto pensado anos antes pelo governo federal, quando Marcelo ainda era senador.

Este projeto tinha como finalidade alicerçar o plano federal de relações com os países de fronteira, visando o desenvolvimento regional de um comércio comum entre Brasil, Paraguai e Bolívia. Para tal foi indicada uma Técnica do MEC (Luisa Maria Nunes de Moura e Silva), que chegou ao estado de Mato Grosso do Sul, para coordenar a Comissão para implantação da Universidade de Integração Latino Americana (UILA).

O que o governo federal não esperava era que mesmo sendo o Brasil um país pluripartidário, o modelo não havia se consolidado. Com isto o novo projeto tinha como opositores, os professores que defendiam a UFGD, alguns representantes do PMDB e do PDS e muitos participantes da própria Comissão.

Como o projeto veio de cima para baixo ele foi tomado como autoritário e muito semelhante as atitudes do governo militar, que impunham os seus desejos. Novamente a associação de professores se aproveitou para iniciar uma campanha de evitar a UEMS e implantar a UFGD.

Por final uma ruptura entre Marcelo Miranda e Wilsom Barbosa, causou a saída do secretário de Educação Aleixo Paraguassu Netto, dando lugar para Walter Pereira. Com este novo secretário de educação o sonho de concretizar a universidade estadual (projeto UILA) transformou-se em um pesadelo, acabando engavetado, não muito distante, muitos entrevistados (em off) declararam que a

proximidade entre Walter Pereira e os professores foi determinante para o projeto não ter sido colocado em prática.

Outro ponto é as tentativas de Pedro Pedrossian de retirar do poder de Marcelo Miranda. Só que desta vez a contabilidade foi diferente, os professores que desejavam a UFGD, continuaram no desejo e Pedro Pedrossian consegue o mandato seguinte.

A quarta tentativa de instalação da UEMS, se dá no governo de Pedro Pedrossian. A Assembléia Legislativa com muitos partidos e estes divididos em alas, apresentando assim uma estrutura difícil de organização. A associação de professores depois da segunda grande greve, não possuía a mesma força política, com isto, as trocas começam a tomar lugar dos confrontos, a UEMS toma espaço na cidade universitária. Tendo recebido uma única exigência dos professores do CEUD, a assinatura de um projeto denominado de Comodato , que acabaria articulando a UEMS e CEUD para futuramente o surgimento da UFGD.

Desta vez, conseguir a instalação da UEMS foi mais fácil, só não seria fácil a sua manutenção, visto que ao entrar para o seu segundo mandato Wilson Barbosa Martins em seu primeiro decreto declarou fechado a UEMS. Não bastante, o próprio MEC não reconhecia a nova instituição, pois declarava que a mesma não cumpria os requisitos básicos de universidade

Com tantas lutas a universidade ressurgiu, mesmo tendo a sua reitora afastada reinicia seus trabalhos, e acaba retomando o seu caminho e dando os primeiros passos para se estabelecer como universidade. Através de um mandato de segurança a professora Leocádia Aglaé Petry Leme volta ao seu cargo.

Percebi que a UEMS durante o período de 1979 a 1995 respirou o calendário eleitoral, isto porque sempre apareceu nas eleições e foi esquecida logo após, não que outras instituições não tenham passado por isto, mas ela é a única que passando por tudo isto acabou se efetivando e ganhando um grau de autonomia econômica, pedagógica e política.

Por fim, esta pesquisa não pretendeu esgotar um tema de alta relevância na história de Mato Grosso do Sul que é a criação e implantação de sua universidade estadual, a UEMS.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1992, p.5.

AMARAL, Maria Odete. **A universidade estadual de Mato Grosso do Sul: a criação, a implantação e a aventura do início da caminhada: 1979-1998**. 2002. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSCAR, São Carlos, 2002.

BARROS, D' Assunção. **O Campo da História** Petrópolis: Vozes, 2004.

BIASOTTO, Wilson Valentim, e TETILA José Laerte Cecílio **O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 – 1988** Campo Grande, MS: UFMS, 1991.

BITTAR, Marisa. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.

BITTAR, Marisa. **Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BITTAR, Marisa. **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso**. Multitemas, n.º 15. Campo Grande: UCDB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A representação política. Elementos para uma teoria do campo político**. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989

BUENO, Eduardo, **Capitães do Brasil**, Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1999

BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2ª. ed. 1997.

CARNEIRO, Walter, **Universidade Já** - Aula magna proferida pelo deputado Walter Carneiro, presidente da Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul, aos alunos do colégio “objetivo” no centro universitário de Dourados, Dourados 03 de agosto de 1984

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo, (orgs) - **Dominios da História- Ensaos de Teoria e Metodologia**, 3ed, Rio de Janeiro 1997.

CARNEIRO, Walter, **Exercícios da Democracia I** – Assembléia Legislativa, Estado de Mato grosso do Sul, Campo Grande - 1993

CARNEIRO, Walter, **Exercícios da Democracia II** – Assembléia Legislativa, Estado de Mato grosso do Sul, Campo Grande - 1993

CHAMLIAN, Helena Coharik. **O departamento na estrutura universitária**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1977.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, **Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social**. In: Seminário Universidade: Por que e como reformar. MEC Brasília, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 19 de março de 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Ventos do progresso: a universidade administrada. Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001

DELIZOICOV, José André Angotti, Marta Maria Pernanbuco; colaboração Antonio Fernando Gouvêa da Silva. Ed. Cortez, São Paulo - 2002

DICIONÁRIO DE EDUCADORES NO BRASIL. Rio de Janeiro: MEC-INEP/UFRJ, 1999. *linhas de pesquisa. Perfis de mestres*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol. 8, nº 22, set.-dez. de 1994.

DINIZ, Francisco, (2006) **Crescimento e desenvolvimento econômico: modelos e agentes do processo**. Lisboa: Edições Silabo

DONATO, Hernâni, **Sumé e Peabiru**, Edições GRD, São Paulo, 1997

DOSSIÊ – **Projeto Universidade de Integração Latino Americana**, Dourados, 1987

FALCON, Francisco. **História e poder**. In: FLAMARION. Ciro; VAINFAS, Ronaldo, p.62

FERREIRA, Marieta de Moraes – in: Revista **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 265-271

FERREIRA, Marieta de Moraes, **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1992, p.165.

GIDDENS, Anthony, **As consequências da modernidade** tradução, de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991

GOTTARDI, Ana Tereza Vendramini Reis, **UEMS: rotatividade e educação a distância: novas propostas para a interiorização do ensino superior em mato grosso do sul**, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2001

LABORIE, Pierre. 1991. **Histoire politique et histoire des représentations**

mentales. In : PESCHANSKI, D. (org.). *Histoire politique et Sciences sociales*. Paris.

LUCA, Tania Regina de. "**História dos, nos e por meio dos periódicos.**" In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora) *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Cotexto, 2006, p.116.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura e NETO, Alexandre Shigunov, **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, set./dez. 2006

NICOLATO, Maria Auxiliadora. **A caminho da Lei 5.540/68: a participação de diferentes atores na definição da Reforma Universitária.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

NORA, Pierre (dir). **Les lieux de mémoire. Paris Gallimard, 1984, 1988, 1993.** 7vs.; e Ozouf, Mona. *Le passé recomposé.* Magazine Littéraire (307), fev 1993.

NOSELLA, Paolo, **A Universidade, ontem e hoje.** Palestra proferida no IV Encontro de Professores da UEMS, 1999.

NOSELLA, Paolo. **O Centro Universitário de Jaraguá do Sul: uma história de ousadia e determinação.** Jaraguá do Sul: EDUNERJ, 2001. 178 p. p.93- 104

PINSKY, Carla Bassanezi. Et. al. **Fontes Históricas.** 14.ed. São Paulo, ABDR, 2005.

ROSANVALLON, Pierre, "Pour une histoire conceptuelle du politique", *Revue de Syntèse*, IV, n° 1-2, jan-juin 1986, p.93.

SINGER, Paul, **Conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu**, outubro de 1995

SILVA, Ricardo Souza da, **MATO GROSSO DO SUL: Labirintos da memória** - Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados – Dourados/MS 2006.

SILVEIRA, Raquel da Silva, Artigo - **Extensão e Produção de Subjetividade no Ensino Superior**, Centro Universitário Ritter dos Reis , 2006

SUCUPIRA, Newton **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - I ENCONTRO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS A CONDIÇÃO ATUAL DA UNIVERSIDADE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA** Brasília – DF Agosto - 1972

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional.** 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

TRINDADE, Hélgio (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VACA, Cabeza de, **Naufrações e Comentários**, Editora L&PM, São Paulo, 1999

WHITE, Haydem. **Trópicos do discurso, ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio C. de França Neto. São Paulo: Edusp, 1994. Zahar, 10ª ed. 1999.

Bibliografia Consultada

ABREU, Capistrano de, **Capítulos da História Colonial, 1500-1800** 7ed. Ver. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. **A cadeira de História e Filosofia da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2001.

BOSCHETTI, Vânia Regina. **A universidade brasileira do pós-64**. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1993.

CANDOTTI, Ennio (Org.). **Cientistas do Brasil**. São Paulo: SBPC, 1998.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

COUTINHO, Maria Laura e LINS, Maria Inês Bessa. **Comissões Parlamentares de Inquérito:1946-1982**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988

CUNHA, Luiz Antônio. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, 1989.

D'AGUIAR, Hernani. **Ato 5: a verdade tem duas faces**. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira: em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 2ª. ed. 1979.

FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

- FURASTÉ, Pedro Augusto, **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração das Normas da ABNT**, 14ed. – Porto Alegre: s.n. 2006
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS, Antonio Carlos Pereira, **Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais *Acta Cirúrgica Brasileira - Vol 17 (Suplemento 3) 2002***.
- MATO GROSSO DO SUL. **Assembléia Constituinte. Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1979.
- MOROSINI, Marília e SGUISSARDI, Valdemar (Orgs.) **A educação superior em periódicos nacionais**. Vitória: UFES, 1998.
- NASCIMENTO, Beatrice Laura Carnielli do. **A reforma universitária de 1968: origem, processo e resultados de uma política para o ensino superior**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- RIBEIRO, Maria das Graças Marcelo Ribeiro. **Educação superior brasileira: reforma e diversificação institucional**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- RIBEIRO, Darcy. **UnB: invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.
- ROCHA E SILVA, Maurício e TEIXEIRA, Anísio. **Diálogo sobre a lógica do conhecimento**. São Paulo: Edart, 1968.
- ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A expansão do ensino superior e o Conselho Federal de Educação**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1984.
- ROTHEN, José Carlos. **Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação**. Tese de Doutorado. Piracicaba: UNIMEP, 2004.
- SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. Campinas: Autores Associados, 5ª ed. revista

SCHOPENHAUER, in **Os Pensadores**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon, **O Ensino Superior no Brasil, MEC Ministério da Educação** – INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília 1999.

SGUISSARDI, Valdemar e SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.). **Educação superior: análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001.

USP. **Estudos Avançados, nº 22. 60 anos de USP: Ciências Básicas e Humanidades**. Origens

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 3a. ed. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2001

Fontes Audiovisuais.

Roberto Razuk – Entrevista realizada em 31/05/2007 (Filmadora – Mini DVD).
Produção Lourenço Alves da Silva Filho, 2'h
Nascido em Campo Grande em 26 março de 1941, filho de comerciantes.

Wilson Valentim Biassoto – Entrevistado em 23/10/2007 (Filmadora – Mini DVD).
Produção Lourenço Alves da Silva Filho, 2'h
Nascido em Na Colônia de Café chamada Colônia Branca – Em 3 barras
Borborema – São Paulo.

Luisa Maria Nunes Moura e Silva – Entrevistado em) 01/03/2007 (Filmadora – Mini DVD).
Produção Lourenço Alves da Silva Filho, 2'h
Nascida em Portugal.

Nilson Araujo de Souza – Entrevistado em 01/03/2007 (Filmadora – Mini DVD).
Produção Lourenço Alves da Silva Filho, 1'h

Walter Benedito Carneiro – Entrevistado em 05/06/2007 (Filmadora – Mini DVD).
Produção Lourenço Alves da Silva Filho, 1'h
Nascido em Cuiaba – Filhos de Alfaiates

Jornais

Jornal o Progresso.

SULTAN: Constituição não atenderá o Estado. O Progresso, Dourados, 25 de abril de 1979.

Oposição estuda como agirá com o novo Governo. O Progresso, Dourados, p.7 23 de janeiro de 1979.

Harry envolvido nas eleições indiretas?. O Progresso, Dourados, 24 de janeiro de 1979.

MARTINS, Wilson Barbosa, Universidade é coisa séria, O Progresso, Dourados, 01 de janeiro de 1995. Caderno Opinião.

Lider da ARENA defende Governador. O Progresso, Dourados, 24 de janeiro de 1979.

Governador Harry Amorim trabalha normalmente, O Progresso, Dourados, 09 e 10 de junho de 1979.

Constituição será promulgada nesta manhã, O Progresso, Dourados, 13 de junho de 1979. p.3

Aprovado o nome de Marcelo para o Governo de MS. O Progresso, Dourados, 28 de junho de 1979.

FUFMS constituirá centro Universitário em Dourados – Reitor diz que obra começa em 80 - O Progresso, Dourados, 29 de junho de 1979. p.9

Londres defende nomeação imediata, O Progresso, Dourados, 23 e 24 de junho de 1979.

Marcelo é o melhor da ARENA. O Progresso, Dourados, 23 e 24 de junho de 1979.

Para Gaeta, Antonio Carlos era “peça do governo”. O Progresso, Dourados, 19 de junho de 1979.

Presidente da Assembléia assume governo do MS. O Progresso, Dourados, 14 de junho de 1979.

A promulgação da Constituição do Mato Grosso. O Progresso, Dourados, 14 de junho de 1979.

No sábado professores elegem Diretoria da FERPROSUL. O Progresso, Dourados, 6 de abril de 1979.

Emenda Constitucional assegura Universidade para Dourados. O Progresso, Dourados, 19 de junho de 1979.

LEVY diz que “Cassação de Harry foi um Negócio. O Progresso, Dourados, 16 e 17 de junho de 1979.

Londres não vê “conveniencia” na substituição de Harry. O Progresso, Dourados, 1 de junho de 1979.

“Substituição é própria de Regime Democrático. O Progresso, Dourados, 14 de junho de 1979.

II Exposição Cultural do Corpo Diplomático de MS e I Jornada da Integração Latino-Americana. O Progresso, Dourados, 28 e 29 de junho de 1987, p.8.

Situação financeira do Estado: Marcelo recebe tesouro com Cr\$ 381 milhões; Harry gastou 1 milhão. O Progresso, Dourados, 30 e 31 de agosto de 1979.

Universidade Estadual em Dourados. O Progresso, Dourados, 01 de maio de 1979.

Ressurge no CEUD o Curso de História. O Progresso, Dourados, 23 de maio de 1979. p.9

Será votada hoje a Universidade estadual para Dourados. O Progresso, Dourados, 17 de maio de 1979.

Assembléia aprova: Universidade Estadual será em Dourados. O Progresso, Dourados, 18 de maio de 1979.

Harry não quis pedir demissão e foi exonerado pelo Governo. O Progresso, Dourados, 13 de junho de 1979. p.2

Londres assume o governo hoje. O Progresso, Dourados, 13 de junho de 1979. p.2

Amorim Costa firme no governo Estadual. O Progresso, Dourados, 06 de junho de 1979.

Harry conta também com apoio de 49 prefeitos: saiu outro manifesto. O Progresso, Dourados, 13 de junho de 1979. p.3

Bionico ou Proveta Rachid venceu tranquilo. O Progresso, Dourados, 30 de janeiro de 1979. p.2

Mato Grosso do Sul, a 27ª Unidade da Federação. O Progresso, Dourados, 3 de janeiro de 1979.

“Nomeação de Harry, mais um erro da classe política de MS. O Progresso, Dourados, 26 de janeiro de 1979.

Gaeta apela: “Apeie do cavalo Figueiredo, levante-se Pedrossian”. O Progresso, Dourados, 27 e 28 de janeiro de 1979.

A volta dos direitos roubados pelo AI-5. O Progresso, Dourados, 03 de janeiro de 1979. p.7

SOCIGRAN: Quase mil candidatos inscritos, 31 de janeiro de 1979

MDB está com as estruturas frágeis em Mato Grosso do Sul, 16 de janeiro de 1979.

Harry “Eu vim para ficar”. O Progresso, Dourados, 14 de junho de 1979.

Nenhum douradense na Comissão Constitucional, O Progresso, Dourados, 4 de janeiro de 1979.

25 rebeldes da ARENA pretendem apoiar MDB, O Progresso, Dourados, 18 de janeiro de 1979.

ARENA serve ao “Deus Mato Grosso do Sul”. O Progresso, Dourados, 18 de janeiro de 1979.

Paraguassú recebeu proposta de estatuto. O Progresso, Dourados, 16 de junho de 1988, p.02

Geisel: há novas realidades geopolíticas. O Progresso, Dourados, 01 de janeiro de 1979.

UILA poderá ter curso de Educação Sanitária. O Progresso, Dourados, 24 de novembro de 1987, p.2

Será Prodegran suspenso? O Progresso, Dourados, 25 de janeiro de 1979.

Teoria da “adesão” começa a tomar forma: Prefeitos apoiarão Harry. Rachid e Miranda juntos. O Progresso, Dourados, 13 de fevereiro de 1979.

MDB condena manifesto de Prefeitos pró – Harry Arena retruca e diz que não existe nada. O Progresso, Dourados, 17 e 18 de fevereiro de 1979.

Nota Oficial da liderança do MDB. O Progresso, Dourados, 15 de fevereiro de 1979.

Mais de 7 mil Alunos ficarão sem vaga em Dourados. O Progresso, Dourados, 13 e 14 de fevereiro de 1979.

Professores de 1° e 2° graus apoiam colegas da UEMT. O Progresso, Dourados, 13 de fevereiro de 1979.

Quase mil candidatos inscritos. O Progresso, Dourados, 27 e 28 de fevereiro de 1979.

Iveridicas as afirmações de que Amorim poderia renunciar. O Progresso, Dourados, 07 de fevereiro de 1979.

Iniciado ontem Vestibulares nos CEUS do Mato grosso do Sul. O Progresso, Dourados, 23 de fevereiro de 1979.

12 mil alunos ficarão sem escolas em Dourados. O Progresso, Dourados, 8 de fevereiro de 1979.

Foto Histórica: primeiros moradores de Dourados. O Progresso, Dourados, 27 e 28 de fevereiro de 1979.

Professores revoltados. ADP faz graves denúncias. O Progresso, Dourados, 1 de fevereiro de 1979.

Atritios com Deputados podem gerar afastamentos de Secretário de Harry. O Progresso, Dourados, 22 de fevereiro de 1979.

Continua a “descida do muro” Canale diz que Harry não quer prejudicar os políticos. O Progresso, Dourados, 21 de março de 1979.

Ronald e Samir indecisos sobre moção de apoio a Harry. O Progresso, Dourados, 8 de março de 1979.

Ortodoxos com Harry. O Progresso, Dourados, 7 de março de 1979.

Manifestos dos Prefeitos politicamente não foi bom, afirma Rigo. O Progresso, Dourados, 9 de março de 1979.

Harry leva manifesto dos Prefeitos para Figueiredo. O Progresso, Dourados, 7 de março de 1979.

Toda bancada do ARENA-MS apoia Harry Amorim Costa. O Progresso, Dourados, 02 de março de 1979.

Harry vai para Brasília mas já esteve com Figueiredo. O Progresso, Dourados, 13 de março de 1979.

Se Harry ficar, começa o fim das “velhas estruturas” políticas. O Progresso, Dourados, 13 de março de 1979.

Cansados das mentiras de Pedrossian, Deputados dão “irrestrito apoio” a Harry. O Progresso, Dourados, 2 de março de 1979.

Figueiredo não admite afastamento de Harry – os políticos ainda não “desceram do muro”. O Progresso, Dourados, 10 e 11 de março de 1979.

Manifesto dos 31 Prefeitos ao Presidente da República. O Progresso, Dourados, 6 de março de 1979.

Congresso reabre, esperançoso. O Progresso, Dourados, 1 de março de 1979.

O ante-projeto da constituição do novo Estado. O Progresso, Dourados, 27 de março de 1979.

Harry vê o pedido de seu afastamento como “ idéia livre e democrática”. O Progresso, Dourados, 17 e 18 de março de 1979.

Londres tenta definir posição de Harry, em Brasília. O Progresso, Dourados, 22 de março de 1979.

Critica a situação da Faculdade de Agronomia. O Progresso, Dourados, 21 de março de 1979.

Professorado reuni-se novamente. O Progresso, Dourados, 24 e 25 de março de 1979.

Dourados poderá perder o Curso de Agronomia – Alunos deixaram de ir às aulas. O Progresso, Dourados, 20 de março de 1979.

Pedrossian também esta se aproximando de Harry uma nota com consultas a “gregos e troianos”. O Progresso, Dourados, 28 de abril de 1979.

Emenda do MDB prevê eleição direta para Governador. O Progresso, Dourados, 18 de abril de 1979.

MDB discuti Constituição hoje na Assembléia. O Progresso, Dourados, 21 de abril de 1979.

Documentos sobre a Colônia Agrícola serão recuperados. O Progresso, Dourados, 12e 13 de março de 1988, p.3

Walter Carneiro e Ary Rigo são contra o Impeachment”. O Progresso, Dourados, 15 e 16 de abril de 1979.

III Exposição Cultural do Corpo Diplomático do MS e I Jornada da Integração Latino-Americana. O Progresso, Dourados, 28 e 29 de novembro de 1987, p.8

UILA é discutida em Coxim. O Progresso, Dourados, 22 de junho de 1988, p.8

Londres “Uma constituição a altura das aspirações do povo”. O Progresso, Dourados, 4 de abril de 1979.

Projeto da constituição ingressa na Assembleia sob muita polêmica. O Progresso, Dourados, 4 de abril de 1979.

Dourados pode não receber nada do Governo Estadual. O Progresso, Dourados, 10 de abril de 1979.

Sultan condena fofocas e admite divisão do MDB. O Progresso, Dourados, 28 e 29 de abril de 1979.

Desesperados, Pedrossian tentou levar seu grupo para o MDB. O Progresso, Dourados, 24 de abril de 1979.

Quase certa a ida de Pedrossian para MDB. O Progresso, Dourados, 25 de abril de 1979.

Confirmada a visita de Delfim Neto à Dourados. O Progresso, Dourados, 3 de maio de 1979.

MDB vai ter que escolher: Pedrossian ou Antonio Carlos. O Progresso, Dourados, 3 de maio de 1979.

MDB acusa Deputados da ARENA: "Só querer vantagens pessoais do Governo" Onevan mostra "Documento imoral" de pressão a Harry". O Progresso, Dourados, 4 de maio de 1979.

Pedrossian acusado de "ladão de terra" e promovido pelo MDB". O Progresso, Dourados, 8 de maio de 1979.

Antonio Carlos, em 75: Pedrossian no MDB será ótimo para nós. O Progresso, Dourados, 8 de maio de 1979.

Pedrossian nega ida para MDB. O Progresso, Dourados, 9 de maio de 1979.

Comissão rejeita 83 das 132 emendas da Constituição. O Progresso, Dourados, 11 de maio de 1979.

Sultan: Não emendamos a Constituição por ser arbitrária. O Progresso, Dourados, 15 de maio de 1979.

Lider do Governo diz que Harry continua com o "comando político". O Progresso, Dourados, 17 de maio de 1979.

UILA tem o primeiro contato com o Paraguai. O Progresso, Dourados, 1 e 2 de agosto de 1987, p.1

Harry lamenta distanciamento de Pedrossian. O Progresso, Dourados, 23 de maio de 1979.

Boatos sobre a queda de Harry são novamente desmentidos. O Progresso, Dourados, 24 de maio de 1979.

Pedrossian perde o crédito com as fofocas que faz. Sultan condena os "vereadores da mordomia", também. O Progresso, Dourados, 25 de maio de 1979.

É o começo do fim político de Pedrossian – O Senador pede hoje a Figueiredo o governo de MS. O Progresso, Dourados, 31 de maio de 1979.

Planalto justifica nomeação de Miranda. O Progresso, Dourados, 11 de julho de 1979.

Figueiredo sancionou Lei da Federalização da UEMT. O Progresso, Dourados, 6 de julho de 1979.

Onevan critica interesses dos caciques e pede eleições diretas. O Progresso, Dourados, 16 de julho de 1979.

MEC pretende regionalizar a Universidade do novo Estado. O Progresso, Dourados, 22 de agosto de 1979.

Carneiro : ALA independente ficará com Governo. O Progresso, Dourados, 04 de setembro de 1979.

Histórico da divisão de Mato Grosso – Os movimentos divisionistas. O Progresso, Dourados, 11 de outubro de 1979.

Painel: Integração Latino-Americana. O Progresso, Dourados, 02 de dezembro de 1987, p.02

Recusado o pedido de impeachment contra o Governo de Marcelo Miranda. O Progresso, Dourados, 19 de setembro de 1979.

Estudantes despertam: Nasceu a UDE. O Progresso, Dourados, 29 de novembro de 1979.

Marcelo: Se eu não melhorar o ensino, podem dizer que eu não governarei o MS. O Progresso, Dourados, 13 de novembro de 1979.

“Não sou político e nem procuro agradar ninguém” disse delegado de Ensino. O Progresso, Dourados, 27 de novembro de 1979.

Hoje um dia decisivo para os Estudantes Douradenses. O Progresso, Dourados, 23 de novembro de 1979.

A História de Dourados contada pelos seus formadores. O Progresso, Dourados, 20 de dezembro de 1979.

Universidade Latino-Americana atuará em cima das deficiências. O Progresso, Dourados, 01 julho de 1987. p.3

Novo debate hoje. O Progresso, Dourados, 01 julho de 1987. p.1

Empossada a Comissão pró-Universidade Estadual. O Progresso, Dourados, 07 julho de 1987. p.1

UILA: MS busca estreitar relações com o Paraguai. O Progresso, Dourados, 04 agosto de 1987. p.2

Marcelo leva proposta de Integração e cooperação com Bolívia e Paraguai. O Progresso, Dourados, 25 agosto de 1987. p.2

Projeto UILA será apresentado ao conselho de Cultura. O Progresso, Dourados, 23 setembro de 1987. p.2

Projeto UILA foi apresentado ao Conselho Estadual de Educação. O Progresso, Dourados, 28 setembro de 1987. p.2

Jornal Correio do Estado

Governo volta atrás e mantém UEMS. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, 08 de maio de 1996. p.5

Projeto de Universidade tira 1º lugar. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, 09 de julho de 1987. p.9

Universidade Douradense. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, 11 de agosto de 1987. p.7

Universidade Estadual já é quase uma realidade. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, 29 de janeiro de 1987. p.8

Agroindústria é tema de um seminário. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, 26 de maio de 1988. p.9

Paraguassú recebe projeto de estatuto. Jornal Correio do Estado, Campo Grande, 16 de junho de 1988. p.11

Jornal da Manhã

III Exposição Cultural do Corpo Diplomático. Jornal da Manhã, Campo Grande, 28 de novembro de 1987. p.9

Universidade de Integração. Jornal da Manhã, Campo Grande, 26 de setembro de 1987. p.2

Marcelo Miranda embarca e comenta rompimento da aliança. Jornal da Manhã, Campo Grande, 13 de junho de 1987. p.6

Lançada pelo governo a Universidade de Integração. Jornal da Manhã, Campo Grande, 13 de junho de 1987. p.5

Espanhol pode ser matéria obrigatória. Jornal da Manhã, Campo Grande, 20 e 21 de dezembro de 1987, p.09

6° Salão de Artes Plásticas de MS. Jornal da Manhã, Campo Grande, 29 de setembro de 1987, p.15

Universidade Estadual já tem comissão. Jornal da Manhã, Campo Grande, 21 e 22 de junho de 1987. p.2

Universidade. Jornal da Manhã, Campo Grande, 01 de julho de 1987. p.9

Novo debate sobre a Universidade Estadual será hoje. Jornal da Manhã, Campo Grande, 02 de julho de 1987. p.7

Luisa: Universidade marcará modernização do Estado. Jornal da Manhã, Campo Grande, 03 de julho de 1987. p.6

Autora do Projeto de criação da UILA recebeu premiação. Jornal da Manhã, Campo Grande, 10 de julho de 1987. p.4

Paraguai demonstra interesse no Projeto da Universidade. Jornal da Manhã, Campo Grande, 4 de agosto de 1987. p.11

Paraguai mostra interesse em proposta para cultura. Jornal da Manhã, Campo Grande, 20 de agosto de 1987. p.4

Universidade desenvolve o interior. Jornal da Manhã, Campo Grande, 27 de agosto de 1987. p.5

Projeto UILA será apresentado no Festival Latino Americano. Jornal da Manhã, Campo Grande, 16 de agosto de 1987. p.10

Projeto UILA será Apresentado no I Festival Latino Americano de Arte e Cultura. Jornal da Manhã, Campo Grande, 20 e 21 de agosto de 1987. p.10

Projeto UILA é elogiado em Brasília. Jornal da Manhã, Campo Grande, 20 e 21 de agosto de 1987. p.4

I FLAAC discute o Projeto da UILA. Jornal da Manhã, Campo Grande, 23 de agosto de 1987. p.09

Marcelo vai negociar gás com os bolivianos. Jornal da Manhã, Campo Grande, 25 de agosto de 1987. p.03

Marcelo no Exterior Paraguaioos interessados na Ferrovia da Produção. Jornal da Manhã, Campo Grande, 29 de agosto de 1987. p.03

Secretário de Educação destaca avanços do Projeto UILA. Jornal da Manhã, Campo Grande, 30 de agosto de 1987. p.04

Equipe estuda implantação da UILA. Jornal da Manhã, Campo Grande, 14 de janeiro de 1987. p.07

MEC cria grupo para estudar a UILA. Jornal da Manhã, Campo Grande, 29 de janeiro de 1987. p.04

Marcelo recebe projeto da UILA. Jornal da Manhã, Campo Grande, 24 de junho de 1988. p.02

Integração Latino Americana, Jornal da Manhã, Campo Grande, 03 de dezembro de 1987. p.09

Show Latino Americano hoje no Circulo Militar. Jornal da Manhã, Campo Grande, 04 de dezembro de 1987. p.06

UILA promove Seminário. Jornal da Manhã, Campo Grande, 09 de dezembro de 1987. p.01

MS busca integração com países vizinhos. Jornal da Manhã, Campo Grande, 28 de julho de 1988. p.09

Brasil junta aos países desenvolvidos. Jornal da Manhã, Campo Grande, 14 e 15 de agosto de 1988. p.02.

Universidade de Integração tem respaldo. Jornal da Manhã, Campo Grande, 03 de julho de 1987. p.05.

Governo Federal respalda Universidade Trinacional. Jornal da Manhã, Campo Grande, 22 de julho de 1987. p.02.

Jornal Folha de Dourados.

Universidade aberta semana de palestras e debates. Folha de Dourados, Dourados, 01 de julho de 1987. p.6

Cônsul convida governador para ir a Bolívia. Folha de Dourados, Dourados, 16 de agosto de 1987. p.3

Jornal A Provincia do Pará

Projeto UILA apresentado em Belém, Jornal A Provincia do Pará, 17 de agosto de 1978, p.12

UILA. Jornal A Provincia do Pará, 17 de agosto de 1978, p.12

Jornal Panorama

Aulas no CEUD começam hoje. Jornal Panorama, Dourados, 29 de fevereiro de 1988, p.03

Resgate da História. Jornal Panorama, Dourados, 18 de março de 1988, p.07

UILA e Núcleo Agroindustrial. Jornal Panorama, Dourados, 21 e 22 de maio de 1988, p.07

UILA já tem projeto. Jornal Panorama, Dourados, 16 de junho de 1988, p.01

UILA começa com Fundação. Jornal Panorama, Dourados, 16 de junho de 1988, p.03

Jornal Gazeta Popular

“Univesidade para o desenvolvimento”, quer George Takimoto. Gazeta Popular, Dourados, 4 de julho de 1987. p.1

MEC estuda Projeto UILA. Gazeta Popular, Dourados, 6 de fevereiro de 1987. p.5

Jornal da Casa

Governador de Mato Grosso asigna importancia a proyectos de complementación económica. Jornal da Casa, Campo Grande, 04 a 10 de setembro de 1987, p.6

Secretário de educação de Mato Grosso em la UPSA. Jornal da Casa, Campo Grande, 04 a 10 de setembro de 1987, p.6

Jornal Gazeta Morena

Governador leva propostas à Bolívia e Paraguai. Jornal Gazeta Morena, Campo Grande 26 a 02 de setembro de 1987, p.9

UILA: comissão viabiliza plano. Jornal Gazeta Morena, Campo Grande 03 a 09 de setembro de 1987, p.6

Jornal Diário da Serra

Debate sobre a Educação. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 14 de agosto de 1987, p.2

Projeto da Universidade Estadual recebeu premio. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 10 de julho de 1987, p.2

Governador retorna do exterior – Viagem que rendeu o apoio para projetos. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 29 de julho de 1987, p.4

Paraguai e Bolívia: destino do “Governo da Industrialização” Marcelo vai além da fronteira. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 25 de agosto de 1987, p.4

Em 2 anos, Dourados terá universidade. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 12 de julho de 1987, p.1

Secretário destaca o UILA. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 30 de agosto de 1987, p.2

6º Salão de Artes Plásticas. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 20 de novembro de 1987, p.09

UILA: proposta será entregue este mês. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 16 de junho de 1988, p.07

Expor Cultural. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 02 de dezembro de 1987, p.14

UILA promove Seminário Regional de Desenvolvimento. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 09 de dezembro de 1987, p.16

Marcelo fala aos militares da importância do Estado na Integração latino-americana. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 25 de maio de 1988, p.16
Governador na TV Educativa. Jornal Diário da Serra, Campo Grande, 17 de junho de 1988, p.04

Jornal O Estadão

George: UILA desperta interesse de professores. Jornal O Estadão. Campo Grande, 10 a 16 de agosto de 1987, p.4

Dourados será sede da Universidade de integração. Jornal O Estadão. Campo Grande, 27 julho a 02 de agosto de 1987, p.5

A universidade e a pesquisa. Jornal O Estadão. Campo Grande, 01 a 09 de agosto de 1987, p.6

Projeto UILA, em Seminário. Jornal O Estadão. Campo Grande, 14 a 20 de dezembro de 1987, p.2

Jornal Folha de Dourados

Assessor do ministro da Educação em Dourados. Jornal Folha de Dourados, Dourados, 20 de agosto 1987, p.1

Governo do Estado quer uma Universidade diferente. Jornal Folha de Dourados, Dourados, 18 de junho 1987, p.5

Universidade Aberta semana de palestra e debates. Jornal Folha de Dourados, Dourados, 01 de junho 1987, p.6

Jornal da Praça

Projeto UILA é apresentado em Belém. Jornal da Praça, Ponta Porã , 17 de agosto 1987, p.3

Projeto UILA é apresentado na IV Jornada Latino-Americana. Jornal da Praça, Ponta Porã , 10 de julho 1987, p.3

Paraguai quer maior integração com MS. Jornal da Praça, Ponta Porã , 09 de setembro de 1987, p.16

Outros jornais

FEP organiza programação cultural. Jornal O liberal, 18 de setembro de 1987, p.23.

A Integração no âmbito Latino-Americano. Jornal da Cidade, Campo Grande, 13 a 19 de dezembro de 1987, p.04

Brasil pode ganhar universidade Latina, Jornal Diário do Pará. Belém, 16 de agosto de 1987, p.A10

UILA – I FLAAC. Jornal Correio Brasiliense, Brasília 25 e agosto de 1987. p.30

Empossada a Comissão Pró-Universidade Estadual. Lavoura e Comércio do Sul, Rio Brilhante, 11 a 18 de julho de 1987, p.8

Professor elogia projeto. Jornal Enfoque, Dourados, 26 de agosto de 1987. p.5
Editorial – A UILA e a crise do ensino. Jornal Enfoque, Dourados, 26 de agosto de 1987. p.2

Lançado o Projeto da Universidade de Integração Latino Americana. Revista Destaque, Campo Grande, julho de 1987. p.30.

Novo debate sobre a universidade estadual será quarta feira. Jornal da Praça, Ponta Porã , 30 de junho á 1 de julho, de 1987, p.3

Marcelo leva propostas de integração e cooperação com Bolívia e Paraguai. Lavoura e Comércio do Sul, Rio Brilhante, 03 a 10 de setembro de 1987, p.6

Marcelo garante apoio paraguaio a projetos de interesse do ESTADO. Folha de Bela Vista, Bela Vista, 03 a 09 de setembro de 1987, p.3

Secretário de Educação destaca avanços do Projeto UILA. Jornal do Bolsão, Campo Grande, outubro de 1987, p.2

Ramez Tebet apóia UILA. Jornal a Voz da Cidade, Dourados, 15 a 22 de setembro de 1987, p.1

UILA é apresentado ao CEC – Jornal O Reporte, Campo Grande 03 a 10 de novembro de 1987, p.10

Educação Binacional. Jornal Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 de janeiro de 1988, p.A16

Integrando a América Latina. Jornal Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 de setembro de 1988, p.H02

Comissão Pró-Universidade. Jornal Vale do Ivinhema, 17 a 24 de julho de 1987, p.4

Governo Federal apóia UILA. Folha do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 30 de julho de 1987, p.5

UILA, MS pensa grande – Um projeto novo, arrojado e tri-nacional. Jornal O Palanque, Campo Grande, 2 de agosto de 1987, p.5

Jornais Estrangeiros

Gas boliviano será utilizado em usina y planta siderúrgica brasileña. Jornal EL Mundo internacional, Santa Cruz de la Sierra/Bolivia, 21 de setembro de 1987

Viene misión brasileña interesada em mejorar relaciones com Bolivia – Intereres em Mato Grosso por el gas. Jornal DEBER internacionales, Santa Cruz de la Sierra/Bolivia, 28 de setembro de 1987

Sarney será informado sobre alcance de reunión. Jornal EL Mundo internacional, Santa Cruz de la Sierra/Bolivia, 28 de setembro de 1987.

Perspectivas para la siderurgica. Jornal EL Mundo internacional, Santa Cruz de la Sierra/Bolivia, 29 de setembro de 1987

Cónsul de Campo Grande “Feria rebasó las expectativas nacionales e internacionales. Jornal EL Mundo internacional, Santa Cruz de la Sierra/Bolivia, 29 de setembro de 1987

Gobernadores de Mato Grosso do Sul y Salta desarrollan intensa actividade em la ciudad. Jornal EL Mundo internacional, Santa Cruz de la Sierra/Bolivia, 27 de setembro de 1987

Ofícios.

BRASILIA, Carta enviada por Jorge Bornhausem Ministro da Educação, para o Ministro de Relações Exteriores Roberto Costa de Abreu Sodre, apresentando o projeto UILA. 1987.

Artigos

História: Questões & Debates, Curitiba, n. 37, p. 183-195, 2002. Editora UFPR
ALMEIDA, C. E. M. ; PISTORI, M. I. S. ; FIDELES, Sirlene Moreira . Reestruturação da UEMS no contexto da reforma universitária. In: 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004, Caxambu. Anais da 27ª Reunião anual da ANPEd. Ptrópolis - RJ : Editora vozes Ltda, 2004. v. 01. p. 01-17.

Sites visitados.

Governo de Mato Grosso do Sul (<http://www.ms.gov.br/>).

Wikipedia livre (http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_de_Maracaju)

Camara Municipal de Dourados (<http://www.camaradourados.ms.gov.br>)

Assembleia Legislativa (www.al.ms.gov.br/)

Wikipédia, a enciclopédia livre (<http://pt.wikipedia.org/>)

PESCHANSKI, Denis et al (orgs.). Histoire Politique et Sciences Sociales. Paris, Editions Complexe. Paris: Editions Complexe, 1991. localização virtual - http://books.google.com/books?hl=ptBR&lr=&id=NpLfaeAodtEC&oi=fnd&pg=PA207&dq=Histoire+politique+et+histoire+des+repr%C3%A9sentations+mentales+Histoire+Politique+et+Sciences+ Sociales&ots=KKTw_jT1jD&sig=p7SGQz6GQUjfdTDjJNDnndwLVc8#PPP1,M1

ANEXOS E APÊNDICES

Fundação implantará Universidade de Integração Latino-Americana

A Universidade de Integração Latino-Americana entra em uma nova fase para sua efetiva implantação. A Comissão Pró-U.I.L.A., que durante um ano realizou estudos e pesquisas a respeito dos benefícios que poderão advir dessa importante iniciativa, entregou no último dia 23 de junho, ao Governador Marcelo Miranda Soares e ao Secretário de Educação, Aleixo Paraguassú Netto, um projeto recomendando a criação da Fundação Sul-Mato-Grossense para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Educação como passo intermediário.

Essa Fundação, de acordo com o que propõe o documento, será a instituição que implantará gratuitamente a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, criada na Constituição do Estado para ser instalada no município de Dourados. A Comissão apontou, entre outras razões, a importância deste trabalho no contexto de integração regional; interiorização do ensino e no estabelecimento de uma política de cooperação mais estreita com os países vizinhos - Bolívia e Paraguai - como fortalecimento da cooperação abrangente.

O Governador Marcelo Miranda mostrou-se convicto e fez questão de ressaltar isso desde sua posse frente à administração estadual - que "essa Universidade poderá extrapolar as fronteiras nacionais e servir de ponte para a política de integração cultural com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia".

Presidida pelo vice-governador, George Takimoto, e coordenada pela professora Luisa Maria Nunes Moura e Silva, a Comissão, durante os 12 meses, promoveu inúmeras atividades, como eventos, seminários e reuniões com a comunidade, de maneira a recolher o máximo de subsídios necessários para que o projeto pudesse ser formado de maneira a conter dados fundamentais para consolidar a implantação da Universidade.

INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO

A Fundação Sul-Mato-Grossense para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Educação terá como finalidade a implantação, de maneira progressiva, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, concebida sob o espírito da integração latino-americana e o fortalecimento das áreas de ciência, tecnologia e educação, que conduzam ao desenvolvimento auto-sustentado do Estado.

Terá ainda, conforme o documento final, a responsabilidade de desenvolver ações de valorização e aplicação da inteligência regional na criação de um saber tecnológico voltado para a solução de problemas locais e, também, que promovam a qualificação de pessoal docente para as atividades da futura Universidade.

De acordo com a coordenadora Luisa Moura, a Fundação dará ênfase às atividades de pesquisa de interesse regional e à transmissão de seus resultados, através de cursos regulares ou de extensão. Os princípios que deverão reger a instituição são os seguintes: racionalidade, multidisciplinaridade, diversificação da oferta, descentralização, interiorização, integração regional e latino-americana e cooperação com os países limítrofes.

Além disso, o documento-proposta contém ainda toda a estruturação da Fundação bem como suas diretrizes estratégicas, ou seja, a criação de cinco núcleos de Programação Interdisciplinar: Agroindústria, Integração Regional, Questões Urbanas, Estudos do Pantanal e Estudos do Cerrado. Abrigará também os núcleos de Documentação de História Regional, Vídeo-Educação, Edição e Centro de Ensino à Distância, como apoio às atividades dos NUPI.

Com relação a esses itens, entende a Comissão que o aproveitamento racional de recursos pantaneiros e dos cerrados, por exemplo, deve ser feito a partir da formação de técnicos e desenvolvimento de pesquisas no campo tecnológico e, nessa área, Mato Grosso do Sul necessita adquirir sua autonomia.

DISCUSSÕES

Como atividade de implantação da Fundação será promovido, em Dourados, um seminário estadual que vai estabelecer as linhas de pesquisa

e concluir os estudos para a implantação do Núcleo de Agroindústria.

O seminário deverá ser realizado no mês de agosto e será coordenado pelos professores Sigisfredo Secheuemann Galceran e Artur Raimundo Diniz de Andrade, do Núcleo de Pesquisas e Processamento de Alimentos da Universidade Federal da Paraíba.

Os dois catedráticos foram convidados para assessorar o projeto, pois a UFPA possui dez anos de experiência em apoio ao desenvolvimento agroindustrial. O professor Galceran e seu colega disseram, na oportunidade, que cabe aos técnicos e autoridades de Mato Grosso do Sul definir todas as estratégias e procedimentos necessários à implantação do referido núcleo.

Sigisfredo Galceran explicou ainda que a criação do Núcleo de Agroindústria, ligado à futura Universidade, irá apoiar o desenvolvimento dos setores agrícolas e pecuária, alargando o espaço que os produtores têm na participação de renda

Luisa Moura, ao centro, apresenta a proposta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Coxim.



Governador recebe e analisa o projeto da Fundação pró-U.I.L.A.

que deriva das transformações das matérias-primas agropecuárias. Na oportunidade, disse que o núcleo deve adequar uma estrutura que seja eficiente na abordagem dos problemas agroindustriais do Estado. Esses problemas, segundo ele, seriam temas de pesquisas realizadas pela própria Fundação.

A comunidade de Coxim também está interessada no projeto, já que a legislação determina a instalação de cursos naquela cidade. Visando tornar conhecimento mais aprofundado das propostas, convidou a professora Luisa Moura para uma reunião, que aconteceu no dia 17 de junho. Após a apresentação e discussão das propostas sobre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, as autoridades fizeram algumas solicitações, entre elas a de que seja implantado um Campus Avançado na Cidade já em 1989, priorizando-se a área de educação, para atender à demanda de estudantes da região que se deslocam para outras localidades, em busca de vagas nos cursos superiores. Criada na ocasião uma comissão local, com a finalidade de fazer um estudo sobre as prioridades da região, que tem Coxim como pólo.

"Coxim está na prioridade de interiorização da Fundação. Primeiro, porque a comunidade está mobilizada na reivindicação do ensino superior na região e, se não bastasse isso, a Lei 583 de março de 85 define Coxim como uma das localidades onde a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul deverá implantar curso superior", disse a professora Luisa Moura.

Quando os núcleos da Fundação estiverem implantados e as negociações internacionais definidas, aqueles núcleos se desprenderão dela para se constituírem no embrião da Universidade de Integração Latino-Americana.

Integrando a América Latina

MARCELO MIRANDA SOARES

A recente visita do presidente Sarney à Bolívia recolocou na ordem do dia a questão da integração latino-americana. Reavivou também a convicção de que desenvolver esta vasta e rica região que constitui o Brasil central significa, não apenas a interiorização e, portanto, a integração da economia nacional, mas a condição indispensável para a integração econômica do Brasil com os países vizinhos.

Os países da América Latina sempre estiveram voltados para o litoral, priorizando, em suas relações econômicas e culturais, aos países da Europa e do norte da América. Mas o mundo de hoje criou uma realidade nova: a sobrevivência e progresso de cada país estão subordinados à sua integração em grandes blocos econômicos, sem violentar a soberania de cada nação. É isso que está ocorrendo com a Europa Ocidental, o Leste Europeu e a América do Norte.

Dentro dessa nova realidade, a América Latina não pode seguir pulverizada, com cada povo autarquizado e isolado nos seus próprios problemas e interesses particulares. A seguirmos assim, estaremos todos condenados a perpetuar-nos como colônias econômicas, a retardar-nos na revolução científico-técnica que transforma o mundo e, por conseguinte, a manter nossos povos submersos no subdesenvolvimento e na miséria.

A integração da América Latina é, pois, uma exigência inadiável de nossos tempos. Mas é evidente que o Brasil, para integrar-se adequadamente no contexto da América Latina, tem que igualmente completar sua integração nacional. Desenvolvendo o Brasil Central e, particularmente, esta região de fronteira, o Brasil estará dando decisivo passo na integração latino-americana. Por outro lado, esse processo integracionista favorecerá, enormemente, o progresso do Brasil Central e — por que não dizer — do resto do Brasil.

Mato Grosso do Sul e toda a região de fronteira, por sua localização privilegiada e suas imensas potencialidades naturais, tem a condição ímpar de poderem cumprir importante papel na estratégia simultânea de integração da economia brasileira e de integração desta parte da América Latina.

No passado, a nação guaicurú, que habitou esta vasta região entre os rios Paraguai e Paraná, resistiu durante três séculos, a integrar-se tanto à América espanhola quanto à América portuguesa.

Hoje, ao contrário, ainda que por

razões similares, Mato Grosso do Sul busca se integrar ao resto do Brasil (antes até parecia que o Brasil terminava nas barrancas do rio Paraná) e simultaneamente servir de ponte para a integração com o resto do continente.

Para cumprir esse papel, temos que desabrochar todas as nossas potencialidades e acelerar o progresso de nosso Estado, aproveitando adequadamente seu potencial produtivo e realizando a industrialização. Imensas, gigantescas até, são as potencialidades de Mato Grosso do Sul, senão vejamos:

— Dez milhões de hectares de terras, próprias para a agropecuária, ainda sem aproveitamento;

— A maior mina de manganês do mundo ocidental — metade das reservas brasileiras — e a terceira maior jazida de minério de ferro do país;

— Terceiro maior produtor de soja e de trigo; terceiro maior rebanho bovino;

— Depositário do maior santuário ecológico do planeta — o Pantanal.

Mas o programa de integração latino-americana deve cumprir papel chave na estratégia de desenvolvimento da região. Nesse programa, destacam-se quatro projetos:

— Tornar plenamente navegável a hidrovia do Paraguai-Paraná;

— Pavimentar a rodovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra;

— Construir um gasoduto da Bolívia até a fronteira com o Brasil a fim de possibilitar a instalação de uma usina termoeétrica e a implantação de um pólo siderúrgico em Corumbá;

— Implantar uma universidade de integração latino-americana em Dourados;

Todas essas são propostas de aproximação com os países vizinhos que vimos formulando a negociação desde o início de nosso governo. E nossos esforços não foram em vão. Passos decisivos foram dados na recente viagem do presidente Sarney à Bolívia. Foram firmados vários acordos e protocolos que visam concretizar aquelas importantes iniciativas.

A assinatura de tão importantes instrumentos bilaterais e a consequente implementação do programa de ação conjunta revelam, por parte dos dois governos, a compreensão de que não haverá integração verdadeira se não for promovido um amplo programa de desenvolvimento desta região de fronteira.

MARCELO MIRANDA SOARES, 49, engenheiro civil, 4.º governador de Mato Grosso do Sul, foi senador e prefeito de Campo Grande (MS)

Realização:
Associação de Arte e Cultura de MS
Comissão PRO-U.I.L.A. - Secretaria de Educação de MS

Apoio:
Associação Comercial
Círculo Militar de Campo Grande
UFMS
CECEMS - SESI
EMPAER/S.A.P
Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte
Secretaria Municipal de Planejamento
Escolas Fisk
Instrumental Ferraz Ltda - Instrumentos Musicais - 624.0060
Da Cor Atelier

Participação:
Academia Sans-Souci Ballet
Academia Santa Cecilia
MS-TUR
Conservatório Mato-grossense de Música
Corpo Consular

Agradecimentos:
Aos grupos participantes
CTG
Os Bamba do Forró
Arte-manhas
Kadmo's
Grupo Acaba
Ballet Municipal de Pedro Juan Caballero/Paraguay


Marcelo Miranda
Humanizando o Progresso


Círculo Militar
de Campo Grande



III EXPOSIÇÃO
Cultural do Corpo Diplomático
em Mato Grosso do Sul
I JORNADA
da Integração Latino-Americana

Pesquisa e Ensino nas Universidades Brasileiras

PALESTRA DO PROFESSOR

Linaldo Cavalcante de Albuquerque
Assessor Especial do Ministro da Educação
Ex-presidente do CNPq e do CRUB

DEBATEDORES:

Professora Luísa Maria N. de Moura e Silva
Coordenadora da Comissão Especial Pró-U.I.L.A.
Olimpio Crisóstomo Ribeiro
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da U.F.M.S

LOCAL:

Anfiteatro do Paço Municipal
25 de agosto - terça-feira - 19:30h

PROMOÇÃO:

Comissão Especial Pró-U.I.L.A.
Secretaria de Educação

PARTICIPAÇÃO:

Fundação Universidade Federal de MS - F.U.F.M.S.



Fundação
Marcelo Miranda
Humanizando o Progresso

PROGRAMAÇÃO

LOCAL: – Auditório da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (Av. Afonso Pena nº 1206 – centro).

DIA 11/12/87 – SEXTA-FEIRA

20:00h – Abertura Oficial, com a participação do Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Dr. MARCELO MIRANDA SOARES e do Sr. Superintendente da SUDECO, Dr. RAMEZ TEBET.

20:30h – 1º PAINEL: "AS DEMANDAS DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À UNIVERSIDADE".

Presidente da Mesa: Dr. RAMEZ TEBET – Superintendente da SUDECO

Painelistas:

- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS
- ACRISUL/MS
- FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE MATO GROSSO DO SUL
- CGT – SINDICATO DOS BANCÁRIOS
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES

DIA 12/12/87 – SÁBADO

09:00h – 2º PAINEL: "UNIVERSIDADE COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO"

Presidente da Mesa: MEC/SEAI – Ministro MÁRIO SANTOS

Painelistas – Expositores:

- Dr. MANOEL JESUS ANGULO PARRA – UNIVERSIDADE AUTONOMA "GABRIEL RENE MORENO" – Bolívia
- Dr. DIONÍZIO GONZALES TERRAS – UNIVERSIDADE NACIONAL DE ASSUNCIÓN – Paraguai
- Dr. JAIR SOARES MADUREIRA – Representando o Presidente do CRUB – CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

15:00 – "UNIVERSIDADE COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO"

Presidente da Mesa: Dr. ALEIXO PARAGUASSÚ NETTO – Secretário de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

Painelistas – Expositores:

- Dr. CRISTOVAM BUARQUE – Reitor da UNB
- Dr. PEDRO CHAVES – CESUP
- Dr. JAIR SOARES MADUREIRA – Reitor da UFMS
- Dr. EDUARDO DE LAMONICA FREIRE – Reitor da UFMT
- Pe. ANGELO ADOLFO SANCHES – Diretor Geral da FUCMT
- Dr. MURILO ZAUTH – SOCIGRAN

21:00h – SHOW FOLCLÓRICO BOLIVIANO (GRUPO DE DANÇAS DE PORTO QUIJARRO E BANDA MUNICIPAL DE PORTO QUIJARRO).

PROGRAMA

Dia 1-Terça-feira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

10:00 HORAS

- Hasteamento de Bandeiras: Brasil/ Mato Grosso do Sul/ Campo Grande.

20:00 hs

- Abertura Oficial da III Expor-Cultural

* Apresentação:

– VALTER RONDON, Presidente da Academia de Arte e Cultura de Mato Grosso do Sul.

* Coordenadores da III Expor-Cultural:

– VALTER RONDON COSTA E SILVA/ ACADESUL
– HERON MASCARENHAS BITTENCOURT/ UIILA/SE

* Convidados de Honra:

– DR. MARCELO MIRANDA SOARES, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul
– Gen. Div. CARLOS ANIBAL PACHECO, Comandante do Comando Militar do Oeste.

20:30 hs

- Ata de Instalação da III Expor-Cultural

* Convidados de Honra:

– Dr. JUVÊNCIO CÉSAR DA FONSECA, prefeito de Campo Grande
– Ten. Cel. ANTONIO CARLOS MORGADO DE CASTRO, Presidente do Círculo Militar de Campo Grande
– Dr. HUMBERTO ESPÍNDOLA, Secretário de Estado de Cultura
– Dr. VALDIR GUERRA, Secretário de Estado de Indústria e Comércio
– Dr. ALEIXO PARAGUASSÚ NETTO, Secretário de Estado de Educação
– Dr. MILTON SERRA DE ALBUQUERQUE, Diretor Social do Círculo Militar
– CORPO CONSULAR

21:00 hs

- Apresentação Especial:

– Academia Santa Cecília

Direção: Dra. Yolanda Rojas Godoy

– Seresta do Círculo Militar de Campo Grande

Direção: Dr. Álvaro Batista Neves Filho

– Conservatório Mato-grossense de Música

Direção: Dra. Tunila Mendes

22:00 hs

- Apresentação de Danças Típicas:

– Grupo Espanhol

– Grupo Libanês

– Grupo Americano (Escola Fisk)

- Exposição de Artes Plásticas pela Academia de Arte e Cultura de Mato Grosso do Sul

- Exposição Fotográfica:

– Georges El Sayegh

– Denilson Nantes

- Exposição de Porcelanas pela Da Cor Atelier

- Exposição de Vídeo pela MS-Tur

Dia 2-Quarta-feira

20:00 hs

- Painel: Integração Latino Americana
– CECEMS – Dr. Mário Sérgio Abreu
– U.I.L.A – Profª Luisa Moura
– Movimento Guaicurús – Dr. Henrique Spengler
– Secretaria de Cultura – Dr. Cândido Alberto da Fonseca

- Show: Hermanos Acuña

Dia 3-Quinta-feira

20:00 hs

- Música, Cor e Movimento
– Academia Sans Souci Ballet
Direção: Dra. Amélia Sant'Ana Costa
– Grupo Arte & Manha
– Grupo Tropa de Shok

Dia 4-Sexta-feira

20:00 hs

- Bolívia / Paraguai / Brasil
– Folclore Latino Americano:
* Grupo Folclórico Boliviano
* Ballet Municipal de Pedro Juan Caballero
* Os Bamba do Forró
* Grupo C.T.G. Farrroupilha
* Grupo ACABA
Local: Ginásio do Círculo Militar

Dia 5-Sábado

20:00 hs

- Noite do Japão

22:00 hs

- Encerramento
* Vice Governador Takimoto

- Participação:

– Consulado da Bolívia
Cônsul Dr. Alberto Ruiz Péres
– Consulado do Paraguai
Cônsul Dr. José Gabriel Duarte Gonzalez
– Consulado da Itália
Cônsul Dr. Aldo Stanzione
– Consulado do Líbano
Cônsul Dr. Georges El Sayegh
– Consulado da Espanha
Cônsul Dr. Euzébio Garcia Barrios
– Consulado do Japão em São Paulo

- Homenagem Especial: Grupo Kadmon's

SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROMOÇÃO:
- COMISSÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
- PROJETO UILA - UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA
- CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE
MATO GROSSO DO SUL



UNIVERSIDADES CONVIDADAS:

- UNIVERSIDADE AUTONOMA "GABRIEL RENE MORENO" (Santa Cruz de la Sierra - Bolívia)
- UNIVERSIDADE PRIVADA DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA (Bolívia)
- UNIVERSIDADE NACIONAL DE ASSUNCIÓN, PARAGUAI
- CRUB - CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS
- UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
- UFMT - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
- UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

APOIO:

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
- UFMS
- FIEMS
- CONSULADO DA BOLÍVIA
- CONSULADO DO PARAGUAI
- PROJETO RONDON
- SUDECO
- DEMEC

OBJETIVOS

- Promover o intercâmbio entre Universidade e Comunidade
- Proporcionar ao Acadêmico de Economia a oportunidade de desenvolver o seu senso crítico em torno da política econômica no contexto da América Latina
- Oportunizar a Empresários e Universitários uma visão do potencial de investimentos no Estado de Mato Grosso do Sul dada a proximidade com países da América Latina

PROGRAMAÇÃO

8 DE AGOSTO SEGUNDA-FEIRA

ABERTURA OFICIAL

Marcelo Miranda Soares - Excelentíssimo Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Conferência

MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO ECONÔMICO NACIONAL

Ramez Tebet - Superintendente da SUDECO

Debatedores: Wagner Bertoli
Luís Landes Pereira da Silva
Ivanildo Sabino de Araújo

9 DE AGOSTO TERÇA-FEIRA

Conferência

APROVEITAMENTO DAS POTENCIALIDADES DE MATO GROSSO DO SUL - ENFOQUE: SETOR PRIMÁRIO

Flávio Derzi - Secretário de Estado de Agricultura e Pecuária

Debatedores: Paulo Coelho Machado
Zenith João de Arruda
Hélio Magdalena

10 DE AGOSTO QUARTA-FEIRA

Conferência

APROVEITAMENTO DAS POTENCIALIDADES DE MATO GROSSO DO SUL

ENFOQUE: SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

Waldir Guerra - Secretário de Estado de Indústria e Comércio

Debatedores: Jorge Elias Zahran
Lyrio Novaes
Sebastião Vieira D'Ávila
Ivo Madella

11 DE AGOSTO QUINTA-FEIRA

Conferência

MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO

Nilson Araújo - Assessor Especial do Governador

Debatedores: Mauro Wasilewski
Vivaldino Zamboni
Mário Marques Ramires
Aluisio Tadeu Marques da Silva

12 DE AGOSTO SEXTA-FEIRA

Conferência

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

André Franco Montoro - Presidente do Instituto Latino-Americano - ILAM

Debatedores: Nilson Araújo
Cláudio Valério
Olimpio Crisóstomo Ribeiro
Fernando Costa D'Almeida

13 DE AGOSTO SÁBADO

ENCERRAMENTO

Confraternização

FICHA DE INSCRIÇÃO

Curso _____
Nome _____
Endereço Residencial _____
Fone _____ Cidade _____ Estado _____
Naturalidade _____ Data Nasc. _____
Grau de Instrução _____
Empresa em que Trabalha _____
Atividade da Empresa _____
Posição na Empresa _____ Há Quanto Tempo? _____
Endereço Comercial _____

INSCRIÇÕES: CZ\$ 600,00

ESTUDANTES: CZ\$ 300,00

INSCRIÇÃO Nº _____

CARIMBO OU
ASSINATURA EM LÉXICO

DE 8 A 12 DE AGOSTO DE 1988
Local: Teatro Dom Bosco - Horário: 19h30

INSCRIÇÕES:

CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA - Av. Mato Grosso, 421 - Fone: (067) 382-4261 (FACECA)

SANSI TOUR - Rua Rio Grande do Sul, 1409 - Fone: (067) 624-3266 - Telex: 6731121

TEMA CENTRAL

MATO GROSSO DO SUL NO CONTEXTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO

COMISSÃO ORGANIZADORA

- REALIZAÇÃO
- FUCMI - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
 - GAECO - Centro Acadêmico de Economia
- APOIO
- SUPRECI - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
 - CEAG/MS - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de MS
 - IEL - Instituto Ievade Ind/MS
 - IEL - Instituto Ievade Ind/MS
 - FECONFECOM/MS - Federação do Comércio de MS
 - CORECON/MS - Conselho Regional de Economia de MS
 - SIC/MS - Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de MS
 - SEPLAN/MS - Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de MS
 - UFLA/SE - Universidade de Integração Internacional de Pesquisas e Assessoria Econômica
 - CEPACE - Centro de Pesquisa e Assessoria Econômica
 - SECOVI/MS - Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação de Imóveis do Estado de MS

XIII SEMEEC

As informações contidas neste trecho de escrita informam ao leitor sobre a escolha pelos cursos e a sua relatividade, foram extraídas do Projeto de Instalação da UEMS.

Quanto à infra-estrutura da universidade pode-se dizer que para efetuar implantação da FUEMS, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul buscou parceria com Prefeituras e com a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no que se refere à cessão de espaços físicos, pessoal, material, equipamentos, biblioteca e outros. Assim, há o favorecimento de imediato do funcionamento da nova Instituição.

Municípios de Dourados:

- 1 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: área para edificação, pelo Estado, de cinco prédios destinados à FUEMS, à biblioteca e aos laboratórios das áreas de informática e de ciências biológicas;
- 2 Prefeitura: quadro de funcionários administrativos;
- 3 Estado: quadro de docente, construção dos prédios e manutenção.

Municípios de Glória de Dourados e Maracajú:

- 1 Prefeitura: espaço físico e quadro de funcionários administrativos;
- 2 Estado: quadros docentes, manutenção.

Município de Aquidauana:

- 5 Prefeitura: quadro de funcionários administrativos;
- 6 Estado: ampliação do prédio da Fundação Estadual CERA – Centro de Educação Rural de Aquidauana, quadro de docente de manutenção.

Municípios de Coxim, Ivinhema, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porá, Amambaí e Cassilândia:

- 7 Prefeituras: terreno para a construção do prédio (quando necessário), quadro de funcionários administrativos;
- 8 Estado: construção do prédio (quando necessário), quadros docentes e

manutenção.

Município de Três Lagoas:

9 Universidade Federal: espaço físico e biblioteca;

10 Estado: quadro docente e administrativo, ampliação do acervo bibliográfico, equipamentos e materiais.

O plano da FUEMS detalha o seguinte:

Município de Aquidauna:

- Ampliação do CERA, de propriedade do Estado, mediante à construção, a partir de 08/10/93, de dez salas de aula, 4 laboratórios e outras dependências.

Município de Ponta Porã:

- Construção, a partir de 05/10/93, do prédio com dois blocos, com dois pavimentos cada, totalizando área de 2.050,00m². Abrangem dez salas de aula, dois anfiteatros, dois laboratórios, biblioteca, dependências administrativas e outras.

Município de Dourados:

- Construção, a partir de 05/10/93, de três prédios, com dois pavimentos cada, (um bloco apresenta área de 2.050.00m², e os demais, de 1.850.00m² cada).

Bloco A e C

a) Pavimento Térreo: seis salas de aula, dois anfiteatros, sala opcional, bateria de sanitários.

b) Pavimento Superior: dois laboratórios, duas salas de professores, duas salas para área administrativa, quatro salas de aula, bateria de sanitários e outros.

Bloco B

a) Pavimento Térreo: salas de aula, sala de eventos, auditório, biblioteca com área de 432.87m³, e outros.

b) Pavimento superior: sete salas de aula, salas administrativas, dependências para Reitoria e outras.

Municípios de Jardim, Naviraí, Ivinhema, Mundo Novo, Nova Andradina, Amambaí

– Projeto Padrão :

- Construção de prédios: três blocos, área total de 1.260,00m², a partir de

08/10/93:

Bloco 1 – três salas de aula, laboratórios, bateria de sanitários;

Bloco 2 – cinco salas de aula, laboratório, outras dependências;

Bloco 3 – dependências administrativas e biblioteca.

Municípios de Paranaíba, Cassilândia e Coxim – Projeto Padrão:

- Utilização do Centro de Ensino Integrado, com 40 salas de aula, das quais parte será destinada à FUEMS e outras aos ensinos fundamental e médio. O conjunto arquitetônico é constituído por dois blocos e três pavimentos, contendo, dentre outras, sala para bibliotecas, oficina, auditório, quatro laboratórios.

Município de Glória de Dourados e Maracaju:

- Nestes locais a FUEMS funcionará em prédio escolar cedido pela Prefeitura Municipal, composto de seguintes unidades de: Município de Glória de Dourados que terá dois blocos, contendo ao todo sete salas de aula (em média com 48,00m² cada), sala de reunião, sala de múltiplo uso, sala de administração, baterias de sanitários e outras dependências.

Município de Maracajú: contendo três blocos de salas de aula, totalizando doze salas, com 49,70m² cada, dois blocos de dependências administrativas e outras. Neste município, a Prefeitura Municipal cederá a biblioteca. Quanto ao equipamento e ao laboratório, que serão necessários às atividades dos cursos, eles estão listados no processo e são considerados satisfatórios para a instalação da universidade.

AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO

Autor : Lourenço Alves da Silva Filho

Título: EDUCAÇÃO E POLITICA: apontamentos sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (1979 – 1995).

Natureza do Trabalho: Dissertação elaborada para o Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título de Mestre em História.

Objetivo: Apresentar as quatro tentativas de implantação da UEMS e as relações políticas, construídas durante este período.

Nome da Instituição: UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

Área de concentração: História

Data de aprovação: Dourados, ____ de _____ de _____

Presidente e orientador _____

Titulação e Instituição:

2º Examinador _____

Titulação e Instituição:

3º Examinador _____

Titulação e Instituição: